



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 147

CAPITAL FEDERAL

DOMINGO, 3 DE SETEMBRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, atendendo a solicitações formuladas na sessão conjunta de 23 do corrente, com aquiescência do Plenário, resolve alterar o programa estabelecido para a apreciação dos vetos presidenciais pendentes de pronunciamento do Congresso Nacional, na forma abaixo:

- cancelar a convocação feita para 25 do mês em curso;
- convocar sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de setembro próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, com a Ordem do Dia que fora estabelecida para a de 30 do corrente, a saber:
 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.566, de 1960, na Câmara e nº 33 de 1960, no Senado, que equipara a extrajornalistas da União servidores das ferrovias e das estradas incorporadas à Rede Ferroviária Federal S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem ou venham a contar 5 anos de exercício;
 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.073, de 1960, na Câmara e nº 99 de 1961, no Senado, que estende aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958 e dá outras providências;
 - veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.688, de 1960, na Câmara e nº 95, de 1961, no Senado, que estende os benefícios da Lei número 3.483 de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

e) destinar a sessão de 30 do corrente ao prosseguimento do estudo da matéria designada para as de 23, 24, 28 e 29, a saber:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 386, de 1959, na Câmara e nº 58 de 1961 no Senado, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

Senado Federal, 24 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, em decorrência do art. 79 e para o cumprimento do art. 83, parágrafo único, da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, nos termos e para os fins do art. 13, § 5º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, convoca sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, a realizar-se às 15 horas do dia 4 do mês em curso, no Plenário da Câmara, a fim de que o Excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart possa prestar o compromisso constitucional e ser empossado no cargo de Presidente da República.

Senado Federal, em 1º de setembro de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1º Secretário: Senador Cunha Mello.
2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.
4º Secretário: Senador Novaes Filho.
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes: Lima Figueira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:

Vice-Líderes:

SENADO FEDERAL

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valadares.
Vice-Líderes: Gaspar Teófilo Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan — Fausto Cabral e Arundo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark

DO PARTIDO SOCIAL-PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Mello.
Gilberto Marinho.
Argemiro Figueiredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Guido Mondim.
Reginaldo Fernandes (UDN).
Secretário: Evandro Mendes Viana.
Diretor-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES
Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Pericles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Barros Carvalho (PTB).
Aloísio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UL D).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
3. Francisco Gaiotto (PSD).
1. Lima Figueira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de Sá.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho. Oficial Legislativo.
Reunções, Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).

Fernandes Távora (UDN),
Sergio Marinho (UDN),
Del Caro (UDN),
João Arruda (UDN),
Aloísio de Carvalho (PSD),
Lopes da Silva (PSD),
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Lúcio Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
5. Eugénio Barros (PSD).
6. Francisco Gallotti (PSD).
7. Lima Teixeira (PTB).
8. Saulo Ramos (PTB).
9. Sebastião Archer (PSD).
10. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira
— Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15h30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD)
Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão (PSD),
Saulo Ramos (PTB),
Arlindo Rodrigues (PTB),
Mém de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lúcio de Mattos (UDN).
3. Lopes da Silva (PSD).
4. Paulo Fernandes (PSD).
5. Paulo Fender (PTB).
6. Lima Teixeira (PTB).
7. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretaria: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente (UDN).

Ary Vianna — Vice-Presidente (PSD).

Dion Bornhausen — UDN,
Daniel Krieger — UDN,
Fernandes Távora — UDN,
Dix-Huit Rosado — UDN,
Lopes da Costa — UDN,
Gaspar Veloso — PSD,
Nogueira da Gama — PTB,
Lopes da Silva — PSD,
Barros Carvalho — PTB,
Victorino Freire — PSD,
Eugénio Barros — PSD,
Mém de Sá — PL,
Fausto Cabral — PTB,
Arlindo Muller — PSD,
Saulo Ramos — PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Ruy Palmeira — UDN.
4. Coimbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Del Caro — UDN.
7. Silvestre Péricles — PSD.
8. Ruy Carneiro — PSD.
9. Jarbas Maranhão — PSD.
10. Menezes Pimentel — PSD.
11. Pedro Ludovico — PSD.
12. Vivaldo Lima — PTB.
13. Arlindo Rodrigues — PTB.
14. Paulo Fender — PTB.
15. Lima Teixeira — PTB.
16. Aloysio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Remessa Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Remessa Cr\$ 89,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD),
Lima Teixeira, Presidente (PTB),
Lúcio de Mattos (UDN),
Venâncio Igrejas (UDN),
Mourão Vieira (UDN),
Menezes Pimentel (PSD),
Miguel Couto (PTB),
Francisco Gallotti (PSD),
Paulo Fender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Padre Calazans (UDN).
 3. Heribaldo Vieira (UDN).
 4. Paulo Fernandes (PSD).
 5. Lopes da Silva (PSD).
 6. Sebastião Archer (PSD).
 7. Barros Carvalho (PTB).
 8. Lourival Fontes (PTB).
 9. Arlindo Rodrigues (PTB).
- Secretário: José Soares de Oliveira
— Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente (PSD),
Sergio Marinho, Vice-Presidente (UDN),
Venâncio Igrejas (UDN),
Ary Vianna (PSD),
Lopes da Silva (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).
 2. Daniel Krieger (UDN).
 3. Menezes Pimentel (PSD).
 4. Ruy Carneiro (PSD).
 5. Paulo Fender (PTB).
- Secretária: Vera de Azevedo Ma
— Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB),
Rui Palmeira, Vice-Presidente (UDN),
Daniel Krieger — (UDN),
Heribaldo Vieira — (UDN),
Benedicto Valadares — (PSD),
Paulo Fernandes — (PSD),
Lourival Fontes — (PTB),
Aloysio de Carvalho — (PL),
Gaspar Veloso — (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos — (UDN).
 2. Venâncio Igrejas — (UDN).
 3. Freitas Cavalcanti — (UDN).
 4. Menezes Pimentel — (PSD).
 5. Mém de Sá — (PL).
 6. Jefferson de Aguiar — (PSD).
 7. Ary Vianna — (PSD).
 8. Fausto Cabral — (PTB).
 9. Barros Carvalho — (PTB).
- Secretário: José Soares de Oliveira
— Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN),
Aloísio Guimarães, Vice-Presidente (PSD),
Fernandes Távora (UDN),
Pedro Ludovico (PSD),
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Lopes da Costa (UDN).
 3. Eugénio Barros (PSD).
 4. Jarbas Maranhão (PSD).
 5. Miguel Couto (PTB).
- Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos
— Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN),
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente (PSD),
Joaquim Parente (UDN),
Sebastião Archer (PSD),
Paulo Fender (PTB),
Miguel Couto (PTB),
Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
 2. Padre Calazans (UDN).
 3. Ruy Carneiro (PSD).
 4. Benedicto Valadares (PSD).
 5. Nelson Maculan (PTB).
 6. Fausto Cabral — (PTB).
 7. Mém de Sá (PL).
- Secretaria: Italina Cruz Alves
— Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Jorge Maynard — Presidente (PSP),
Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN),
Coimbra Bueno (UDN),
Victorino Freire (PSD),
Fausto Cabral (PTB).

SUPLENTE

1. Sérgio Marinho
 2. João Arruda
- PSD
1. Jefferson Aguiar
 2. Eugénio Barros
 1. Nelson Maculan
- Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos
— Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN),
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).

Sérgio Marinho (UDN),
Jefferson de Aguiar (PSD),
Francisco Gallotti (PSD),
Miguel Couto (PTB),
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).
 2. Dix-Huit Rosado (UDN).
 3. Jorge Maynard (PSP).
 4. Nelson Maculan (PTB).
- Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

TITULARES

PTB
Nelson Maculan — Presidente (PTB),
Eugénio Barros — Vice-Presidente (PSD).

Ovidio Teixeira (UDN),
Mourão Vieira (UDN),
Aloísio Guimarães (PSD),
Paulo Fernandes (PSD),
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Lopes da Costa
 2. Joaquim Parente
- PSD
1. Pedro Ludovico
 2. Lopes da Silva
 3. Francisco Gallotti
- PTB
1. Saulo Ramos
 2. Lima Teixeira
- Secretária: Maria de Lourdes Oliveira
— Oficial Legislativo.

Ata das Comissões

Comissão Especial designada para emitir parecer à Emenda Constitucional

1ª REUNIAO EM 2 DE SETEMBRO DE 1961

As 11 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Nogueira da Gama, presentes os Srs. Gaspar Veloso, Jefferson de Aguiar, Afonso Arinos, Heribaldo Vieira, Aloysio de Carvalho e Nelson Maculan, reúne-se a Comissão Especial designada para emitir parecer à Emenda Constitucional.

O Sr. Presidente declara ter a reunião a finalidade da eleição do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente, que deverá ser realizada em escrutínio secreto, bem como a designação do Relator da matéria.

Realizada a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Aloysio de Carvalho — 6 votos.

Afonso Arinos — 1 voto

Para Vice-Presidente:

Afonso Arinos — 6 votos

Gaspar Veloso — 1 voto.

O Sr. Presidente declara então, então, eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Srs. Aloysio de Carvalho e Afonso Arinos.

Assume a presidência o Sr. Aloysio de Carvalho, que em seu nome e no do Sr. Afonso Arinos, agradece a confiança com que foram distinguidos.

Em seguida, o Sr. Presidente designa Relator da matéria o Sr. Nogueira da Gama.

Usa da palavra o Sr. Afonso Arinos para declarar ser de opinião de que se deva examinar a possibilidade da apresentação de uma medida legislativa, em decorrência da Emenda Constitucional, em trâmite no Senado Federal, que vise conceder anistia a civis e militares, que sofreram sanções, em face da crise nacional provocada com a renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros. Aduz, que nesse sentido já se encontra em andamento o Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Senador Cunha Mello, sugerindo assim, que a Comissão fixe orientar no sentido de apresentar integral apoio àquela proposição, que certamente contribuirá, ao lado da emenda constitucional, para melhor pacificar a Nação.

O Sr. Jefferson de Aguiar declara que ao relatar, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto que concede anistia aos rebeldes de Aracaju, pensou em apresentar emenda ao mesmo, que atenderia à sugestão apresentada pelo Senador Afonso Arinos. Não o fez, entretanto por entender de que melhor se fixaria a sugestão, se aprovada como consequência da aprovação da Emenda Constitucional. Por isso mostra-se inteiramente favorável à proposta do Sr. Afonso Arinos. Os Srs. Aloysio de Carvalho e Heribaldo Vieira, também membros da Comissão de Constituição e Justiça, deram seu testemunho confirmando os propósitos do Sr. Jefferson de Aguiar.

Também os Srs. Nelson Maculan e Heribaldo Vieira mostram-se favoráveis à sugestão apresentada expondo circunstancialmente seus pontos de vista.

Usa da palavra o Sr. Gaspar Veloso que declara que se encontrando o Congresso Nacional reunido num supremo esforço a fim de solucionar a crise político-militar em que se encontra a Nação, a simples adoção da emenda constitucional, instituindo o parlamentarismo, não seria suficiente, sem que

como decorrência fôsse adotada a sugestão formulada pelo Sr. Afonso Arinos. Sua opinião é de que tal medida, deveria estar consubstanciada dentre as Disposições Transitórias, constantes da Emenda Constitucional. Por isso sugere fôsse em nome da Comissão, proposto ao Plenário o caráter de urgência à proposição do Sr. Cunha Mello a fim de que a mesma tivesse condições de ser aprovada pelas duas Casas do Congresso, antes da promulgação da Emenda Constitucional.

Delibera, então, a Comissão, requerer em plenário urgência para o referido projeto de Decreto Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspende os trabalhos até às 14.00 horas, a fim de que possa o Relator da matéria, Sr. Nogueira da Gama, apresentar seu parecer, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, EM 2 DE SETEMBRO DE 1961

As 14 horas, sob a presidência do Sr. Aloysio de Carvalho, presentes os Srs. Nogueira da Gama, Afonso Arinos, Gaspar Veloso, Nelson Maculan, Jefferson de Aguiar e Heribaldo Vieira, reúne-se a Comissão Especial designada para emitir parecer à Emenda Constitucional.

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Nogueira da Gama, que emite minucioso parecer à Emenda Constitucional, que institui o regime parlamentarista, concluído por sua aprovação.

Em votação, a Comissão aprova por unanimidade, o parecer do Relator, tendo os Srs. Afonso Arinos e Heribaldo Vieira votado com restrições.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 148.ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1961

Extraordinária

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE.

As 11 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Dia 2-9-61 às 11 horas

Mourão Vieira — Cunha Mello — Vinício Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobato da Silveira — Victorino Freire — Leonidas Mello — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Rinaldo Fernandes — Dir-Huit Rosário — Argemiro de Figueiredo — João Arruda — Salviano Leite — Nogueira Filho — Silvestre Péricles — Leirival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Del Caro — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Cuado de Castro — Gilberto Marinho — Afonso Arinos — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Mattos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — Lopes da Costa — Afonso Guimarães — Gaspar Veloso — Nelson Maculan — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores. Ha-

vendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício de 2 de setembro, do Senhor Primeiro Secretário, da Câmara dos Deputados encaminhando o Projeto de Emenda à Constituição n.º 5, de 1961, que institui o sistema parlamentar do governo vasado nos seguintes termos:

"Tenho a honra de enviar a Vossa Exa., a fim de que se digne submetê-la à consideração do Senado Federal, a Emenda à Constituição que institui o sistema parlamentar de governo.

Outrossim, levo ao alto conhecimento de Vossa Excelência que a referida emenda foi aprovada nesta Casa do Congresso Nacional, em duas discussões, por dois terços dos seus membros, tendo se verificado a seguinte votação: em 1.ª discussão 234 votos sim e 59 não; em 2.ª discussão 233 votos sim e 55 não.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha elevada estima e distinta consideração. — José Bonifácio, 1.º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa, projeto de emenda à Constituição, que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 5, DE 1961.

(da Câmara)

N.º 16-A, de 1961, na Câmara

Institui o sistema parlamentar do governo.

CAPÍTULO I

Disposição Preliminar

Art. 1.º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do Governo assim como da administração federal.

CAPÍTULO II

Do Presidente da República

Art. 2.º O Presidente da República será eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos, e exercerá o cargo por cinco anos.

Art. 3.º Compete ao Presidente da República:

I — nomear o Presidente do Conselho de Ministros e, por indicação deste, os demais Ministros de Estado, e exonerar-lo quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;

II — presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;

III — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

IV — vetar, nos termos da Constituição, os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos deputados e senadores presentes, em sessão conjunta das duas câmaras;

V — representar a Nação perante os Estados estrangeiros;

VI — celebrar tratados e convenções internacionais, com referendado do Congresso Nacional;

VII — declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou, sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

VIII — fazer a paz com autorização e de referendado do Congresso Nacional;

IX — permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;

X — exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros o comando das Forças Armadas;

XI — autorizar brasileiros a aceitar, em nome do Brasil, empregos ou comissões de governo estrangeiros;

XII — apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do país;

XIII — conceder indultos e comutação de penas, com a audiência dos órgãos instituídos em lei;

XIV — prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais;

XV — outorgar condecorações e outras distinções honoríficas a estrangeiros, concedidas na forma da lei;

XVI — nomear, com aprovação do Senado Federal, e exonerar, por indicação do Presidente do Conselho, o Prefeito do Distrito Federal, bem como nomear e exonerar os membros do Conselho de Economia (art. 205, § 1.º).

Art. 4.º O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta de seus membros declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos crimes funcionais.

Art. 5.º São crimes funcionais os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I — a existência da União;

II — o livre exercício de qualquer dos poderes constitucionais da União ou dos Estados;

III — o exercício dos poderes políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do país.

CAPÍTULO III

Do Conselho de Ministros

Art. 6.º O Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do governo e pela administração federal, e cada Ministro de Estado individualmente pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

Art. 7.º Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade.

Art. 8.º O Presidente da República submeterá, em caso de vaga, à Câmara dos Deputados, no prazo de três dias, o nome do Presidente do Conselho de Ministros. A aprovação da Câmara dos Deputados dependerá do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único Recusada e aprovada, o Presidente da República deverá, em igual prazo apresentar outro nome. Se também for recusado, apresentará, no mesmo prazo, outro nome. Se nenhum for aceito, caberá ao Senado Federal indicar, por maioria absoluta de seus membros, o Presidente do Conselho, que não poderá ser quem quer dos recusados.

Art. 9.º O Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo.

Parágrafo único A Câmara dos Deputados, na sessão subsequente e pelo voto da maioria dos presentes, exprimirá sua confiança no Conselho de Ministros. A recusa da confiança importará formação de novo Conselho de Ministros.

Art. 10. Votada a moção de confiança, o Senado Federal, pelo voto de dois terços de seus membros, pode-

rá, dentro de quarenta e oito horas, opor-se a concessão ao Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O ato do Senado, se não for rejeitado, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão.

Art. 11. Os ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando esta lhes for negada.

Art. 12. A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de qualquer um dos seus membros, só pode ser apresentada a por cinco deputados no mínimo, e será oitiva e votada, salvo circunstância especial regulada em lei, cinco dias depois de proposta, dependendo da aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Art. 13. A moção de confiança pelo Conselho de Ministros será votada imediatamente e se considerará aprovada pelo voto da maioria dos presentes.

Art. 14. Verificada a impossibilidade de manter-se o Conselho de Ministros por falta de apoio parlamentar, ou quando em moções de desconfiança, propostas consecutivamente a três Conselhos, o Presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições que se realizarão no prazo máximo de noventa dias, a que poderão concorrer os parlamentares que hajam integrado os Conselhos dissolvidos.

Art. 15. Dissolvida a Câmara dos Deputados, o Presidente da República nomeará um Conselho de Ministros de caráter provisório.

Art. 16. A Câmara dos Deputados voltará a reunir-se, de pleno direito, se as eleições não se realizarem no prazo fixado.

Art. 17. Caberá ao Senado, enquanto não se instalar a nova Câmara dos Deputados, as atribuições do artigo 62, parágrafos III, IV e VII da Constituição.

Art. 18. O Conselho de Ministros eleito por maioria de votos. Nos casos de empate, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho.

Art. 19. O Presidente do Conselho e os Ministros podem participar das reuniões em qualquer das casas do Congresso Nacional.

Art. 20. Em cada Ministério haverá um Subsecretário de Estado, nomeado pelo Ministro, com aprovação do Conselho de Ministros.

Art. 21. Os Subsecretários de Estado poderão comparecer a qualquer das casas do Congresso Nacional e a suas reuniões, como representantes dos respectivos Ministros.

Art. 22. Demitido um Conselho de Ministros, e enquanto não se constituir o novo, os Subsecretários de Estado exercerão pelo expediente das respectivas pastas.

Art. 23. Ao Presidente do Conselho de Ministros compete ainda:

- I — ter iniciativa dos projetos de lei do governo;
- II — manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa;
- III — exercer o poder regulamentar;
- IV — decretar o estado de sítio nos termos da Constituição;
- V — decretar e executar a intervenção federal, na forma da Constituição;
- VI — enviar à Câmara dos Deputados a proposta de orçamento;
- VII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta

dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Art. 19. O Presidente do Conselho poderá assumir a direção de qualquer dos Ministérios.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Transitórias

Art. 20. A presente emenda denominará Ato Adicional, entrará em vigor na data da sua promulgação, pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 21. O Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exercerá o cargo de Presidente da República, nos termos deste Ato Adicional, até 31 de janeiro de 1961, prestando compromisso perante o Congresso Nacional e, na mesma reunião, indicará a aprovação da nomeação do Presidente do Conselho e a composição do primeiro Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O Presidente do Congresso Nacional marcará dia e hora para, no mesmo ato, dar posse ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros.

Art. 22. Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. A legislação delegada poderá ser admitida por lei veniente, em tal hipótese, fazer-se a

Art. 23. Fica extinto o cargo de Vice-Presidente da República.

Art. 24. As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema parlamentar de governo, no prazo que a lei fixar, e que não poderá ser anterior ao término do mandato dos atuais Governadores. Ficam ressaltados igualmente, até ao seu término, os demais mandatos federais, estaduais e municipais.

Art. 25. A lei votada nos termos do artigo 22 poderá isentar sobre a realização de plebiscito que, decida a manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.

O SR. PRESIDENTE:

Vai à Comissão Especial para emitir parecer.

Já se acham distribuídos aos Srs. Senadores mimeografados aos Srs. Senadores.

A Comissão especial poderá solicitar, se assim entender, prazo para prolatar a Mensagem.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, designado pelos meus companheiros da Comissão Especial, requeiro à Mesa prazo até às 14 horas para apresentação do parecer.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa tomará as necessárias providências e, afinal, convocará para as 14 horas, a fim de o Senado conhecer

o Parecer da Comissão, nos termos do Regulamento Interno.

Conclui a hora do Expediente.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Sr. Senado, poucas palavras para pronunciar neste instante.

A posição do meu Partido, será oportunamente definida, quando estiver em causa o Projeto de Reforma Constitucional, que V. Exa. anunciou já se encontrar sob o julgamento da Comissão nomeada por esta Casa, para o fim de examiná-lo.

Meu objetivo é fazer um a reafirmação de atitude, que regerá nos seguintes termos, como uma antecipação do voto à Emenda Constitucional a que me refiro.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, no auge da crise militar que vem perturbando a família brasileira, com a subversão da ordem constitucional, entendi que o regime estava no fim.

Impunha-se ao Congresso uma atitude viril e patriótica, que o levasse a tomar pela inflexível fidelidade à Constituição da República. Pronunciado, então, o meu primeiro discurso conclamando os governadores e assembleias legislativas de todos os Estados a que nos ajudassem na defesa do regime. Com os acontecimentos que se foram sucedendo, inspirou-se como solução da crise a instituição do sistema parlamentar. A esse tempo chegava-nos a declaração generosa do chefe do meu partido, disposto a aceitar toda fórmula honrosa, contanto que não se derramasse o sangue dos brasileiros. Apenas não aceitaria a renúncia, que significaria uma traição ao povo. E, mais tarde, consulto sobre o regime parlamentarista, o insigne chefe do Partido Trabalhista Brasileiro aceitava-o expressamente, sugerindo, entre outras medidas, que o plebiscito se processasse em prazo conveniente.

Resaltados como estavam os fatos do Congresso, pareceme inevitável e imperioso, forçar a desfezção da luta fratricida. Fomos então ao lado da corrente pacifidora, e assumimos os compromissos pela adoção do parlamentarismo.

E irei votá-lo. Não o farei sem profundo constrangimento. Além de ser adepto do presidencialismo, penso que a mudança de sistema de governo não poderia atingir, sem ofensa à vontade soberana do povo, o atual período governamental.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com muito prazer.

O Sr. Victorino Freire — V. Exa. nesta hora, também interpreta o pensamento da Bancada maranhense.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Muito obrigado.

O Sr. Victorino Freire — Também somos presidencialistas mas abrimos mão de nossa convicção para encontrar a solução que V. Exa. apresenta.

O Sr. Cunha Mello — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Pois não.

O Sr. Cunha Mello — Já que V. Exa. antecipa a opinião do seu Partido sobre o assunto...

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Perdôe-me o nobre colega, mas não estou autorizado a antecipar

a posição do meu Partido, que será expressa pelo Líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, o Sr. Senador Fausto Cabral. Com a oportunidade, S. Exa. na hora oportuna definirá a posição do Partido.

Entretanto, posso antecipar — e V. Exa. e os eminentes colegas devem saber — que a opinião unânime dos parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, e de apoio ao sistema parlamentarista, consubstanciado na Emenda constitucional, que vem de ser aprovada na Câmara dos Deputados.

O Sr. Cunha Mello — Devo declarar que nessa unanimidade do Partido, a que V. Exa. se refere, não está incluído. No Senado, na oportunidade regimental devida, manifestei o meu voto dado perante o Congresso Nacional.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Incorporo aos Anais desta Casa o ponto de vista da eminente e nobre Senador Cunha Mello, que é tão respeitável quanto a que estou exprimindo aqui, e a nome, hoje estou certo, da quase unanimidade do Partido Trabalhista Brasileiro. Penso ser unânime o ponto de vista do Partido, mas a discordância que acaba de ser manifestada só nos traz uma compreensão generosa, uma compreensão patriótica e democrática de todos, nesta Casa, agem sobretudo em obediência aos ditames da sua consciência.

Sr. Presidente dizia eu que além de ser adepto do presidencialismo, penso que a mudança do sistema de governo não poderia atingir, sem ofensa à vontade soberana do povo, o atual período governamental. (Lendo) Ademais, para mim, o parlamentarismo não porá termo às crises políticas deste País. Nenhum imediato às eleições, a desordem, a incompreensão, os erros, os crimes que possuem emersos dos setores militares, mesmo na virência do novo sistema. Não, imediatamente, por outro lado, crises mais constantes na vida política dos cidadãos.

A minha transigência conflita e com as convicções doutrinárias e políticas que alimento.

Ela brota, porém, de sentimentos maiores. O sentimento de amor a paz e a fraternidade. O sentimento de respeito à tranqüilidade das lides brasileiras. O sentimento de amor à pátria, que não pode perecer nas guerras das lutas fratricidas. (Muito bem! Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

(Continua a hora do Expediente) — Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fernandes.

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, sei breve na tribuna pois não ignoro o rito especial estabelecido para a votação da Emenda Constitucional, que se processará ainda no dia de hoje. Desejo, porém, extender perante o Senado o meu ponto-de-vista e a razão do meu voto.

Votarei, Sr. Presidente, a favor da Emenda parlamentarista, coerente sobretudo com o voto que já dei como participante da Comissão Conjugal desta, encarregada de sugerir normas para a conduta do Congresso Nacional, em face de transição presidencial, considerada incoerente em seus Anais.

Manterei, portanto, o meu voto naquela Comissão, posteriormente adotado pelo Congresso.

Quero, entretanto, declarar que não considero estejamos, no momento, vivendo no País uma crise que exija definições de direita ou de esquerda, de comunismo ou de democracia.

Para mim, Sr. Presidente, estamos realmente em face de uma opção: ou o militarismo ou a democracia. Não

concordo com o militarismo e, porque sou democrata, acato a Emenda parlamentarista. O sistema repugna a minha formação presidencialista, mas eu o aceito porque não entendo e não compreendo a existência latente em nossa terra de um quarto poder constituído pelas Forças Armadas.

O Sr. Criado de Castro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PAULO FERNANDES — Com muito prazer.

O Sr. Criado de Castro — Peço permissão, para, a esta altura de sua discursão, congratular-me com V. Exa e pedir-lhe a bondade de nele incluir o meu integral apoio às suas palavras. Não concordo também, em absoluto, como jamais concordei, com a existência desse quarto poder que é dos militares desviados.

O SR. PAULO FERNANDES — V. Exa. tem bastante autoridade para usar essa expressão. Acredito Sr. Presidente e que a maioria de nossos chefes militares não pensa como os três titulares das Pastas do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PAULO FERNANDES — Com muito prazer.

O Sr. Victorino Freire — V. Exa. não é contra o militarismo, é contra o militarismo d'iliberante.

O SR. PAULO FERNANDES — Contra o quarto poder.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PAULO FERNANDES — Com muita honra.

O Sr. Pedro Ludovico — Votarei pela Emenda parlamentarista embora, em tese, seja contra o Parlamentarismo no Brasil. Ainda não estamos bastante amadurecidos e educados para esse regime. Entretanto, devido à situação terrível que se nos apresenta, cedo no meu ponto-de-vista doutrinário, filosófico, para votar por essa Emenda constitucional. O Senado Federal, a meu ver, está agindo muito bem, e de acordo com a sua Maioria.

O SR. PAULO FERNANDES — Estou de pleno acordo com o nobre colega Pedro Ludovico e assim afirmava eu, Sr. Presidente.

Todos nós sabemos que a doutrina de Montesquieu, tão antiga, estabelece apenas a existência de três poderes; e a nós todos repugna o reconhecimento, tácito embora enconchado, da existência de um quarto poder espúrio.

O Senado agir bem votando pela Emenda parlamentarista. É uma verdadeira lição de compreensão a que o Senado, com o seu comportamento nos últimos dias, dá ao País.

Esperamos que através do novo sistema de Governo os representantes das Forças Armadas, que nada mais são que o próprio povo em armas, reflitam melhor ao tomar atitudes futuras.

Seja este, Sr. Presidente, o meu voto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATOS

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, a boa memória dos nobres colegas fixou, os Anais da Casa e registraram e a Imprensa publicou que, nas sessões dos dias 26, 27 e 28 do mês findo, sugeri à Mesa fôssa, em caráter oficial, informado o Vice-Presidente da República, Senhor João Goulart, de que o cargo de Presidente da República estava vago por força da renúncia de seu titular, e que o Congresso Nacional, em reuniões continuadas, aguardava a sua presença no Brasil para empossá-lo conforme o dispositivo Constitucional.

Presidia a sessão, quando pela primeira vez sugeri esta providência, o nobre Senador Cunha Mello, que explicou, as razões pelas quais não podia acolher a minha sugestão. Voltou a ela na sessão seguinte. Presidia a Mesa o nobre Senador Auro de Moura Andrade, que também, não a acolheu, mas justificou a sua recusa.

Anos os nobres Senadores que presidiam aquelas sessões, quando, ao meu entender, com absoluta imparcialidade, a Imprensa registou o fato com exatidão, porque completa a decisão tomada pelo nobre Senador Auro de Moura Andrade, nestes termos:

O Sr. Moura Andrade, presidente da Câmara, declarou a inapetência do Sr. Lino de Mattos, dizendo não aceitar qualquer providência no sentido de convocar o Senhor João Goulart, para assumir a Presidência da República. "É ato que não a esiera da Mesa do Congresso Nacional" — afirmou. A ele caberia receber a comunicação do Vice-Presidente da República de que vai assumir, nos termos do Regimento. O Congresso Nacional convocara uma sessão conjunta na qual o Vice-Presidente prestará o compromisso de Presidente da República. Portanto, o compromisso prestado e do Vice-Presidente e precisa ser reformulado na condição de Presidente da República. Era compromisso no exercício do cargo de Vice-Presidente e o Regimento do Congresso Nacional estabelece imperativamente a necessidade de seu compromisso como Presidente da República. Então, na sessão do Congresso caberá ao seu Presidente proclamar empossado o Presidente da República.

Devo dizer aos senhores senadores que mantenho e insisto em manter a confiança nas forças armadas do país.

A decisão da Mesa era pois no entendimento de que, ao apos comunicação do Vice-Presidente João Goulart de que pretendia assumir a Presidência da República, e para isso pedia fôsse designada a sessão própria, poderia assim agir. Nessa conformidade, houve por bem, ontem, para a próxima segunda-feira, dia 4, às 15 horas, a referida posse, em consequência de haver o Vice-Presidente João Goulart, que já se encontra em território nacional, se comunicado telefonicamente com a Presidência do Congresso Nacional.

Quero louvar a atuação de V. Exa, nobre Senador Auro de Moura Andrade, marcando aquela data. Fico-o, porque conheço algumas restrições à atuação de V. Exa, julgando-a precipitada.

No meu entendimento, V. Exa. lançou mão do único recurso de que dispomos, nós os Parlamentares, e que é a nossa Lei Magna. Nossa arma, nosso argumento, é a Constituição, é o Regimento Interno desta Casa, é o Regimento Comum das duas Casas.

V. Exa., conforme acentuou o responder aquela minha sugestão, nenhuma providência poderia tomar enquanto o Vice-Presidente da República não a solicitasse. Soluções, pelo Sr. João Goulart ontem à tarde, o caminho que V. Exa. tinha a seguir era exatamente o que adotou — marcar a sessão para o próximo dia 4.

Estes meus esclarecimentos, Sr. Presidente, e este meu louvor à ati-

tude de V. Exa. têm também por objetivo dar explicações à Nação sobre o nosso comportamento nesta Casa, para que ninguém tenha a impressão de que o Senado da República e Congresso Nacional estejam votando a emenda parlamentarista, sob coação das Forças Armadas, sob ameaça de tanques e metralhadoras.

Conforme acentuei em várias oportunidades, todos aqueles que concordarem com a medida que estamos aceitando, o Parlamentarismo, porque verificamos que após longos anos de presidencialismo, o regime não funciona bem.

Sustentei, em discurso anterior, que nenhum Presidente e da República, sob o regime presidencialista, conseguiu reunir em suas mãos maior soma de poderes do que o ex-Presidente Jânio Quadros. No entanto, com os poderes de que dispunha, com a assistência patriótica e a lealdade das Forças Armadas da República, conforme o próprio Sr. Jânio Quadros confessa na carta que acompanha o seu pedido de renúncia, ele desistiu de governar.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATOS — Chegamos então à conclusão de que realmente o regime presidencialista não aprovou bem. Fracassou.

Cabe ao Congresso Nacional, aos seus integrantes, parlamentares e intérpretes da vontade popular, tentar esta experiência parlamentarista, para verificar se é o regime ou são os homens que não funcionam bem.

Nas mesmas condições em que, hoje, estamos aqui reunidos para deliberar, consoante comportamento da Câmara, sobre a reforma para introdução do parlamentarismo, poderemos nós, ou aqueles que nos nossoz lugares estiverem de futuro, reexaminar o parlamentarismo, se ele não der o resultado prático esperado.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATOS — Concedo primeiramente o aparte ao nobre Senador Pedro Ludovico que já o havia solicitado. Em seguida ouvirei V. Exa.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa. fez referência à carta do Sr. Jânio Quadros. Quero relembrar ao nobre orador que S. Exa. foi paradoxal, porque afirma ter sido vencido pelas forças da reação e, logo em seguida, faz um elogio às Forças Armadas. Que forças da reação foram essas que o levaram a renunciar o mandato?

O Sr. Victorino Freire — Uma delas foi o Congresso Nacional.

O Sr. Pedro Ludovico — Uma coisa inenarrável. A não ser o Exército, as Forças Armadas, ninguém mais poderia pressionar o Sr. Jânio Quadros. Entendo, portanto, que S. Exa. foi enigmático e paradoxal no justificar a sua renúncia.

O SR. LINO DE MATOS — Permita-me o aparte do nobre Senador Pedro Ludovico como colaboração ao ponto de vista que já expedi desta tribuna do Senado, e da Câmara, quando funcionávamos em sessão conjunta do Congresso.

A mim, companheiro de luta do Sr. Jânio Quadros, também causou estranheza a contradição que se nota na carta que acompanha o pedido de renúncia, pois enquanto alega haver deixado o Poder coagido por forças da reação, elogia as Forças Armadas.

Sr. Presidente, o propósito que me traz à tribuna — de um lado louvar e aplaudir a atitude correta, legal, constitucional do nobre Senador Moura

Andrade, designando data para a posse do Vice-Presidente da República, e, de outro, fixar bem a posição, estamos tomando favoravelmente a aprovação da reforma constitucional para introdução do regime parlamentarista. — esse propósito não deve ser interpretado pela opinião pública como gesto de capitulação ante as Forças Armadas.

Devo neste instante, declarar o que sei a respeito do comportamento dos atuais titulares das Pastas militares.

Não estão eles de acordo — os três estavam de acordo até a tarde de ontem — com nenhuma outra coisa que não aquela contária a proposta do Sr. João Goulart.

É possível que, a esta hora, estes responsáveis pelas Pastas militares de acordo na aceitação da posse do Vice-Presidente da República e na aprovação da emenda parlamentarista. Não num gesto de cortesia, mas numa atitude de compreensão e respeito ante os sentimentos que explodem em todos os recantos do país, numa de não-racão unânime do povo brasileiro apegado ao regime constitucional, e ante a decisão da Casa ativa, patriótica, e correta da Mesa do Congresso Nacional tendo a frente essa figura, que se agiganta, do Sr. Moura Andrade?

O Sr. Leonidas Mello — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATOS — Concedo-o com prazer.

O Sr. Leonidas Mello — Aproveito o momento em que V. Exa. se refere à atitude do nobre Senador Moura Andrade, para fazer o que ontem não fiz porque fui forçado a ausentar-me temporariamente do Plenário. Manifesto a grande satisfação com que a bancada do Piauí participou da homenagem que a Casa prestou ao nobre Senador Auro Moura Andrade. Cheguei a acreditar-me para falar, logo que o eminente Senador Cunha Mello propôs a Casa a homenagem. Notei a grande sensibilidade com que o Senado recebeu, notei a atitude esclarecida e ardor cívico com que as bancadas e todos os partidos se pronunciaram. Quero neste instante, associar de modo especial a minha participação e tributo ao Senador Moura Andrade. S. Exa. colocando como o fez — toda a sua cultura, todo o seu patriotismo, todo o seu ardor cívico a serviço da Pátria — fez se creditar do respeito, da admiração e do reconhecimento não do Senado e do Congresso como todos os brasileiros, onde quer que estejam.

O SR. LINO DE MATOS — Registro, chefe de ufania patriótica, o aparte do nobre Senador Leonidas Mello, porque, estou certo, interpreta, interpreta e continua interpretando a unanimidade desta Casa.

Sinto-me à vontade para me referir, como o faço, ao comportamento do eminente Senador Auro Moura Andrade.

Irmãos nos ideais, todavia, sempre em trincheiras adversas, os senhores de Parlamento há muitos anos, nunca estivemos juntos, sempre adversários, mas sempre reconhecendo e prestando as homenagens de justiça a que S. Exa. faz jus.

Nunca, entretanto, na sua esplendorosa trajetória de homem público esse meu contemporâneo cresceu tanto ao olhos da consciência nacional como nestes dias, desde o instante em que, contrafeito, S. Exa. recebeu das mãos do então Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, o pedido de renúncia do Presidente da República, Jânio Quadros, até o momento em que, cumprindo a Constituição, embora reconhecendo o significado do seu ato, não

tendo por bem colocar a Lei acima de tudo, e marcar a data da posse do Vice-Presidente João Goulart.

Concedo o aparte ao nobre Senador Lobão da Silveira, com as minhas exatíssimas por não o ter feito antes.

O Sr. Lobão da Silveira — No momento em que solicitei permissão para o aparte e que só agora me é concedido, referia-se V. Exa. ao fracasso do Presidencialismo. Não creio que o regime presidencialista tenha fracassado. Quem fracassou foi o Sr. Jânio Quadros que, apesar de enfeixar em tantos poderes ainda queria outros mais altos, os de um ditador no Brasil.

O SR. LINO DE MATTOS — Não quero, nesta oportunidade, discutir o assunto com o nobre Senador Lobão da Silveira. Confesso que é a terceira vez que, através de pates, o eminente colega do Pará tenta conduzir-me para esse terreno, para essa luta. Em outras oportunidades respondi a S. Exa. e o Marechal Deodoro também enfiou poderes quase que absolutos, como Presidente constitucional, não uniformado com restrições feitas pelo Congresso Nacional.

Deodoro, militar, Marechal do Exército brasileiro, com as glórias da Proclamação da República...

O Sr. Silvestre Péricles — Da fundação da República.

O SR. LINO DE MATTOS — ... pois foi ele o seu fundador sob a administração do povo brasileiro que reconheceu em Deodoro o Proclamador, convênio de que poderia enfrentar e reformar o Parlamento da República, resolveu dissolvê-lo, no dia 3 de novembro de 1891. Mas, vinte dias depois, não teve outra orientação se não a de renunciar à Presidência da República, capitulando ante a Lei, ante o povo, porque nós o representamos.

Seguiu-se-lhe Floriano Peixoto — o Marechal de Ferro — que foi até ao final do mandato, é verdade; mas sabe a História, porque as registrou, as tradições vividas na sua tempestuosa administração.

O Sr. Silvestre Péricles — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo prazer.

O Sr. Silvestre Péricles — Quería apenas, dizer que Deodoro renunciou nobremente. Era um bravo. Renunciou para evitar derramamento de sangue dos brasileiros. Não pertencia a esse grupelho de indivíduos indolentes que colocam suas ambições acima da pacificação do povo brasileiro.

O SR. LINO DE MATTOS — Não quero, Sr. Presidente, neste final do pouco tempo de que disponho, analisar os apartes que me foram, honrosamente, oferecidos pelos Senadores Silvestre Péricles e Lobão da Silveira.

Vou encerrar fixando esta posição: votarei a Emenda Parlamentarista pelas razões constantes de discursos meus anteriores. Entendo que as Forças Armadas devem compreender os sentimentos populares, interpretados pela vontade do Congresso Nacional.

Convencido dessa situação, não tenho dúvida alguma de que, às 15 horas de Segunda-feira, 4 de setembro, o Sr. João Goulart, em sessão solene do Congresso, será empossado Presidente da República. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Antes de passar à Ordem do Dia, vou mandar passar a leitura do ofício que recebi da Presidência da Câmara dos Deputados, com referência a sessão conjunta destinada à proclamação, pelo Sr. D. João Belchior Marques Goulart, do compromisso

constitucional de Presidente da República.

O Sr. 1º Secretário procede a leitura no seguinte ofício:

Brasília, em 1 de setembro de 1961
Senhor Presidente

Atendendo à solicitação que lhe dirigiu o Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart, pedindo data de 4 de setembro para a sua posse, consulto Vossa Excelência à Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 1º, parágrafo 2º do Regimento Comum do Congresso Nacional, sobre a realização da Sessão Conjunta naquele dia, às 15 horas.

Na reunião que imediatamente se seguiu ao recebimento do ofício de Vossa Excelência, a Mesa da Câmara, reconhecendo embora, tanto a competência de Vossa Excelência para proceder à aludida convocação, como a legitimidade da investidura do Senhor João Belchior Marques Goulart na Presidência da República, resolveu contudo levar ao esclarecido espírito de Vossa Excelência uma ponderação.

Está a Câmara empenhada, no momento, na votação da emenda constitucional que institui o regime parlamentarista, sugerida pela Comissão Mista, cujo parecer, no sentido de sua apresentação, foi praticamente aprovado pela unanimidade do Congresso.

Essa Comissão elaborou normas especiais para a tramitação da referida emenda, ao fim das quais aduziu, explicitamente que

"o respeito à Constituição Federal, implica em cumprimento do seu art. 79, com a investidura do Dr. João Belchior Marques Goulart, na Presidência da República com os poderes que o povo lhe conferiu, cujo exercício se vier a ser adotado o parlamentarismo se ajustará às condições peculiares a esse sistema".

A ponderação é no sentido de que Vossa Excelência decida sobre a data da convocação, levando em conta as circunstâncias que acima vão expostas.

Esse pensamento é transmitido a Vossa Excelência com uma colaboração no grave momento que o País atravessa o que exprime a opinião da Mesa da Câmara dos Deputados, por ser a opinião da maioria dos seus membros.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração. — a) Sérgio Moulinhas, Presidente, em exercício, da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser feita, a seguir, a leitura da resposta dada pela Presidência do Senado ao ofício que acaba de ser lido.

O Sr. Primeiro Secretário procede a leitura do seguinte ofício:

Brasília, 1 de setembro de 1961
Senhor Presidente.

Acuso o recebimento de seu Ofício de hoje, sobre a convocação que fiz do Congresso Nacional para 4 de setembro às 15,00 horas, com audiência prévia dessa Câmara, nos termos do artigo 1º § 2º do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Agradeço a nonrosa manifestação da Mesa da Câmara dos Deputados ao reconhecer a minha competência para proceder à aludida convocação, bem como ressaltar a preocupação manifestada por ela em declarar a legitimidade da investidura do Senhor João Belchior Marques Goulart na Presidência da República.

Pondera, entretanto, o Ofício a circunstância de se achar em processo de votação nossa Câmara a emenda constitucional que institui o regime parlamentarista, sugerida pela Comissão Mista, cuja parecer, no sentido de sua apresentação, foi praticamente aprovado pela unanimidade do Congresso.

Assinala o Ofício, ainda, que o Parecer deixou explícito o seguinte:

"o respeito à Constituição Federal, implica em cumprimento do seu artigo 79, com a investidura do Doutor João Belchior Marques Goulart, na Presidência da República, com os poderes que o povo lhe conferiu, cujo exercício, se vier a ser adotado o parlamentarismo, se ajustará às condições peculiares a esse sistema".

E esclarece Vossa Excelência que tais ponderações são feitas como colaboração no grave momento que o País atravessa e exprimem a opinião da Mesa da Câmara dos Deputados, por sua maioria.

Declara por fim Vossa Excelência, em nome da Mesa da Câmara dos Senhores Deputados, que entrega à minha resolução decidir sobre a data da convocação, levando em conta as circunstâncias apontadas.

Agradeço a atenciosa conduta dessa nobre Mesa e comunico que, após ponderar sobre as razões do Ofício, e reexaminar com a mais cuidadosa atenção o acerto do ato, tudo com o sincero sentido de apreço pela Mesa da Câmara dos Deputados, sou levado a confirmar a convocação anunciada para as 15,00 horas do próximo dia 4.

Não posso recusar em momento, nenhum e com maior razão na grave crise que atravessa o País, marcar data para a posse do Presidente do Brasil, no dia em que o mesmo solicita.

Deixar de fazê-lo seria provocar as seguintes consequências:

I — dar a impressão de que o Congresso Nacional perfilha a tese dos que lhe recusam a posse;

II — diante da comunicação do Presidente, de que entraria no Brasil nesta data e desejava a posse para o dia 4, não marcar a significância agravar a crise, pela suposição da ocorrência de dualidade de poder;

III — de fato, a declaração de que o Presidente peiu, e o Congresso marcou data para a sua posse, implica no conhecimento nacional de que o mesmo não se acha ainda investido e, portanto, não iniciou o exercício da autoridade presidencial;

IV — de outra parte, a fixação da data para a posse tranquiliza os espíritos em todo o território nacional.

A circunstância de se achar em tramitação uma emenda constitucional, não me possibilita recusar o cumprimento da Constituição vigente e do Regimento Comum, principalmente quando o parecer da Comissão Mista aduziu, na parte citada no Ofício de Vossa Excelência que o respeito à Constituição Federal implica na investidura do Senhor João Goulart com os poderes que o povo lhe conferiu, cujo exercício se ajustará às condições do parlamentarismo, se este vier a ser adotado.

Na realidade, o Congresso deu apoio praticamente unânime ao Parecer, exatamente porque este não fazia depender da emenda parlamentarista a posse do Presidente.

Assim, pedindo desculpas a essa Ilustre Mesa e agradecendo as ponderações que me fez, bem como o atencioso reconhecimento de minha competência para o assunto, confirmo a convocação das duas Casas do Congresso para as 15,00 horas do dia

4, cuja data somente poderá ser modificada se ocorrer pedido de adiamento por parte do Presidente João Goulart, ou se ocorrer qualquer impossibilidade de seu comparecimento.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador Auro Moura Andrade, Presidente me exercício do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara, nº 77, de 1960 (nº 4.609, de 1958, na Câmara), que concede pensão especial de Cr\$ 3.500,00 mensais a D. Lindinalva Costa Barros, e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 517, de 1961, das Comissões

— de Constituição e Justiça

— e de Finanças. (Pausa)

— Em discussão o projeto.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão (Pausa).

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai a sanção.

O Congresso Nacional decreta:

Artº 1º E' assegurada a D. Lindinalva Costa Barros, viúva de Manoel Pedro de Barros, vítima do acidente com veículo do serviço público federal, uma pensão especial de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) mensais.

Art. 2º A pensão de que trata esta lei será paga pelo Tesouro Nacional à conta da dotação própria do orçamento para o Ministério da Fazenda, revertendo em caso de morte da beneficiária, aos filhos menores durante a menoridade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando para às 14 horas outra sessão extraordinária, na qual deverá ser apresentado o Parecer da Comissão Especial.

Não podendo ainda figurar na pauta da deliberação, nessa oportunidade, o Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1961, à vista do disposto na Resolução nº 46, de 1961, que estabeleceu o rito a que deve obedecer essa matéria, designo, para a referida sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 2 de setembro de 1961

(Sábado)

Extraordinária às 14 horas,

Da Comissão de Finanças.

— Está emendada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos).

ATA DA 149ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1961

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE — CUNHA MELLO E ARGEMIRO FIGUEIREDO

As 14 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Viriato Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Archer — Leonidas Mello — Mathias Olimpio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Meneses Pimentel — Sérgio Marinho — Reginaldo Fernandes — Dirceu Hilt Rosado — Argemiro de Figueiredo — João Arruda — Silviano Leite — Norões Filho — Jorbas Maranhão — Atriano Lages — Silvestre Péricles — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Peribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloncio de Carvalho — Del Caro — Ari Vianna — Jefferson de Azevedo — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Miguel Couto — Caiado do Castro — Gilberto Marinho — Afonso Arinos — Benedito Valadares — Noqueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lima de Mattos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — Juscelino Kubitschek — João Villas-Bôas — Lopes da Costa — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Macielan — Savio Ramos — Irineu Bornhausen — Guido Bondian — (56)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente para ser lido.

A Presidência teve oportunidade de comunicar telegrama do Sr. Presidente da República em exercício, em resposta ao ofício que, na qualidade de Presidente do Congresso e em nome de sua Mesa, enviou a S. Exa. a respeito de censura à imprensa, citando o caso particular do jornal *Diário de Notícias*. Em seguida, conforme é do conhecimento dos Srs. Senadores, dado que transmiti a notícia, no dia 30 de agosto, ao Congresso Nacional, em sessão conjunta, formulei mais dois ofícios, sob nºs 61 e 62, atendendo às informações que, durante a sessão, recebi quanto à existência de censura à imprensa, notadamente em determinados jornais como *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Luta Democrática* e *Diário de Notícias*, e suspensão dos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã*.

Ontem, recebi o seguinte telegrama do Sr. Presidente da República em exercício, Deputado Ranieri Mazzilli:

Senador Auro Moura Andrade.

Congresso Nacional — Brasília — D. F.

Po Planalto — Brasília — DF — 317.302 — 31-8-61.

Acusou recebimento ofícios 61 e 62, ambos 30 agosto que encaminharei Ministério Justiça para providências cabíveis suspensão censura imprensa já determinada. Atenciosos cumprimentos — Ranieri Mazzilli, Presidente da República em exercício.

— Dou com satisfação conhecimento à Casa do Telegrama, através do qual fica ciente de que a censura da Imprensa foi suspensa.

Na hora grave que atravessamos, a notícia de que a liberdade de Imprensa volta a ser exercitada é auspicio-

sa, pois esta liberdade é essencial à formação da opinião pública.

Sobre a mesa, Redação Final que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Parecer nº 531, de 1961

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1959.

Relator: Sr. Lourival Fontes.

A Comissão apresenta a relação final (fl. anexa), do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1959, emendado pela Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1961. — Sérgio Marinho, Presidente. — Lourival Fontes, Relator. — Ary Vianna — Meneses Pimentel.

ANEXO AO PARECER Nº 531, DE 1961

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1959, emendado pela Câmara dos Deputados.

Institui o uso obrigatório de emblema distintivo das organizações nacionais de saúde e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' adotado, para uso obrigatório e exclusivo de todas as entidades nacionais de saúde, públicas ou privadas, a fim de proteger e distinguir os membros das profissões médicas e paramédicas no exercício de suas atividades, o emblema sugerido e aprovado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, representado por um bastão serpentário na cor vermelha sobre fundo branco, na forma do desenho anexo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às Forças Armadas do País observando-se, quanto a estas, o estipulado nos tratados e convenções internacionais firmados pelo Brasil em relação ao uso do emblema da Cruz Vermelha.

Art. 2º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação da presente lei, o Poder Executivo baixará, através do Ministério da Saúde, as normas reguladoras do fiel cumprimento do que nela se contém.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Projeto está em regime de urgência. Assim, passa-se à imediata,

Discussão única da redação final do Projeto de Lei do Senado número 25 de 1959, que institui o uso obrigatório de emblema distintivo das organizações nacionais de saúde e de outras providências (redação alterada pela Comissão de Redação em seu Parecer número 531, de 1961). (Pausa)

— Em discussão a redação final, lida anteriormente.

Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerro a discussão (Pausa).

Em votação

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovada.

O projeto vai à sanção.

Lembro, aos Srs. Senadores, que o período do expediente, nas sessões extraordinárias, é de trinta minutos, nos termos do Regimento Interno.

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, entendi que o silêncio era

a melhor forma de servirmos à situação que atravessamos, que exigia ação. Mas, de agora em diante, ao contrário, creio que cada um deve manifestar-se através desta tribuna.

Pelo conhecimento que tenho do Senado, o regime parlamentarista está praticamente instalado em nosso País; será aprovado quase pela unanimidade do Senado Federal. Ao contrário da Câmara dos Deputados em que tal situação seria imprevisível, podemos avançar, a todo o País que, provavelmente, ainda não ingressaremos no regime parlamentarista.

Sr. Presidente, sempre fui presidencialista; mas interrupções no funcionamento normal desse regime, vêm justificando, sem dúvida, a esperança de que ora estamos imbuídos, no sentido de que possamos, com o novo sistema de Governo, corrigir os defeitos, quase insuperáveis, que vimos tolerando nos últimos anos, sob o regime que hoje abandonamos.

Desde que ingressel nesta Casa venho mantendo em ferro frio, em relação a um dos problemas fundamentais sob o qual qualquer regime funcionaria bem no Brasil. Refiro-me à campanha do reagrupamento dos partidos políticos, sempre atual mas sempre relegada, como vem sendo, para dias futuros como acontece com os nossos problemas básicos.

Através de inúmeros discursos, meus e de outros Srs. Senadores, tentamos no limite de nossas forças, buscar correção para a pulverização dos partidos democráticos, responsável, sem dúvida, pela maioria das deturpações dos nossos pleitos eleitorais e dos desastres a que temos assistido, em que o regime esteve por três vezes, pelo menos, a pique de afundar, nos últimos períodos presidencialistas.

Esse reagrupamento tem agora um sentido todo especial e podemos perfeitamente defini-lo em torno: a) dos Partidos democráticos sociais (Partidos do Centro); b) dos trabalhistas; c) dos comunistas; e d) dos integralistas.

A posição, por exemplo, do Partido Libertador no grupo da União Democrática Nacional, do Partido Social Democrático, do Partido Republicano e de outros pequenos partidos, fica agora perfeitamente definida pois, ao final de tantos anos de glória, a luta alcançou o objetivo que no seu programa era o tópico que a distinguiria das demais agremiações afins.

A integração dos pequenos partidos formando o bloco do centro é hoje perfeitamente viável, sobretudo em face da situação que agora estabelecemos, com a reforma da Constituição. Ela extinguiu a boa vontade e muita ação estoicismo e espírito de renúncia de todos os responsáveis pela política brasileira, nesta emergência em que este regime poderá fracassar como fracassado está o presidencialismo.

Sr. Presidente, lerei a seguir, uma sugestão para o reagrupamento dos partidos democráticos sociais do centro: —

“Constituição de “Bloco do Centro” constituído pelos Partidos Democráticos Sociais do Brasil.

Proponho aos Membros do Senado Federal e Câmara dos Deputados, que a partir da adoção do Parlamentarismo, constituam o “Bloco do Centro” formado pelos Partidos Democráticos Sociais, (centro) representados no Parlamento — com as seguintes e principais finalidades: —

1) Preparo da reforma eleitoral, lei orgânica dos partidos e outros dispositivos essenciais às eleições gerais de 3 de outubro de 1962.

2) Fusão dos Partidos Democráticos Sociais do País (de Centro) em um grande “Partido de Centro”, ou, a grande “Aliança de Agremiações”, devidamente revigoradas, por nova legislação, visando à sobrevivência e evolução progressiva do regime.

3) Exercer com a política ao P.T.B. no sentido de se firmar como um Partido Trabalhista, com moldes modernos, e de exercer o Poder até 1966 partidaricamente, com responsabilidade sua e com Ministros seus, aceitos e amparados por maioria e disinteressada maioria formada pelos Partidos do Centro.

4) Promover o reagrupamento de fato dos adeptos do comunismo e do integralismo, indo até o limite da legalização de suas pequenas agremiações, quando as condições internas e externas do País, aconselharem tais medidas.

Sr. Presidente, muito patriotismo será exigido do Congresso Nacional, que deu provas no momento azado de coragem, através da ação desassombrada de seus Membros e do nosso Presidente, demonstrando que os brasileiros um dos esteios da Democracia em nossa terra.

Os debates na Câmara e no Senado vieram mostrar quão injustas são as acusações de que sofre o Parlamento brasileiro e evidenciar o nosso amadurecimento político, que há de levar o nome do Brasil novamente, no conflito dos povos da civilização.

Muito patriotismo seria exigido do Congresso Nacional, se membros da Câmara e do Senado passassem a vital unidade do Congresso Nacional, que ora se impõe para enfrentar o Parlamentarismo no Brasil.

Muito patriotismo seria exigido de Presidente João Goulart, ao aceitar horas antes de assumir o Poder, para o qual foi legitimamente eleito, o deslocamento de sua missão, para funções das do novo Regime Parlamentarista.

E' vital a unidade, do Presidente João Goulart, e seu correligionários mais chegados para que, realmente, enfrentem com sucesso as dificuldades que terão pela frente daqui por diante.

Muito patriotismo exigido do Triunvirato Militar, que de fato recebeu o Governo das mãos do ex-Presidente que não teve a paciência de entregá-lo, como recebeu, diretamente ao seu sucessor. Evidenciou este Triunvirato um fato inegável, que um dos membros relatou a vários Senadores: três minutos depois de receberem o Poder da mão do Sr. Presidente, eles deram a prova da desambigação pessoal, já tradicional nas nossas Forças Armadas buscando, uma solução que excluísse seus nomes, ou o de outros Militares — de qualquer aventura, palaciana.

Não posso agora entrar no mérito das soluções equacionadas, nestes últimos e conturbados dias mas o que é fato e que precisamos, o que urge e o que está evidenciado e a necessidade inadiável da unidade vital das Forças Armadas.

Muito patriotismo dos Partidos Sociais Democráticos, os Partidos do centro, especialmente do P.S.D., da U.D.N., e dos pequenos Partidos, para se integrarem de fato nesse bloco do centro que, sem dúvida nenhuma, e aceito individual e prontamente por todos os Srs. Senadores e Deputados, mas quando se reúnem, quando fazem coletivamente, afastam e deixam para tais iniciativas para os dias vindouros e nunca alcançados, como vem acontecendo com os problemas básicos deste País, mesmo aqueles que são cristalinamente de maior interesse para a Pátria.

Defendo ardentemente a constituição deste "Bloco do Centro" para podermos governar o País, nesta emergência, em que ou alegramos ou o mereçamos, se não tivermos o devido espírito de sacrifício para constituir inovar no bom sentido.

Sr. Presidente, é mais uma necessidade vital, a unidade dos Partidos de centro, formada pela União Democrática Nacional, Partido Social Democrático e pequenos Partidos. Muito patriotismo é requerido do Partido Trabalhista Brasileiro, até hoje absorvido pelo Partido Social Democrático, em muitos Estados, apesar dos esforços dos seus líderes, para tornar-se uma grande agremiação trabalhista de fato e de direito, livre das influências e infiltrações comunistas e filocomunistas; a eliminação dos que nele ingressaram visando destruí-lo vai exigir, de cada petebista de fato, muitos sacrifícios de ordem pessoal. O mesmo se verifica infelizmente com a maioria dos Partidos Democráticos do País, que sofreu igualmente os males de tais infiltrações que se acentuaram após o fechamento do partido comunista, que colado na ilegalidade, ali encontrou o maior esteio para sua ação demolidora do regime que herdamos dos nossos antepassados e que amamos.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Peço ao nobre Senador Caiado de Castro, antes de lhe conceder o aparte, que atente para o seguinte: em duas eleições que me elevaram, primeiro ao Governo, de meu Estado e depois à cadeira que ocupo nesta Casa, fui apoiado por fortes correntes do Partido Trabalhista Brasileiro de Goiás. Sou grato a esse Partido, e as palavras que acabo de pronunciar são a minha verdade, aquela que sinto como realidade sem qualquer intenção de diminuir uma agremiação à qual devo muito por ter contribuído voluntariamente para minha eleição.

Aceto, agora o aparte a V. Ex.^a, nobre Senador Caiado de Castro.

O Sr. Caiado de Castro — Nobre Senador Coimbra Bueno, sabe Vossa Excelência a amizade que nos liga desde o tempo em que V. Ex.^a era criança. Sabe V. Ex.^a que estou habituado a respeitar suas opiniões e reconhecer a sinceridade de V. Ex.^a, quando diz aquilo que pensa e o que deseja, mas V. Ex.^a está cometendo injustiça que não posso aceitar, primeiro como petebista, e depois como o velho soldado. Não posso aceitar o apelo que V. Ex.^a faz ao Partido Trabalhista Brasileiro para que retire de seu bôlo os comunistas. Os comunistas, sabe V. Ex.^a, penetraram em todos os Partidos...

O Sr. Guido Mondim — Muito bem.

O Sr. Caiado de Castro — ... e tenho orgulho em dizer que o meu Partido talvez seja o primeiro a protestar contra essa infiltração, que o Partido de V. Ex.^a também registra.

O SR. COIMBRA BUENO — Pediria então a V. Ex.^a e ao nobre Senador Paulo Fender que ouçam o desenvolvimento de meu discurso, no qual abordei e abordarei novamente esses aspectos.

Não afirmo que somente o Partido Trabalhista Brasileiro sofre infiltração de comunistas; o Partido Social Democrático, e a minha U.D.N. e uma maneira geral todas as entidades políticas econômicas e sociais do País, especialmente as representativas das classes trabalhadoras, vêm sofrendo as consequências desta mal. O Partido Trabalhista Brasileiro legítimo que, ao estilo dos grandes países que se desenvolveram naturalmente irá sentir-se forte quando apoiado em suas atividades, pelos governamentais pelos Blocos dos Partidos

do Centro, puder aliviar novos e valiosos adeptos e fortalecer-se assim para bem próprio e do regime. Conheço e tenho a honra de privar com homens do Partido Trabalhista Brasileiro, de primeira água, só que sem chance, não aparecem, como acontece com a maioria dos jovens; esta ao meu ver, é a oportunidade de aparecerem e se afirmarem contribuindo eficazmente para o sucesso da experiência parlamentarista.

O Sr. Caiado de Castro — O nobre orador não ignora que a infiltração comunista se verifica em todos os partidos, e no entanto apenas destaca o PTB. Sabe V. Ex.^a que o Governador do Estado da Guanabara, ude-nista cujas convicções ninguém pode negar, foi o primeiro a prestar em convenção da U.D.N. contra a infiltração comunista em seu Partido.

O SR. COIMBRA BUENO — Para ser mais convincente, na resposta a V. Ex.^a peço vênha para agregar suas oportunas palavras ao meu discurso.

O Sr. Caiado de Castro — V. Ex.^a me perdoe; apenas não quis deixar passar sem protesto, o apelo que o nobre colega faz ao P.T.B., e que pode, sem hesitação ou remorso, estender as outras agremiações, em pé de igualdade, pois todas são infiltradas.

O SR. COIMBRA BUENO — Transformo o apelo ou protesto de V. Ex.^a em colaboração agregando suas palavras ao meu discurso. Nem tem qualquer sentido de acusação meu apelo para que constitua em bloco político de centro que é o ideal de muitos Senadores aqui presentes.

O que nos tem faltado é disposição para enfrentar essa realidade, que se reflete nos Estados e nos Municípios e ninguém até hoje se deu ao ingente trabalho de enfrentar problema de tal magnitude.

O Sr. Paulo Fender — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Pediria aos nobres Senadores para deixar os apartes para o final do meu discurso, porque só assim terei oportunidade de completar o meu pensamento.

O Sr. Paulo Fender — Desejava apenas secundar o aparte do nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. COIMBRA BUENO — Pediria que V. Ex.^a aguardasse o final do meu discurso.

O Sr. Paulo Fender — Então desisto do aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Vossa Excelência tem o aparte, que muito me honra.

O Sr. Paulo Fender — O Partido Trabalhista Brasileiro não é Partido de direita...

O SR. COIMBRA BUENO — Eu nunca disse isso.

O Sr. Paulo Fender — V. Ex.^a diz que o PTB passou para a direita, no entanto, temos fisionomia própria pois professamos o socialismo democrático.

O SR. COIMBRA BUENO — Peço a V. Ex.^a que reveja meu discurso; não afirmo tal heresia.

O Sr. Paulo Fender — Nada temos a ver com o comunismo...

O SR. COIMBRA BUENO — Eu não disse isso e peço a V. Ex.^a que não me atribua essas palavras; disse que o PTB sofre as consequências de infiltrações comunistas.

O Sr. Paulo Fender — ... que nos é completamente indiferente, mas marcharemos para as nossas reivindicações, que estão ainda muito longe de serem atendidas.

O SR. COIMBRA BUENO — Neste particular estou de pleno acordo com V. Ex.^a, e preconizo o fortalecimento de seu Partido.

Sr. Guido Mondim — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Pois não!

O Sr. Guido Mondim — Vou no rastro do Senador Caiado de Castro; mas S. Ex.^a talvez esteja enganado quando diz que todos os Partidos estão infiltrados de comunistas, pois o PRP, a que tenho a honra de pertencer, está rigorosamente imunizado.

O SR. COIMBRA BUENO — Talvez o Partido Comunista não esteja infiltrado de comunistas. (Risos).

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Com prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Vossa Excelência não devia declarar que o Partido Trabalhista é dependente do Partido Social Democrático, porque V. Ex.^a sabe que na penúltima eleição em Goiás o PTB ficou contra o PSD e foi derrotado.

V. Ex.^a, que representaram a UDN o PTB e o PR foram todos derrotados pelo PSD.

O SR. COIMBRA BUENO — Nobre Senador, em determinado momento ficamos eufóricos em Goiás quando a coligação democrática se aliou ao PTB para dar combate ao Partido Social Democrático; mas descobrimos mais tarde, depois da eleição, que a maior parte do PTB de Goiás de então, era V. Ex.^a, que preside o PSP no Estado. (Risos).

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex.^a está exagerando. A verdade é que o PTB foi contra o PSD.

O SR. COIMBRA BUENO — O PTB tem progredido em Goiás; mas naquela época — repito — era na sua maior parte dependente do PSD de V. Ex.^a.

O Sr. Guido Mondim — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Com prazer.

O Sr. Guido Mondim — Esse conceito de dependente está muito alterado no sistema de Partidos políticos no Brasil. A esta altura, todos os Partidos políticos são dependentes uns dos outros.

O SR. COIMBRA BUENO — Há quem diga que o Presidente Getúlio Vargas, repetindo a Bíblia, tirou uma costelinha do PSD e fez o PTB.

O Sr. Guido Mondim — O problema, então, não é do meu Partido.

O Sr. Caiado de Castro — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Pois não.

O Sr. Caiado de Castro — V. Ex.^a, esta muito equivocado quanto à formação do Partido Trabalhista e a ação do Presidente Getúlio Vargas, naquela oportunidade. Aliás, político mais antigo do que eu, V. Ex.^a, deveria conhecer melhor o assunto.

O SR. COIMBRA BUENO — De-me uma resposta, nobre Senador: o ilustre e saudoso Presidente Getúlio Vargas era petedista ou petebista?

O Sr. Paulo Fender — Ambas as coisas.

O SR. COIMBRA BUENO — Então, V. Ex.^a, não precisa acrescentar mais nada.

O Sr. Paulo Fender — Eu repilo essa origem de costela, atribuída por

V. Ex.^a ao PTB, em nome da nossa virilidade.

O SR. COIMBRA BUENO — Isso não é comigo.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Lembro a Vossa Excelência que está para se esgotar a hora reservada ao Expediente. Solicito aos nobres Senadores que permitam ao orador concluir rapidamente as suas considerações.

O SR. COIMBRA BUENO — Sr. Presidente, agradeço a advertência de V. Ex.^a. Procurarei encaminhar o mais rapidamente possível as considerações finais do meu discurso.

Dizia eu que o momento requer muito patriotismo do Partido Trabalhista Brasileiro, e total independência do Partido Social Democrático, para alçar-se em Partido Trabalhista de fato e de direito.

O Sr. Paulo Fender — Já o é, de fato.

O SR. COIMBRA BUENO — ... livre das excessivas influências do PSD e das infiltrações comunistas ou filocomunistas, cuja eliminação exige muitos sacrifícios de ordem pessoal, não só do PTB como de qualquer Partido, igualmente sofrido.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Desculpe V. Ex.^a, mas o Sr. Presidente já me advertiu de que o meu tempo está se esgotando.

O Sr. Vivaldo Lima — Serei breve. Apenas aproveito o ensejo que se me oferece para fazer ligeiras considerações em torno do caso da infiltração de elementos comunistas em todos os Partidos democráticos do País.

O SR. COIMBRA BUENO — Naturalmente, a culpa não é dos comunistas, mas da própria lei; não tendo a casa própria se meteu na dos outros, e só pode ser para destruí-los e com elas o nosso regime.

O Sr. Vivaldo Lima — Não se quer permitir que funcione o Partido Comunista, devido ao temor que a democracia brasileira tem à sua existência legal. Entretanto, melhor seria que os comunistas infiltrados fossem para a sua facção política e se apresentassem, ou como força ponderável ou, naturalmente, dentro do reduzido número de adeptos que pudesse conjugar para compor as eleições das duas Casas do Congresso.

O SR. COIMBRA BUENO — Agradeço muito o aparte de V. Ex.^a. Posso mesmo dar-lhe o testemunho, não só em meu nome, mas talvez também em nome do nobre Senador Pedro Ludovico, de que se existisse legalmente o Partido Comunista no Brasil, em Goiás ele não teria, provavelmente, mais do que uns quinhentos ou seiscentos eleitores.

Sr. Presidente, torna-se mister o fortalecimento do Partido Trabalhista Brasileiro com todos aqueles elementos que, sendo trabalhistas, no bom sentido, sonham neste País, com um partido em moldes modernos, capaz de, enfrentar com meios e homens próprios a administração do País, no novo regime parlamentarista.

Seria necessária muita coragem para os comunistas e integralistas, se reagruparem em torno de seus chefes, por iniciativa própria ou daqueles que são adeptos sinceros desses credos, ou por ação direta ou indireta dos demais agrupamentos políticos, com portas cerradas para infiltrações no caso dos comunistas, que usam esta técnica.

O Sr. Guido Mondim — V. Ex.^a não pode fazer afirmativa desta na-

tureza, com a qual demonstra o desconhecimento completo da filosofia pregada pelo integralismo. V. Exa., como Senador da República, tem obrigação, para criticar, de conhecer a filosofia política espalhada pelos Partidos políticos!

O SR. COIMBRA BUENO — Não estou criticando.

O Sr. Guido Mondim — A afirmação de V. Exa. é uma crítica cruel.

O SR. COIMBRA BUENO — Repito minhas palavras. Disse que seria necessária muita coragem para os comunistas e integralistas no sentido de se reagruparem em torno de seus chefes, por iniciativa própria ou de seus adeptos.

Nada vejo de mais nessas palavras. Tanto os comunistas como os integralistas estão atualmente na mesma situação fora da lei, isto é, não podem funcionar no País como agremiações políticas registradas no TRE.

Provavelmente, dentro da lei, teriam ambos muito menos eleitores no Brasil do que têm atualmente. Não sou integralista nem comunista. Peço que V. Exa. leia o meu discurso. Nêle não existe, em hipótese alguma, *capitis diminutio* ao Partido de V. Exa.

Sr. Presidente, vou encerrar minhas considerações. A renovação dos quadros políticos deste País, dando oportunidade, sobretudo, à mocidade, é missão, no momento, também e principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro, que deve assumir o Governo. Nesta emergência os partidos políticos, cumpre prestigiar o PTB que, por acaso ou ação de Deus subirá ao poder na próxima segunda-feira.

Sr. Presidente, é preciso combater as oligarquias instaladas nos escalões federais, às quais me referi há pouco. Evitar o seu predomínio será evitar o que aconteceu, por exemplo, em países Latino-Americanos, vítimas de revoluções para derrubar famílias secularmente instaladas no poder.

Sr. Presidente, a demagogia assola este País. Está presente, por exemplo em torno de um assunto palpitante, de aspiração nacional justíssima que é a reforma agrária, pela qual todos nos batemos. Num País em que o "slogan" deve ser a "busca de homens para a terra" e não de "terras para os homens", deturpam a verdade. Exploram demagogicamente a busca de terras que existem em demasia, para homens que escasseiam.

Vamos voltar as horas sobre o território nacional, sobre terras ubérrimas que exigem homens. Estão lá. Ninguém com elas se preocupa. É justo, justíssimo a reforma agrária, mas em termos de ocupação humana do território pátrio. O problema é de homens, não de terras. A deturpação é feita pela demagogia, pela infiltração filo-comunista ou comunista nos escalões dirigentes deste País. Isolamos os comunistas e fazemos uma reforma agrária digna do Brasil e da situação que atravessamos, e então progrediremos a passos agigantados na zona rural.

Sr. Presidente, não encerraria meu discurso sem fazer referência à nossa querida Brasília. A primeira grande vitória de Brasília está aqui presente. É bom que para ela chamemos a atenção do País, no dia de hoje.

Distanciados das forças diretas de pressão, das motivações momentâneas, das avalanches de interessados, das multidões facilmente impressionáveis e aliciáveis, colhemos, aqui em Brasília, a média das opiniões de núcleos populacionais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre. Aqui buscamos nestes agitados dias a linha mestra, a linha média,

a linha ponderada dos interesses maiores da Nação.

Adotamos soluções nacionais ditadas por todos os núcleos populacionais deste País. Não nos estão impondo soluções locais, como acontecia no Rio de Janeiro, onde éramos pressionados.

Se a situação que vivemos se verificasse com o Congresso no Rio de Janeiro, talvez a esta hora o Brasil estivesse mergulhado numa grande revolução, porque nos guiaríamos, única e exclusivamente, pela opinião somente de um núcleo deste País — Rio de Janeiro, que poderia não coincidir com a dos demais núcleos do País.

Hoje, em Brasília, podemos contemplar, em pé de igualdade, Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Recife, Porto Alegre, Goiânia e todas as demais Capitais dos Estados.

O Sr. Paulo Fender — V. Exa. diz uma verdade.

O SR. COIMBRA BUENO — Todas elas influenciando sobre nossos espíritos, para a busca de solução de real interesse para este País.

Talvez pela primeira vez, em emergência tão grave para a vida nacional, tenhamos conseguido, com a cabeça fria, encarar os problemas nacionais, corajosamente, como fez o Presidente desta Casa, a Câmara dos Deputados, o Senado e o Congresso Nacional, neste momento em que se impõe darmos provas da maturidade desta Nação. (Muito bem, muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1961 (número 2.041, de 1963, na Câmara), que concede, até 31 de dezembro de 1961, isenção de direitos alfandegários, exceto a taxa de despacho aduaneiro a que se refere o artigo 66 da Lei nº 3.244, de 14-8 de 1957, e de imposto de consumo, para importação de material destinado à fabricação de tratores agrícolas, e de outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 512, de 1961, da Comissão de Finanças. (Pausa).

— Em discussão o projeto.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão. (Pausa).

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida, até 30 de junho de 1962, isenção de imposto aduaneiro e de consumo para a importação de equipamentos industriais, sobressalentes e ferramentas, destinados à fabricação, no País, de tratores agrícolas, bem como de suas partes complementares, importadas de acordo com o plano de nacionalização constante dos projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística do Conselho do Desenvolvimento.

§ 1º A isenção prevista neste artigo é estendida à importação de equipamentos industriais sobressalentes e ferramentas, destinados à fabricação de matrizes, estampas, gabaritos, ferramentas e peças para a produção de tratores agrícolas, de acordo com os projetos industriais já aprovados pelo mencionado Grupo Executivo, desde que vinculados à indústria da tratoragem.

§ 2º A isenção em causa não se aplica a equipamentos, sobressalentes e ferramentas com similar de fabricação nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 28 de junho de 1961.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Sérgio Marinho, orador inscrito.

O SR. SÉRGIO MARINHO:

Sr. Presidente, ocupo, neste momento, a Tribuna desta Casa, para proferir algumas palavras, às quais desejo comunicar o sentido de uma definição.

Doutrinariamente, sempre fui infenso a esse regime de governo denominado Parlamentarismo, e sempre o tenho sido porque acho que o debate em torno de regime de governo e mesmo o debate em torno de formas de governo, revelam uma aparência de acadêmico.

Os povos, como muito bem acentuou João Mongabeira, podem ser bem governados, até onde se possa bem governar, sob essa ou aquela forma de governo, sob esse ou aquele regime de governo.

Sr. Presidente, como todos sabemos, ocupamos uma área correspondente a um continente. Um Estado tendo, como o nosso possui, tamanha base física, naturalmente tenderia, independentemente das inspirações da sua formação ou dos preconceitos dos seus doutrinadores, tenderia à adoção de uma forma de governo e de um regime de governo, em que a autoridade se concentrasse. Não resta dúvida e todos os teóricos assinalam, que o presidencialismo é um reflexo, embora pálido, do absolutismo monárquico. E, lá onde ele se instaurou, e de lá de onde o tiramos para implantar, entre nós, ele se itenou nessa sua caracterização de absolutismo, pela presença da Suprema Corte, a peça destinada a realizar o equilíbrio do sistema.

Entre nós, o regime presidencial, na sua prática, na sua execução, refletindo as peculiaridades e os modismos brasileiros, se apresentou com características tais que passou a ser uma ameaça permanente à unidade brasileira. Isso não significa, Sr. Presidente, que nós subvirmos as debilidades e as inconveniências, do regime parlamentarista. Elas estão bem presentes no espírito de todos nós, mas quem assistiu, como nós assistimos na nossa geração, às lutas que se feriram, os choques que se realizaram, quando da transmissão de poder, senti na própria carne os perigos e os riscos que a execução do regime presidencialista de governo estava gerando no Brasil. A verdade dessa afirmação, Sr. Presidente, decorre de um ligeiro exame. Eu mesmo tive ocasião de fazer um longo discurso no Palácio Monroe mostrando que a transmissão do poder no regime presidencial, no Brasil, não corresponde apenas à transmissão de mando de um presidente a outro presidente. Era o exercício de um posto de graves responsabilidades onde se exigia muito daquele que o iria executar, onde se exigia do seu titular qualidades de sacrifício e de renúncia do que propriamente qualidades de voluptuosidade do poder. Mas, o que se transmitia no ato da passagem do poder de um presidente para outro presidente, não era tão somente a responsabilidade do posto, não era tão somente o esforço, o sacrifício que se iria exigir do novo mandatário, no sentido de conduzir negócios públicos. O que se transmitia era, na realidade, uma força quase incalculável

de poder, era uma soma tão ilimitada de poder que nós poderíamos compará-la ao poder de que usufruíam os antigos monarcas. Basta atentarmos, Sr. Presidente, que se transmitiam, no ato, na cerimônia da passagem do poder de um presidente para outro, aqueles poderes que a Constituição outorgava ao Presidente e aqueles poderes que o Presidente acumulava sobre si, à margem da Constituição, às vezes contra a própria Constituição.

Imaginemos a massa de recursos mobilizados pelos institutos; imaginemos o poder extraordinário do Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil; imaginemos a capacidade que o Presidente a si se atribuiu, ao arripio da própria Constituição, de emitir a seu sabor e, através dessa ligeira estimativa, nós poderemos aquilatar que o poder que se transmitia de um presidente a outro presidente não eram apenas os poderes que a Constituição estatui, eram poderes que iam muito além daqueles poderes estabelecidos pela Constituição. Mas, a despeito disso, eu não me inclinava pela aceitação do regime parlamentarista de Governo e se neste momento eu me sirvo desta tribuna para declarar que voto favoravelmente pela adoção do regime parlamentarista, é porque estou convencido de que nessa emergência que estamos vivendo, de frontados com um estado de necessidade, nós precisamos lançar mão de todos os recursos que estejam ao nosso alcance, no sentido de possibilitar ao Brasil um caminho, qualquer que ele seja, que nos afaste dessa perspectiva medonha de luta fratricida.

Sr. Presidente, hoje não se fere nenhum conflito; hoje não se verifica nenhum dissídio, embora em Estado de infima categoria ou de territórios tutelados ou de colônias, impulsionados pelo justo esforço de autonomia; não se verifica nenhum conflito ou dissídio, onde não estejam presentes os dois grandes imperialismos que hoje se defrontam na face da Terra. O imperialismo que se debilita pela autonomização das colônias e dos territórios tutelados; e o imperialismo crescente, avassalador, que se nutre, instamente, desse justo sentido de autonomização de que se acham possuídos as colônias e os territórios tutelados.

Nenhum dissídio se verifica sem que eles estejam presentes, seja no Vietnã, seja na Coreia, seja no Laos, seja em Angola, seja no Congo, seja onde for eles estão ali testando as suas forças.

Ora, Sr. Presidente, se a insânia, se o passionismo brasileiro arrastarem, nesta hora, o nosso País a uma luta fratricida, não nos iludamos, eles estarão presentes no território brasileiro e nos tornaremos o palco onde as forças internacionais virão medir as suas possibilidades de agressão ou de defesa.

Por isso, Sr. Presidente, nesta hora de tantas apreensões, me inclinarei favoravelmente à adoção do regime parlamentarista ou de qualquer outro regime, ou de qualquer outra solução, que tenha o condão de possibilitar a esperança de pacificar o Brasil!

O Sr. Pedro Ludovico — Muito bem!

O SR. SÉRGIO MARINHO — Nós, que estamos a esta hora, abordando esses problemas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, precisamos ter presente que a estas horas, a família brasileira está vivendo um drama tremendo, está ameaçada, nos seus filhos, nos seus esposos. Eu, pessoalmente, por que não dizê-lo? Tenho um filho Oficial de Marinha, que neste momento deve estar em qualquer parte, no teatro de operações, ameaçado de combater ou de ser combatido pelos nossos próprios irmãos. No Rio Grande do Sul, tenho amigo

gratuitas ameaçadas pelo mesmo destino.

Sr. Presidente, a Constituição da qualquer Estado é um instrumento destinado a realizar equilíbrios. Que equilíbrios são esses que a Constituição realiza? A Constituição é uma relação entre os anseios de liberdade e as necessidades de manutenção da autoridade. São termos antitéticos — liberdade e autoridade e porque são antitéticos, impõe-se a necessidade de equilibrá-los. Entretanto, a Constituição é condicionada à realidade do tempo social e se essa realidade do tempo social se modifica celeremente, a Constituição tem que a ela se ajustar, ou não se acomodar a esse condicionamento social.

Foi longe a época de Korte, quando se pensava que a Constituição era um instrumento perene, definitivo. E por que? Porque, naquela época, admitia-se que a Constituição era uma entidade de razão mas hoje, não. Hoje a Constituição deve ser um instrumento vivo e sobretudo adaptável às variações do tempo social.

Sr. Presidente, fico aqui na minha defesa. Não devemos permitir que a Constituição que instituíamos para preservar a ordem democrática se transforme no atalho da democracia! (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Quando discursava o Sr. Sérgio Merinho, o Sr. Moura Andrade a Presidência, assumindo a Sr. Cunha Mello, que é substituído, posteriormente pelo Sr. Agostinho de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Cunha Mello.

O SR. CUNHA MELLO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, agradeço a Deus por ter feito spar, no relógio da minha vida, esta hora em que, representante de uma parcela do povo brasileiro, da gente do Amazonas, venho trazer aqui a definição de minha conduta neste momento.

Pela carinhada longa da minha vida, às vezes árida e às vezes florida, tenho vivido só e até, às vezes, mal acompanhado.

Neste momento sei que estou só; sei que me vai faltar o apoio dos meus companheiros do glorioso Partido Trabalhista; sei que me faltará, também, o apoio, os aplausos e o apreço de outros nobres colegas de bancada desta Casa do Parlamento.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CUNHA MELLO — Pois não.

O Sr. Fernandes Távora — Pode V. Exa. ter a certeza de que seus colegas jamais lhe negarão o direito de pensar como pensa. V. Exa. está se pronunciando como líder mas também como cidadão.

O Sr. Cunha Mello — Muito obrigado, nobre Senador, isto é a continuação do seu passado liberal e democrático.

Getúlio Vargas, antes de morrer, deixou manifesto à Nação no qual disse que o povo não seria mais escravo. Esta é a hora da redenção do povo brasileiro que se levanta na praça pública, do Norte ao Sul, para ex-

gibir o cumprimento da Lei Magna do nosso país.

Com estas palavras iniciou o discurso que escrevi para definir, mais uma vez, minha atuação quanto à Emenda Parlamentarista que vamos votar.

A atitude que vou tomar, já na sessão do Congresso a definir em voto escrito que deixei sobre a Mesa. Intencionalmente até hoje esse voto não apareceu em virtude de não haver sido publicado o "Diário do Congresso" correspondente aquela sessão.

Lendo:

Nesta hora grave da vida nacional, quando se pretende sob falsos pretextos, alterar o regime político instituído na Constituição, fugiria ao exato cumprimento do dever se não trouxesse e esta tribuna o meu pensamento e a minha decisão.

Nascido sob o regime presidencialista e dentro dele tenho realizado toda a minha vida pública, não é de hoje, Senhor Presidente, que tenho assistido a pregação em favor de uma mudança para o regime parlamentar. O País, todavia, Senhor Presidente, seguindo a sua inegável vocação política, jamais esteve realmente ameaçado de adotar este último. E jamais esteve, Senhor Presidente, não só porque, como disse, tem ele preferido seguir a sua vocação política, como também porque a experiência parlamentar sob a qual viveu, à época do Império, redundou em evidente fracasso, e redundou justamente por isso porque nunca esteve em nossa índole política, na índole e nas raízes políticas da nacionalidade a forma parlamentar de governo.

A hora não é de técnicas, não é de explanação doutrinária; a hora não é de palavras, nem de idéias — a hora é de reafirmação e de definição.

Sabe Vossa Excelência, Senhor Presidente, assim como sabem todos os presentes nesta Casa, que em hora grave como esta eu não viria a esta excelsa tribuna para fazer afirmações gratuitas. O que disse, Sr. Presidente, a bem dizer — tranquila repulsa — da vocação brasileira à forma parlamentar de governo, corresponde a uma realidade, a uma realidade tão viva, que não será uma decisão dessa ordem, tomada sob o clima das ameaças e das coações, que poderá vingar. Estamos tomando uma decisão a jato, voando a uma altura da qual não vemos coisa alguma; não conhecemos a realidade da terra e estamos enfrentando um grande temporal.

Ela servirá quando muito, Senhor Presidente, se aprovada, para acrescentar equívocos e confusões à vida brasileira, para deferir-lhe o progresso, para tumultuar-lhe a administração e quebrar a unidade de espírito sob a qual nos temos regido.

Guardem bem os autores, a bem dizer — os anônimos autores desse compromisso — essa advertência que aqui deixo quanto à quebra de nossa "unidade de espírito", uma vez consumada a pretendida mudança. Não se alteram as formas de vida de um povo e, sobretudo, a sua feição política, com o fito exclusivo de se "anexar os ânimos", como se estes, para se aquietarem e às suas próprias tarefas regressarem, em vez de afirmações, negações requererem. E de afirmações, Senhor Presidente, que estamos necessitando, e não de negações. A afirmação estaria e justamente está em nos confirmarmos em nossa índole, em nossa feição, em nosso estilo, em nossas crenças; em nossas crenças, índole, feição e estilo nos aperfeiçoando. E do ânimo político, Senhor Presidente, tudo isto, as nossas crenças, a nossa índole, a nossa feição e os nossos estilos dizem

respeito, exclusivamente, ao regime presidencialista. Era e é nele neste regime, valendo-nos de seus recursos, e apoiados na Constituição, que teríamos e temos que vencer a crise. A crise que dir-se-á ser do regime, mas não é. E, mesmo que fosse, ainda assim, dentro dele, e com ele, é que teríamos que encontrar a solução. Nunca, já, dele saindo, como se dele saindo, e não dentro dele sofrendo e nos aperfeiçoando, como sempre temos feito, estivéssemos realmente a resolver alguma coisa.

Nos todos sabemos, Senhor Presidente, que não estamos resolvendo coisa alguma ao adotarmos o regime parlamentarista. Não nos cabe, agora, Senhor Presidente, torcer sobre as exceções ou não de um ou de outro regime, até porque um deles, o parlamentarista, não nos diz respeito. A hora não é para hesitações. É para afirmações. É para afirmações e reafirmações e confirmações.

Desde o dia, Senhor Presidente, em que atingi a maioria política, até os presentes dias não encontro, Senhor Presidente, não encontro um só argumento válido, procedente, viável e real que nos aconselhasse a semelhante mudança.

A contrário. Bem ao contrário. At pelos seus defeitos, pelo que nele ainda não conseguimos aperfeiçoar, é em favor do regime presidencial e de sua permanência que o espírito e a vocação nacionais se têm pronunciado. E assim se tem pronunciado justamente em virtude de nossa inalienável inclinação no sentido da liberdade. Não porque o parlamentarismo represente por si a negação daquela inclinação irresistível, mas justamente porque, entre nós, com instrumento — eu diria até a própria a nossa índole, poderá vir a ser o meio — para abrir as portas da servidão. Da servidão à qual justamente estamos querendo fugir, a servidão totalitária e comunista, face a inevitável quebra de nossa "unidade de espírito" e, pois, consequentemente, da linha de unidade que nos tem presidido a vida.

Compreendemos e nesta hora, rendemos as nossas homenagens àqueles que, com o coração puro, e movidos pelo mais sagrado sentimento de harmonia, para que reine, para que volte a reinar a paz na família brasileira, mudaram até de posição, pugnando, agora, e neste instante pela adoção de uma "experiência parlamentarista". Rendemos as nossas homenagens a esses. Tributamó-lhes a nossa compreensão, mas os advertimos porém: Se é a paz que desejamos ver retornar ao coração da família brasileira e, sobretudo, de sua família política, se é ao progresso e ao desenvolvimento nacionais que aspiramos, se é o desarmamento dos espíritos o que pugnam, se é o prosseguimento da inspiração cristã em nossa vida que reclamam, vejam então o que fazem, negando-nos. Sim, negando-nos em nossa índole, em nossa feição, em nosso estilo, em nossas crenças.

Recordem que só no terreno das teorias as aproximações são possíveis. Queremos dizer com isto, Sr. Presidente, que todas as aproximações que se intentam entre nós e os outros povos, carecem de maiores fundamentos. Se alguns esquemas de vida trouxemos de fora, trouxemos apenas para a nossa própria alma nacional plasmar. O nosso presidencialismo, se bem que inspirado na grande Nação Norte-Americana, tem sido construído e plasmado à custa de nós mesmos, segundo os nossos recursos e à luz de nossas próprias aspirações. Ele é tão válido entre nós quanto válidos são

as nossas fontes raciais, as nossas raízes sócio-políticas e econômicas. O Império mesmo, com o seu parlamentarismo, à semelhança de uma crósta artificial em nossa vida política, é exemplo vivo disso, dessa nossa rebelia aos estilos anglo-saxônicos de existência. A nossa latinidade, a nossa romanidade, jamais os compreenderam, a ditos estilos, embora invariavelmente os tenhamos admirado. Admirado como a um irmão se admira; mas, ainda assim, irmão, isto é, diferente de nós outro ser, com outra natureza e outras vocações.

A própria República, que pela "experiência" imperial de setenta anos de parlamentarismo, a este poderia ter adotado, exclusivamente liquidando com os direitos monárquicos, é exemplo disso, dessa nossa vocação no sentido de liberdade, sem nem por isso desejar, como pretende o parlamentarismo, unificar artificialmente a autoridade.

Quando caminhamos, Senhor Presidente, na direção do regime presidencialista, quando distinguimos, como sempre, o fizemos os poderes que emanam do povo, a um conferindo-lhe as insignias do Poder Executivo, e a outro as do Poder Legislativo fizemo-lo justamente para conciliar nossas irresistíveis tendências nas direções da liberdade e da autoridade. Fizemo-lo conscientemente. Fizemo-lo atendendo a nós próprios, à nossa feição popular. Fizemo-lo porque detestamos a ditadura pessoal e oligárquica. Fizemo-lo justamente, Senhor Presidente, para não dar ensejo à vitória do conchavo contra o povo. Fizemo-lo para que os Poderes, distintos como são, embora harmônicos entre si, exerçam, cada qual, em suas próprias áreas, a competência que a alma popular lhes conferiu. O Poder Executivo liderando a política nacional e a executando.

O Poder Legislativo traçando-a e fiscalizando a sua execução. O Poder Judiciário durimindo os conflitos sempre de acordo com as mais profundas aspirações nacionais, até mesmo, Senhor Presidente, quando aparentemente se omitiu.

Não, Senhor Presidente, não nos envaldece nem nos alegra o apressado argumento de que o parlamentarismo significara, para nós, do Legislativo, maior prestígio, maior força, maior influência. Não nos envaldece, nem nos alegra este falso argumento, Senhor Presidente. O prestígio, a força e a maior influência do Legislativo não está, nunca esteve, Senhor Presidente, no fato dele fazer ou ser o próprio governo.

O prestígio, a força e a maior influência do Legislativo está na sua intrínseca capacidade de feição, de ser vivo, atuante, rebelde e sereno na hora exalta.

Veja bem, Senhor Presidente. Dizia-se que o Poder Legislativo, que o Congresso Nacional, estava praticamente morto. Morto e resvalando para sua total desmoralização na agonia. Que mentira, Senhor Presidente! Que equívoco, Senhor Presidente! Nestas horas graves, nesses dias de críza vigília, para onde se voltaram, a alma, os olhos, o espírito, o coração, o medo, as aflições, a angústia, a confiança, as convicções, a energia e a fé de nossa gente? Para onde se voltaram, Senhor Presidente? Voltaram-se para nós. E se voltaram para que se cumprira, para que se exercite em toda sua plenitude o regime presidencialista que adotamos e sob o qual temos vivido, não obstante os naturais tropeços. É à luz desses tropeços, e é através de seus sofrimentos e de suas esperanças, através de seus erros e seus acertos, é à sombra e sob a fé de tudo que temos vivido e progredido.

Quando a Nação voltou para seus olhos para o Congresso Nacional, o

Ve V. Ex^a a segurança e a justiça com que foi esse dispositivo introduzido em nossa Constituição e sua absoluta significação neste momento de grave emergência nacional, quando d'êla lançamos mão, salvando paz neste País.

Portanto, Sr. Presidente, são inconsistentes, são improcedentes as ameaças de que aqui estamos agindo sob coação.

Não é exato que aqui tenhamos agido, em nenhum momento, sob coação. Se tal tivesse sido não teríamos assistido aos notáveis pronunciamentos de nobres congressistas, tanto da Cúria da antiga Casa de Congressos Nacional, manifestando, com fúor, energia e entusiasmo, e as vontades abertamente, a sua posição contrária à medida que o Senado hoje vai adotar por esmagadora maioria.

Não fomos coagidos. Resistimos mesmo a coação armada que procurava, e acredito que com boas intenções, submeter o problema do direito, o problema da solução política ao problema da ordem.

Nós nos insurgimos contra essa concepção e declaramos silenciosamente, porque não chegamos a responder a estas opiniões ou a estas impugnações, mas redargüimos silenciosamente através de nossa ação, demonstrando nossa convicção de que a ordem é, antes de tudo, jurídica; e, desde que através de programas políticos adequados e sem infringir a Constituição tivéssemos conseguido restabelecer a ordem jurídica, a ordem material também seria restabelecida, como está sendo hoje, em todo o país.

Resistimos ao mesmo tempo às injunções, não mais militares, mas às injunções daqueles que não queriam solução, isto é, daqueles que preconizavam e que aguardavam a solução do golpe que lhes parecia, único compatível com seus baixos apetites e seus desprezíveis interesses políticos. (Muito bem).

Resistimos contra essa solução, não colocamos o problema debaixo do interesse dos grupos, dos partidos, das pessoas ou das facções.

Resolvemos dar uma solução geral e também resistimos às, impugnações, às infiltrações e às sugestões daquelas alas extremistas que, não ouvindo senão o fatigante ritornelo das diãs convicções superadas, queriam demonstrar a ineficácia, o fracasso, o naufrágio das instituições representativas, para que pudessem atingir a subversão social e nos impor, então, aquela forma de liberdade que só interessa a aqueles que dispõem do poder, à ditadura ideológica sob qualquer de suas manifestações.

Assim, resistimos aos militares, resistimos aos golpistas e resistimos aos comunistas. Esta é a verdade histórica.

O Congresso Nacional transformou-se de fato num estuário de todas as esperanças do País e, por isso, merece o reconhecimento da Nação inteira. Porque assim procedemos sem exaltação, porque procedemos sem temor, porque procedemos com desprendimento, porque procedemos com equilíbrio e moderação.

Compreendemos que a manutenção do sistema presidencial havia prejudicado o seu insubstituível fracasso.

Todos aqueles que tiveram sensibilidade política, apesar das suas convicções presidencialistas — e eu aqui não quero fazer nenhuma alusão desprimorosa aos meus ilustres colegas que participaram de opiniões contrárias — todos aqueles que tiveram suficiente sensibilidade política para compreender a alternativa dramática em que estava colocada a Nação, verificaram que só poderíamos aplicar a solução jurídico-política que estamos aplicando no momento de crise, porque precisamente é nos momentos de crise que se manifesta a

vulnerabilidade, a fraqueza congênita do regime presidencial.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem.

O SR. AFONSO ARINOS — Procedamos como um cirurgião que resolve fazer a sua laparotomia na hora da infecção aguda, na hora em que se aproxima a gangrena. Sabemos que nesse momento a intervenção é mais perigosa, mas é exatamente porque é mais perigosa que se torna necessária; e porque o doente está apresentando os aspectos finais de uma crise mortal.

E não, foi por isso mesmo, porque o sistema presidencial só apresenta suas crises culminantes nos momentos de convulsão militar, e que escolhemos precisamente esta ocasião para afirmar que esse regime amou e temo de trocá-lo por um regime que substitua a crise militar pela crise parlamentar. (Muito bem).

Sr. Presidente, a história do Presidencialismo brasileiro é a via crucis da República, é via sacra, com estágio em uma série de passos, de sofrimentos, de humilhações e de dor.

Faltou ao nosso Presidencialismo a capacidade de criar os instrumentos e moderação de transição e de institucionalização do Poder.

Não tivemos uma Suprema Corte à altura das suas responsabilidades políticas — não direi jurídicas — digo políticas.

Não tivemos, em torno da Presidência, aquela assessoria institucionalizada, que faz do Presidente, não uma pessoa, mas uma peça do mecanismo constitucional, como nos Estados Unidos. Uma instituição presidencial nos faltou! Ficou transformado em caudilho, que não encontrou nunca, óbices, razões, ponderações, para a sua ação personalista e irresponsável.

Não tivemos, na federação, o compasso necessário à expansão demasiada do executivo pessoal. Nossa federação fracassou; foi absorvida pelo instrumento de poder e de crédito do Governo Central. Nossa Suprema Corte fracassou, politicamente, absorvida pela função de judicatura civil e privada. Finalmente o próprio Poder Executivo fracassou, pelo abuso da sua expansão, porque não se institucionalizou, não se constituiu em uma peça imparcial de Governo, se não em uma fortaleza do personalismo intransigente.

E assim vimos a via crucis da República porejando sangue quando não lama, misturando lama e sangue na sua melancólica caminhada.

Encontramos o fundador da República, dentro do Palácio do Itamaraty, que era a sede do seu Governo — rodeado de espias de traidores e de excitados; levado à renúncia por um tiro da Armada que, como V. Exa. sabe, atingiu a torre da Catedral do Rio de Janeiro!

Encontramos Floriano, chamado o Consolidador, o homem que com seu potencial humano mergulhava no seio da revolução federalista, da revolução que matou em Campo Osório a flor da nossa juventude militar!

Encontramos Prudente enfrentando o assassino sicário e sacrificando ao seu lado, o melhor e o mais dedicado dos seus amigos; enfrentando o sangue de Canudos e esmagando um problema sociológico, através de violência militar, o que provocou de Euclides da Cunha o famoso protesto que constitui a última página de "Os Sertões"!

Encontramos, Sr. Presidente, em todos os períodos governamentais, a violência a brutalidade a humilhação a transição quando não o sangue e a revolução.

Encontramos Rodrigues Alves, enfrentando a Escola Militar, no problema da vacina obrigatória!

Encontramos Afonso Penna, morrendo de traumatismo moral, debaixo da pressão da espada!

Encontramos, no Governo Hermes, o bombardeio da Bahia, o assalto ao Batalhão Naval ...

O Sr. Aloysio de Carvalho — As salvação.

O SR. AFONSO ARINOS — ... as salvação em todos os Estados, como lembra bem o Senador Aloysio de Carvalho, representante da Bahia; a destruição da grande Biblioteca da Bahia, o incêndio do Palácio, o massacre de populares, debaixo da metralha federal!

Encontramos, Sr. Presidente, no Governo de Wenceslau, o sacrifício do maior líder republicano — Pinheiro Machado — abatido, também, pelo golpe dos sicários.

No Governo de Epitácio, foi a moção militar atirando nas areias de Copacabana a flor da sua juventude, para restabelecer, neste País, um simulacro de equilíbrio dos Poderes.

No Governo de Bernardes, a grande revolução que auro esse governo, praticamente, nas sombras do estado de sítio, iniciou um processo revolucionário que culminou, afinal, na revolução de 1930.

No Governo Vargas, a ditadura! E no Governo Dutra os levantes das esquerdas. E, finalmente, no Governo Café Filho, a deposição.

Em todos os governos esta tem sido uma forma de Governo neste país que imprime ao povo essa vergonha.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Em quase todas as crises o Congresso tem representado seu verdadeiro papel de intérprete das esperanças e dos sentimentos populares.

O SR. AFONSO ARINOS — Tem V. Exa. toda a razão. E a mais séria das crises sofremos agora. Não entrarei na sua análise; é cedo para isso. As informações de que dispomos são obscuras e contraditórias. Não entrarei em sua análise mas bem podemos entrever os abismos a que nos aturarmos não fosse o procedimento equânime, ponderado e bravo do Congresso Nacional.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem

O SR. AFONSO ARINOS — ... Este Congresso que, andava sendo arrastado pela imprensa para um caminho de desmoralização e desprestígio, e que agora se transfere na instituição central da Democracia brasileira.

O Sr. Novaes Filho — Verdadeiro Poder Civil da República.

O SR. AFONSO ARINOS — Para esse aspecto voltam-se centenas de homens que atravessam dias e noites sem se intimidar, sem se absorver e sem se apaixonar e perder em ambições espúrias, resistindo mas ponderando, enfrentando mas transacionando com bravura e previdência para trazer, afinal, esta solução que, realmente, se não for compreendida e adotada, terá sido uma contribuição do Congresso à civilização, à honra deste país. (Muito bem! Muito bem).

Ai estão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas das razões que me fizeram, antigo relator da Emenda Parlamentarista, por duas vezes votada contra e por duas vezes tendo meu parecer adotado, transportar-me e levar minha tenda de campanha, minhas armas, minha fé para o acampamento contrário. Desde que assisti ao golpe de novembro, desde então disse aos meus ex-adversários na

Câmara dos Deputados: "Estarei ao vosso lado até o fim e que Deus permita que em sua aurora radosa, possamos estar juntos para vencer a batalha final".

Outra crise semelhante — a solução foi diferente — que muito se parecia aquela que me fez bandear de campo. Encontramos afinal a solução porque o Congresso Nacional, estava não apenas fatigado desta monotona sucessão de humilhações como também convencido de que era chegado o momento de empunhar, como diz o Evangelho, a própria lâmpada para iluminar sua marcha, seu caminho.

A lâmpada que ilumina nosso caminho está agora nas nossas mãos e, através deste foco que nos meus projetamos que espancamos as trevas, a traçamos o roteiro da nossa via (Muito bem).

Estas as razões humanas, as razões políticas, as razões históricas, as razões mentais, as razões sentimentais que nos fazem aderir com a mais pura e alta convicção à aprovação desta Emenda e que me fazem apelar para o Senado, sem discutir quaisquer dos seus aspectos técnicos e, os mais relevantes, serão confrontados por mim em discurso que profirirei, que terei a honra de fazer em nome do meu Partido.

Apelo para o Senado para darmos a esta solução, a maioria capaz de prestigiar a ela e também a esta Casa, fazendo com que cheguemos a este povo digno do nosso país deste povo que juntamente com o Congresso não se alarmou desses operários que não entraram em greves e continuaram a trabalhar nas usinas e fábricas, com esperança no Congresso Nacional; dessas mães de família que não se entregaram a cenas de desespero e que tinham as vistas voltadas para o Congresso Nacional, e, — por que não dizer, — dessas Forças Armadas que estando convencidos da boa fé que mantêm a ordem, estão, também dizem ou não dizem, à espera da solução que o Congresso Nacional venha a dar.

Sejam dignos de nós e dêem, do povo de toda a Nação.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS — Com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Por estar de pleno acordo com o apelo formulado por V. Exa., peço-lhe me permita seja ele endereçado à Mesa, porque, convocada esta sessão para às 14 horas, por solicitação da Comissão Mista, estamos já às 16 horas e 20 minutos e a Mesa não submeteu ainda a exame do Plenário o Projeto de Lei 34, aprovado pela Câmara dos Deputados. Gostaria que a Mesa recebesse o apelo oportuno do nobre Senador Afonso Arinos de Melo Franco e informasse ao Plenário quais os motivos que impedem a votação do Projeto a consideração da Casa.

O SR. AFONSO ARINOS — V. Exa. permitirá, Sr. Presidente que responda ao nobre Senador Lino de Mattos: dentro de alguns minutos, acredito, o Presidente da Comissão Especial explicará ao Plenário as razões desse atraso, os quais são aceitáveis.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Aliás, V. Exa. há de convir não há propriamente atraso.

O SR. AFONSO ARINOS — As razões são imperativas. O ilustre Senador Aloysio de Carvalho tem o aparte para dar explicações ao nobre Senador Lino de Mattos.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Obrigado a V. Exa. Na sessão realizada às onze horas e trinta minutos, foi

ida a Emenda Parlamentarista, remetida pela Câmara dos Deputados imediatamente à Comissão Especial que tinha sido constituída ontem se reuniu e designou o Relator e desde essa hora que Sr. Exxa. está trabalhando no seu Parecer. Esta Comissão já estava reunida às duas horas da tarde e está à espera de que o Relator conclua o seu trabalho, que o faz num esforço admirável, ditando seu Parecer a taquígrafia da Casa, para que venha o mais depressa possível a esta sessão. Não é possível exigir mais esforço, nem mais presteza, salvo se, num caso de tamanha importância como este, quisesse a Comissão Especial dar um Parecer apenas para constar que o deu.

O SR. AFONSO ARINOS — Conclui minhas considerações, Senhor Presidente.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. AFONSO ARINOS — Pois não.

O Sr. Lino de Mattos — Quero esclarecer ao eminente Senador Aloysio de Carvalho que não tive o propósito de formular críticas à Comissão Mista. O nobre Senador Afonso Arinos formulou um apelo, a fim de que a Casa aprovasse a Emenda Parlamentarista e, com isto, resolvesse a crise em que se debatia a Nação. Ora, ao que me consta, pelas conversas que temos tido com os vários colegas, não há dificuldade alguma. O Senador da República quase por unanimidade está de acordo com a solução. O apelo da impressão de que existem resistências. Elas se poderiam verificar-se no momento em que o Projeto de Lei fôsse submetido à consideração no Plenário. O Projeto de Lei, por motivos perfeitamente aceitáveis e justificáveis ainda não foi submetido a esta consideração. Então, entendi o nobre Senador Afonso Arinos de procurar saber por que razão está havendo atraso, e os verdadeiros motivos do apelo de V. Exa. Não há qualquer dificuldade para a aprovação da matéria.

O SR. AFONSO ARINOS — Muito grato a V. Exa.

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS — Pois não.

O Sr. Sérgio Marinho — Ache perfeitamente justificável, nobre Senador Lino de Mattos, o apelo formulado pelo nobre Senador Afonso Arinos. Após o meu discurso, em que me confessava adepto da emenda embora contrariando as minhas convicções doutrinárias quanto à tese da do Parlamentarismo, V. Exa. ouviu o nobre Senador Cunha Mello proferir discurso combatendo o Parlamentarismo. Assim, em pleno cabimento do apelo que acaba de fazer o nobre Senador Afonso Arinos, a quem peço relevar-me a intervenção no seu discurso, no sentido de justificar a atitude de V. Exa., embora não necessitasse de qualquer justificativa.

O SR. AFONSO ARINOS — Agradeço ao meu nobre colega Sérgio Marinho e ao ilustre Senador Lino de Mattos os apertos que me deram.

O nobre Senador Sérgio Marinho acaba de dar os argumentos e a explicação que queria. E era, por mais desnecessária e gratuitos que pareçam os apelos, eles, às vezes, têm certo sentido, porque procuram, pelo menos, robustecer, com a adesão de vozes divergentes, a manutenção de que ficará cada vez mais significativa e forte. Não é apenas número necessário para aprovação, o que nos interessa no momento é o que nos interessa no momento é o que nos interessa é a significação massiva desse número.

Em suma Sr. Presidente, se me permite V. Exa. em nova recordação

de velho mineiro, outra passagem do abandonar por minutos o seu rebanho, por mais numeroso que seja, para procurar a ovelha desgarrada.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. LINO DE MATTOS:

Pego a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, não desejo, mesmo de leve, fique a impressão de que tenha considerado desnecessária a palavra do eminente Senador Afonso Arinos de Mello Franco.

A palavra desse erudito mestre, desse nobre e eminentíssimo colega é sempre ouvida com encantamento, porque sempre traz ensinamentos sábios, valiosos e úteis.

O Sr. Afonso Arinos — Muito obrigado.

Devo ter sido infeliz no meu aparte, a concluir pela maneira como o nobre colega encerrou a sua magnífica peça oratória.

Não tenho dúvidas em solicitar a S. Exa. amigo e ilustre Senador da República Afonso Arinos de Mello Franco que me perdoe, se porventura o ferir ou o magoei.

O Sr. Afonso Arinos — De maneira nenhuma.

O SR. LINO DE MATTOS — Não foi, certo, esse o meu propósito. Estranhei — quero ser leal — o atraso da apresentação do Projeto de Lei à consideração do plenário.

Estamos vivendo instantes de agitação, de incompreensão, de boatos, de intrigas e de atrapalhadas.

Estava eu no café, conversando com alguns amigos e colegas, quando chegou-me a informação de que determinada Bancada, desta Casa, estaria pretendendo recuar nos seus propósitos de votar a Emenda parlamentarista e por essa razão atrasava o encaminhamento da matéria.

Digo alto e bom som que o motivo único de minha intervenção, foi provocar um esclarecimento da Mesa, porque precisamos acabar com esta regime de boatos no Congresso da República.

Estamos agindo de maneira superior. A Nação está encantada com o comportamento do Congresso Nacional, que se está mostrando à altura do mandato que recebeu. Estamos impondo a solução que melhor convém aos destinos da Nação.

Não estamos agindo sob ameaça dos tanques à nossa porta. Tenho certeza de que se porventura, estivessem eles em derredor desta Casa, ou se alguém estivesse falando nesta possibilidade a nossa ação seria diferente.

Agimos com a consciência tranquila de que nos contém experimentam o Regime Parlamentarista no Brasil.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com muita honra.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. tem toda a razão. Lembro bem que no fim da sessão anterior a Comissão pediu um prazo para prolação do Parecer, se não me engano até as 14 horas. A sessão iniciou-se às três horas da tarde, e não me consta que o plenário tenha deferido prorrogação. Logo a estranheza de V. Exa. se justifica.

O Sr. Afonso Arinos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com muito prazer.

O Sr. Afonso Arinos — Agradeço, mais uma vez a generosidade das palavras com que V. Exa. me distinguiu. Quero também acompanhá-lo na repulsa que manifesta a esse clima de boatos falsos. Aproveito a oportunidade para salientar que esta rede insidiosa de notícias falsas, alarmistas e contraditórias têm origem conhecida tanto aqui como fora. No Rio de Janeiro, hoje, pelas informações que recebi de amigos há um trabalho sistemático de excitação, através de telefonemas anônimos para a casa de pessoas de qualquer forma, ligadas ao meio político, transmitindo notícias falsas. V. Exa. que é homem experimentado, lutador, responsável pela política de seu Estado não desconhece o processo nem as suas origens habituais. De maneira que devemos nos prevenir contra as suas consequências que, V. Exa. como bom político, acaba de salientar.

O SR. LINO DE MATTOS — Tenho estado sempre prevenido; jamais os admiti. Sempre me recusei a dar curso a boatos.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exa. da licença para um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com satisfação.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Relativamente à demora do parecer da Comissão Especial, sobre a qual insistiu o honrado Senador Vivaldo Lima, chamo a atenção de V. Exa. e do participante para o fato de que esta sessão tem tido, até o momento, oradores, tanto na hora do expediente, como em explicação pessoal, e que a discussão e votação da matéria não se farão na forma da modificação regimental que aprovaremos nesta sessão. Esta sessão receberá um parecer para que possa ser marcada então uma sessão seguinte, para se iniciar a sua primeira discussão. De modo que o parecer será apenas trazido à Mesa, para ser lido, em seguida distribuído em avulso, impresso ou mimeografado, conforme determinação regimental.

Posso informar a V. Exa. para tranquilidade do seu espírito — é muito natural a ansiedade por que chegamos ao término de nosso trabalho — que a Comissão já está habilitada a se reunir de novo, para ouvir o parecer do nobre Senador Joazeiro da Gama, já concluído. E dentro de 15 minutos, no máximo, será ele entregue à Mesa. Espero que V. Exa. durante esse prazo continue com a palavra, expondo o seu ponto de vista, a respeito da momentosa questão.

O SR. LINO DE MATTOS — A Casa ouviu e respeita as explicações e esclarecimentos formulados pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho. Quanto a mim, concordo com o Senador Vivaldo Lima, mesmo porque a Câmara dos Senhores Deputados que teve de examinar a matéria, em primeiro lugar, pôde votá-la com mais rapidez.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não apoiado!

O SR. LINO DE MATTOS — ... de que está acendendo no Senado.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não apoiado.

O SR. LINO DE MATTOS — Porque, a Comissão Especial às primeiras horas de ontem submeteu a consideração do Plenário o Projeto dos Deputados e essa em sessão continuou aprovou o parecer em primeira e segunda discussão.

O Sr. Aloysio de Carvalho — E a que hora acabou? As cinco da madrugada.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, segunda aprendi dos ou-

ter ventos havidos entre as duas Casas do Congresso — modificações que a nós Senadores interessavam, foram examinadas pela Comissão Mista e que a nós cabia a ratificação da matéria decidida lá. Esta explicação me foi dada e eu a aceitei. Quando estranhava que alguns dispositivos que a mim me pareciam deveriam ser modificados, eles acrescentavam: — "Não através da emenda do Senado, porque o acordo havido entre Câmara e Senado é de que a matéria virá de lá para cá, até sem redação final" — Estou equivocado?

Os nobres Senadores Aloysio de Carvalho e Afonso Arinos poderão explicar, e ainda com mais segurança o representante da Guanabara, por que membro da Comissão Mista do Senado.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Há uma certa impropriedade quando se fala em acordo. A Emenda Constitucional, na forma do Regimento Interno Comum, não sofre emenda na Casa Revisora. Pode ser substituída totalmente e passa a ser uma nova Emenda. O que esclarecemos e tornamos mais explícito na modificação regimental, não constitui novidade. Realmente dissemos, nessa alteração, que a Emenda Constitucional não sofreria alteração no Senado, mas isto é da tramitação normal de todas as Emendas comuns à Constituição.

O SR. LINO DE MATTOS — Concordo com a impropriedade de expressão.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Certa impropriedade.

O SR. LINO DE MATTOS — Talvez completa impropriedade.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não; certa impropriedade.

O SR. LINO DE MATTOS — O Regimento Comum aprovado não foi na base de acordo, na base de entendimento entre a Câmara e Senado? Claro que foi.

Nestas condições, concordo com o Senador Vivaldo Lima. Esta sessão, convocada por solicitação do Senador Aloysio de Carvalho para às 14 horas, tinha por finalidade única a leitura do Projeto de Lei para o atendimento do dispositivo do Regimento Comum aprovado em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Nestas condições, Sr. Presidente, solicito da Mesa as providências necessárias, a fim de que, urgentemente, venha a Emenda a Plenário com o respectivo Parecer — já que esta Casa não vai modificar o Projeto, nem lhe pode oferecer emendas; — tem que discutir, aprovar ou rejeitar.

Não vejo razão alguma para este atraso de duas horas e meia. Deve, imediatamente, com urgência, Sr. Presidente, ser encaminhado à consideração do Plenário o Projeto de Lei de reforma parlamentarista. (Muito bem!)

Até final do discurso do Sr. Lino de Mattos, o sr. Argemiro de Figueiredo deixa o Presidência, reatando-a o sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência esclarece que ainda não chegou à Mesa o Parecer a ser elaborado pela Comissão Especial incumbida do assunto.

Assim, suspende a sessão por trinta minutos.

Às 16 horas e 30 minutos, a fim de aguardar a apresentação do parecer, que está sendo elaborado pela Comissão Especial, incumbida de estudar o Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1961, o sr. Presidente suspende os trabalhos por 30 minutos.

Reaberta a sessão, volta à Presidência o sr. Moura Andrade.

O poder de decretar o estado de sítio foi atribuído pela Emenda ao Presidente do Conselho (art. 18, inciso IV), mas pelo art. 208 da Constituição, estando o Congresso em recesso, essa competência é do Presidente da República. Tendo em vista a natureza do sistema parlamentar, é de se admitir que a competência genérica atribuída ao Presidente do Conselho para a decretação do estado de sítio "nos termos da Constituição", exclua a do Presidente da República, constante da

Art. 208, prescrita para o período de recesso das sessões legislativas. Ca-berá à lei complementar, prevista no artigo 22, regular também essa ma-téria de modo a se afastarem qual-quer dúvidas.

Prescreve-se no artigo 24 que as Constituições Estaduais deverão adap-tar-se ao sistema parlamentar de go-vérno, na base que a lei fixar em prazo não anterior ao término do mandato dos atuais Governadores, providência esta que merece a mel-hor acolhida para resguardo do bom funcionamento do regime, além de serem respeitados os mandatos popula-res.

No mesmo dispositivo consta que ti-cam os poderes, até o seu término, os demais mandatos federais, estaduais e municipais.

Tra-se, com relação a esta última disposição de prática usada em quase todo os países que adotem o par-lamentarismo, cujas Constituições dis-põem que as Câmaras não serão sus-tituídas seis meses antes do término dos mandatos de seus representantes.

Atendendo a que vamos fazer no Brasil, uma experiência do sistema parlamentar, justo é que fiquem asse-gurados os mandatos daqueles legis-ladores que tiveram a iniciativa de es-tabelecer com o seu voto e a sua res-ponsabilidade, no momento de transi-ção para a vida da Nação, mormente por eles, mais do que a qual-quer outros, deve caber a facilidade de assistir as primeiras atividades des-se novo sistema.

Por último, convém assinalar que a Emenda aceita da realização de plebiscito que decida a manutenção do sistema parlamentar ou da volta ao presidencialismo, a se realizar, se ado-tada a providência pela lei ordinária nove meses antes do término do atual período presidencial.

Pelo artigo 21, o Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exerce o cargo de Presidente da República até 31 de janeiro de 1961, presta compromisso perante o Con-gresso Nacional e na mesma sessão indica a aprovação dele o nome do Presidente do Conselho e a compo-sição do primeiro Conselho de Minis-tros.

Verifica-se por esse dispositivo que houve o cuidado de se fazer tudo em harmonia nesse início de parlamen-tarismo, de modo a que em vez da Câmara dos Deputados, o próprio Con-gresso receba a indicação do nome do Presidente do Conselho e a compo-sição do primeiro Conselho de Minis-tros. A forma adotada encerra também, não há dúvida, uma homa-nagem ao Congresso Nacional, que tão exemplarmente se colocou diante da crise cujo desfêcho se procura alcan-çar.

Acontece, porém, que esse artigo contém um parágrafo único que com-pleta não se enquadrar em termos dev-idos, *in verbis*:

"O Presidente do Congresso Na-cional marcará dia e hora para no mesmo ato, dar posse ao Pre-sidente da República, ao Presi-dente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros".

A leitura dos dois textos mostra o desacerto ou a incongruência existente entre o compromisso "que o Presi-dente presta ao indicar o nome do seu primeiro Ministro e dar a composição do respectivo Conselho" e a posse do mesmo Presidente, prevista no pa-rágrafo único do artigo.

Ao prestar o compromisso legal do seu cargo, o Presidente da Repú-blica, não se investe. Esse é o ato de posse. O compromisso dispensa qual-quer outra solenidade especial para

a posse, porque nele está ela com-preendida indiscutivelmente. Depois de comprometido, o Presidente está apenas sujeito à tramitação das fun-ções, por parte daquele que as exer-ce.

Em tais condições, não se compre-en-de uma nova sessão para a posse do Presidente da República, que no cargo já está empossado, *ex vi* do compro-misso assumido.

Parece ter havido algum equívoco na redação do parágrafo único com a apresentação de alguma emenda em desatenção ao que consta do capít-ulo do artigo E, seu original, a emenda dizia apenas no citado parágrafo úni-co, o seguinte:

"O Presidente do Congresso Na-cional marcará dia e hora para a posse do Presidente da Repu-blica."

Se esse texto não tivesse sido alterado, a posse aí prevista se daria no mesmo ato de comprometimento constan-te do capít-ulo do artigo. A alteração in-troduzida, admitindo, também, a pos-se do Presidente do Conselho e do Conselho de Ministros, criou uma si-tuação de superfluidade ou de dupla posse, o que não é aceitável. E, se se admitir uma conciliação para se dois textos de modo a serem am-bos aplicados ou tornados exequíveis, sem uma dupla posse inaceitável, por parte do Presidente da República.

16. São essas as considerações que inspiram a emenda aprovada pela Câmara dos Deputados, num mo-mento conhecido hoje em todo o País, e que coloca aquela Casa, como o Se-nado Federal, no alto nível em que sempre devem permanecer na defesa da Lei, da Constituição e das institui-ções fundamentais estabelecidas pelos que, no passado, lutaram em prol da organização deste grande País.

A liderança gloriosa que nos foi le-zada por esses precursores deve servi-r de estímulo constante as etapas que melhoram e constroem o futuro, a base da solidariedade e da paz da oi-dem e da lei ao influxo de uma de-mocracia profundamente humana e cristã, que há de partir do território brasileiro para associar-se aos demais países do mundo numa comunhão e numa interdependência que assegurem a cada um, a emancipação social, política e econômica de que não podem prescindir os respectivos povos.

17. Concluindo, nestes termos, pe-la aprovação da Emenda, a Comissão Especial, acolhendo a sugestão do no-bre Senador Afonso Arinos, toma a li-berdade de sugerir ao Plenário do Se-nado Federal rápida tramitação e aprovação do Projeto de Decreto Le-gislativo, de autoria do Senador Cunha Mello, que concede anistia aos milita-res e civis incursores em infrações pe-nais e disciplinares, em decorrência da renúncia do ex-Presidente Jânio Qua-dros.

Esse Projeto de anistia deve ser re-cebido pelos legisladores e o País como o coroamento da obra de paz que está sendo realizada, na oportunidade em que a vontade livre e soberana do Povo brasileiro se afirma com a posse do Presidente eleito, Sr. João Belchior Marques Goulart.

Sala das Comissões, em 2 de se-tembro de 1961. — Aloísio de Carvalho Filho, Presidente. — No-gueira da Gama, Relator. — Jefferson de Aguiar. — Gaspar Velloso. — Nel-son Maculan. — Heribaldo Vieira com restrições quanto às manifesta-ções sobre os dois últimos governos.

Afonso Arinos, com restrições ex-pressas pelo Senador Heribaldo Viei-ra.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos da Resolução nº 46, de 1961, que regula a tramitação do Pro-

jeto de Emenda à Constituição nº 16-A, de 1961, lido o parecer, devo de-clamar encerrada a sessão e convocar o Senado para outro, em cuja Ordem do Dia figurará a matéria, para a pri-meira discussão e votação.

Assim, vou encerrar a presente ses-são e convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária às 17 ho-ras e 40 minutos. No intervalo será distribuído, impresso ou mimeografa-do, o Parecer da Comissão aos Srs. Senadores.

Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

ATA DA 150ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1961

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE.

As 10 horas e 20 minutos reúnem-se presentes os Srs. Senadores:

Moura Vieira — Cunha Mello — Valadão Lima — Paulo Fereira — Zaccarias de Assumpção — Lobo da Sa-lveira — Victorino Pereira — Sebastião Alcino — Luciano Mello — Athias Coutinho — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Mene-zes Pinheiro — Sérgio Marinho — Regi-nault Fernandes — Dávid Huit Rosado — Antônio de Figueiredo — João Arraia — Salvarino Leite — Nogueira Filho — Jerônimo Maranhão — Afrânio Lopes — Silvestre — Pires — Lou-renço Fontes — Jorge Macnair —

Herivaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Del Caro — Paulo Viana — Jefferson de Aguiar — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Manoel Couto — Calisto de Castro — Gilberto Marinho — Afonso Ari-nos — Euráclio Valadão — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lima Mattos — Padre Ca-labrini — Pedro Ludovico — Cibra-riano — Juscelino Kubitschek — João Vilasboas — Lomes de Costa — João Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Santa Raimos — Irineu Borbausen — Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o compa-recimento de 56 Srs. Senadores. Ha-vendo número legal, declaro aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente para leitura.

Nos termos da Resolução nº 46, que regula a tramitação do presente Pro-jeto de Emenda à Constituição, pas-sa-se à Ordem do Dia.

A Presidência esclarece que o pa-rcer da Comissão Especial, designada para pronunciar-se sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 16-A de 1961, está subscrito pelo Presidente da Comissão, Senador Aloysio de Carvalho Filho, pelo Relator, Senador Nogueira da Gama e pelos Senadores Jefferson de Aguiar, Gaspar Velloso e Nelson Maculan; pelo Senador Herivaldo Vieira, com restrições, quanto à ma-nifestação sobre os dois últimos Go-vernos e pelo Senador Afonso Arinos, com as restrições expressas pelo Se-nador Heribaldo Vieira.

Faço esta declaração, por haver ve-rificado que nos autos distribuídos não constavam as restrições proclama-das pelos dois últimos Senadores.

O SR. AFONSO ARINOS:

(Pela ordem. Não foi revisto pelo orador.) — Senhor Presidente, agra-deço a V. Exa. a retificação que a-ba de fazer à impressão mimeografiada do parecer.

Solicitaria a V. Exa. o obsequio de determinar que, na transcrição do mesmo documento nos Anais par-lamentares, não fossem esquecidas es-tas restrições. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Sera cumprida a presidente que-rida de ordem de V. Exa. (Muito bem).

Passa-se a

ORDEM DO DIA

Primeira discussão do Projeto de Emenda à Constituição, o núme-ro 5, de 1961, originado da Câmara dos Deputados, número 16-A, de 1961, na Casa de origem que institui o sistema parlamentar de go-vérno, tendo Paçoer relator da Comissão Especial de ordem de acordo com o nº 46, de 1961.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se passar a discussão da maté-ria.

Está iniciada, em primeiro lugar, para discussão o projeto, nos termos da Resolução número 96, o represen-tante do Partido Trabalhista Brasilei-ro, relator da matéria, Sr. Sena-dor Nogueira da Gama.

Nos termos do item VI, artigo úni-co da Resolução número 96, S. Ex-ccelência tem o prazo de 15 minutos para discutir o parecer.

Tem a palavra o nobre Senador No-gueira da Gama.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

(Não foi revisto pelo orador.) — Se-nhor Presidente, ocupo a tribuna neste momento, na dupla qualidade de Relator da Emenda Constitucional que institui o sistema par-lamentar de Governo e na de membro do Par-tido Trabalhista Brasileiro.

Essas qualidades, Srs. Presidente, não se conflitam, não estão em nenhuma contradição, suscetíveis de influir nas considerações que devo formular. Em qualquer das posições meu pensamento é o de todos que, desde há oito dias, portam numa at-titude obstinada de resguardo a lei e a Constituição, no sentido de que o Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960 assumo o man-dato que o povo lhe conferiu, no uso e gozo da soberania que as urnas li-vres dão hoje ao eleitorado bras-leiro.

Nenhuma contradição me impede de falar, invocando estas duas qua-lidades, e, talvez eu não devesse dizer neste momento, mas acredito que nenhum outro seria tão oportuno e tão recomendado para que eu deixas-se consignar nos Anais do Senado da República um fato que ate hoje, choca profundamente minha con-ciência de patriota, como por certo produz a mesma impressão sobre todos os brasileiros.

Este fato é o seguinte: nenhum ho-mem público foi eleito no Brasil nas condições privilegiadas dentro de clima tão propício à realização de uma grande obra, como o Senhor Jânio da Silva Quadros, e lamentável e des-graçadamente nenhum homem públi-co na vida deste país, em tão pouco tempo produziu tantos males a tanto gente.

Os dias atribulados que estamos vi-vendo os devemos primeiro ao Govêrno e à ação desordenada e desarticu-lada do ex-Presidente da República.

Sr. Presidente, longe de mim a idéia de descer a uma análise mai-pormenorizada dos atos praticados pelo ex-Presidente da República.

O que quero apenas é deixar registrado nos Anais do Senado este dia memorável, que hoje estamos aqui vivendo, um fato que já passou a história e que precisa ser registrado no dia do momento.

Sr. Presidente, tem-se dito em nossas pais repetidas vezes, desde longos anos, desde mesmo a implantação do regime presidencialista, que o Poder Legislativo é um Poder desarmado. Nos últimos oito dias ocorridos em nosso país, nos dão grande esperança e mesmo grande conforto, por nos haverem demonstrado de que o Poder Legislativo não possui armas materiais, armas destruidoras, mas possui a maior de todas que é a arma da sua soberania, o Poder que o povo lhe conferiu, aquilo que nós podemos denominar, numa expressão capaz de traduzir toda a grandeza das nossas instituições, o Poder Civil organizado à base da lei, sobre os alicerces da Constituição Federal.

Estamos, já oito dias, como soldados do poder civil. Há oito dias este País escreve a página mais brilhante da sua História. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, em todos os quadrantes, homens e mulheres, crianças, estudantes, sacerdotes da Igreja de Cristo, desde o mais modesto até os Cardeais que ocupam a cúpula da igreja, cidadãos que têm as suas ideologias marcadas na extrema esquerda, cidadãos que têm suas ideologias fincadas ou vinculadas na extrema direita, todos, a uma só voz, deram ao Brasil a demonstração inequívoca de que o nosso povo se emancipa saí daquela atração que tanto tem prejudicado a sua evolução. Está aprendendo, numa palavra, a respeitar a Constituição.

Sabemos, Sr. Presidente, que a força do povo americano está exatamente nesse respeito ao texto da sua Carta Magna. O mesmo acontece com os ingleses e com outros povos de formação democrática, autêntica e comprovada, através dos anos. Mas eles só conseguem chegar a esta resistência, chegar a este resguardo, em virtude da consciência que tem, cada um dos seus cidadãos, sobre o valor, sobre a força da sua Constituição.

Tivemos no Brasil o movimento constitucionalista em 1932, levantado e dirigido pelo valoroso povo paulista. Dá para cá, os brasileiros, em lutas sucessivas, vêm aprendendo a votar verdadeiramente culto à Constituição Federal. Ele tem sido nestes dias de intranquilidade, de sobressaltos, de angústias e de lamentáveis prejuízos para a nação brasileira a grande âncora, o instrumento formidável que nos sustem, a todos nós, no Brasil a esta hora. Desejamos o seu cumprimento com a posse do presidente eleito.

Sr. Presidente, não é meu propósito examinar neste momento — nem eu o faria, embora tenha condições e coragem bastante para tanto — as atitudes, os gestos e os motivos que levaram os Ministros militares a criar essa crise. Não desejo fazer isso, no momento, porque a nossa atitude é de paz, de harmonia, de confraternização. Nosso gesto é de união entre todos os brasileiros para que a nossa Pátria possa prosseguir na realização do seu glorioso destino. Destino que lhe foi traçado pelos nossos maiores, destino que lhe foi aberto, depois de 1930, pelo genio político de Getúlio Vargas, destino que encontrou recentemente na ação dinâmica, brilhante e patriótica do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira o seu grande comandante, para a concretização da obra de soerguimento de todas as forças vivas do país, de modo a que ele figure ao lado das grandes nações, deixando de ser a simples mensagem que os sociólogos nele reconhecem, para se transformar efetivamente numa das grandes vozes do mundo, não em seu próprio benefício, mas para bem de toda a Humanidade.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Pondero a V.

ossa, que o tempo de que dispunha está esgotado.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Agradeço a advertência de V. Exa., Sr. Presidente, e concluirei.

Nas palavras rápidas que profiro tive ensejo de dizer que, nestes oito dias o nosso País tem sofrido grandes prejuízos. De fato isso se verifica sob todos os aspectos, no campo moral, no terreno social, na economia e nas finanças. Mas, aproveito esta ocasião solene, em que vamos decidir a sorte do nosso regime presidencial, para deixar aqui um registro. Nos últimos quatro dias, o Governo atual foi obrigado a emitir trinta bilhões de cruzeiros para atender às necessidades decorrentes dessa insubmissão à Lei e à Constituição. Com os trinta e seis bilhões de cruzeiros emitidos por Jânio Quadros, temos, Sr. Presidente, em sete meses, uma emissão de sessenta e seis bilhões de cruzeiros! Em cinco anos de Governo, o Presidente Juscelino Kubitschek emitiu cento e trinta e seis bilhões, mas realizou obras que aí estão como contrapartida, para mostrar que o dinheiro público teve necessária aplicação. Estamos, portanto, diante de perspectivas sombrias, com uma emissão, em sete meses correspondente a cerca de 50% da emissão feita em cinco anos, e nesta situação, compelidos a enfrentar a grave crise em que todos nos debatemos.

Resta-nos, Sr. Presidente, concluir com um apelo a todos os eminentes Senadores da República, para que juntemos os nossos votos em favor da emenda parlamentarista que, como modesto relator da respectiva Comissão, tive ensejo de apreciar. Devo dizer que ela está redigida em termos capazes de proporcionar a transformação de um regime para outro sem sobressaltos que prejudiquem a marcha da nossa vida pública.

Este Sr. Presidente, o meu apelo, certo de que o Senador da República, examinando serenamente o momento grave que vivemos, não se negará a dar a sua cooperação, sempre oportuna e patriótica, para solução dessa grave crise. Já o nosso País faz uma experiência do parlamentarismo já em condições, acreditado sinceramente, de obter excelentes resultados, tal o nível de politização, de educação cívica e política que revela o povo brasileiro.

São essas, Sr. Presidente, as palavras que julguei meu dever proferir neste momento em nome do meu Partido e na minha qualidade de Relator da Comissão Especial Mista, sobre a emenda. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender, para falar em nome do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto, pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já tivemos a prova de que o povo brasileiro tem representantes à altura do momento.

Na Democracia de Robespierre, o povo fazia, pelas próprias mãos, o que podia fazer, e pelos seus representantes aquilo mesmo que eles não podiam fazer.

Não poderá a História dizer que o povo brasileiro, nesta hora, não tenha sabido fazer o que dele o mundo esperava.

Esta Casa do Congresso Nacional é a casa da moderação, é a casa dos homens comedidos, que analisam as situações políticas sem desespero, que examinam os anseios da opinião pública, que refletem e depois opinam, com a grave responsabilidade de dar o caminho certo, as soluções certas aos mais diversos problemas.

Já muito se disse na tribuna do Congresso, nesta hora, sobre todas as razões que motivam a grave crise que atravessamos, e desde que o Congres-

so se encontra nessa indormida atividade dia e noite, em busca das soluções, tendo a família brasileira expectante, tendo o mundo que nos observa perplexo, tive a oportunidade de, em meu nome, no de meu Partido e em nome dos ideais trabalhistas que acalentamos, iniciar desta tribuna uma série de discursos em que me propus provar à Nação que a nossa filosofia política é muito outra. Muito distante está da tese que os inimigos do Regime escolheram para atribuir-nos e consequentemente deduzir que a posse do Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro na Presidência da República pudesse significar a subversão da ordem Democrática.

Tenho dito desta tribuna que não somos um Partido de Direita, que nem sequer somos um Partido de centro.

Somos, realmente, um Partido que caminha para soluções, que procura a reconciliação do Capitalismo com a Democracia.

Temos repetido que nosso esquema é o do Socialismo Democrático; temos dito que não nos interessa o comunismo; até nos ofendemos quando nos atribuem idéias comunistas.

Porque idéias comunistas, se o Partido Trabalhista Brasileiro tem a sua temática própria, se essa temática não representa senão uma emanção da própria sociedade brasileira, se as nossas teses são as tese afeiçoadas aos anseios da grande Pátria Cristã que jamais deixou de ser cristã, que jamais deixará de ser cristã. Quando propomos as novas vindicações, quando formulamos as nossas teses dentro do esquema político nacional, não temos outra intenção, não temos outra esperança senão a de ver a compreensão geral do Estado democrático pela consecução de objetivos inalienáveis do povo. E não podemos, na conjuntura, nos submeter a uma liberdade que seja filha da ordem, mas queremos, isto sim, que a ordem jurídica seja filha da liberdade.

Quando queremos a reforma agrária, a assistência ao homem do campo, a limitação dos lucros das empresas estrangeiras, a nacionalização dos Bancos, a disciplina do capital estrangeiro, o destino nacional do crédito favorecido, estamos defendendo teses que não de consubstanciar a economia brasileira, para que o trabalhador tenha fundo econômico na própria sociedade em que vive. Mas jamais estamos pugnando pela onipotência econômica, pela estatização pura e simples do meio de produção, distribuição e troca, fundamento do marxismo. Nada temos com isto, temos, sim, de seguir a nossa trajetória, e nesta hora em que deste Congresso sensibilizado pela opinião pública nossa alma, as soluções consentâneas, sabemos encontrar, nas verdades das aspirações de harmonia e de paz da sociedade brasileira, não recusamos um instante sequer: dos nossos propósitos de avançar, avançar sempre pela vindicação dos trabalhadores, na qual não haveremos de desfalescer. É preciso que a opinião pública saiba que o Partido Trabalhista Brasileiro, continua na luta, mas na luta pelo interesse nacional puro e simples, na luta pela nacionalização do trabalho nas fábricas, melhor compreensão da mulher operária na sociedade do trabalho. Todas essas vindicações estão no nosso esquema e se ainda não foram conseguidas, ela i serão, Sr. Presidente, porque este Partido há de crescer cada vez mais robustecido pelas adesões dos patriotas de bom nome que não de escolher essa filosofia política para defender.

Sr. Presidente, devo, porém, ater-me à tese que nos ocupa, isto é, ao parlamentarismo, que vem mudar a siste-

matika do Governo, dentro do mesmo regime republicano.

Nós, trabalhistas, temos grandes esperanças no parlamentarismo. Sabemos que o trabalhismo, sendo um socialismo, tem possibilidades de afirmar-se e realizar-se na fórmula política que agora se propõe para o Brasil. Temos certeza de que conseguiremos muito melhor atingir as nossas metas de humanização do homem na sociedade reconciliada dentro do parlamentarismo, ao em vez de permanecer dentro do presidencialismo, com todos os seus vícios, com todos os seus defeitos, com todas as suas incoerências e perplexidade, no qual temos vivido tanto tempo e em o qual, de vez em quando, nos defrontamos com crises da natureza da presente.

Quero dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que encarna neste momento a alma da Nação que o Partido Trabalhista Brasileiro vota pelo parlamentarismo no Senado sem coação...

O Sr. Vivello Lima — Muito bem.

O SR. PAULO FENDER — Sem compulsão de espécie alguma, mas apenas na convicção que temos de que a experiência há de favorecer a nossa própria política e também o propósito que jamais deixou de alentar-nos o coração, de construir com a parcela do nosso esforço e da nossa compreensão para a solução desta crise, colaboração com a maioria do Congresso, que quer dizer simplesmente à Nação, seja qual for o desfecho da crise, que cumpriu o seu dever.

Tenho mesmo, Sr. Presidente, a convicção de que, votando como trabalhista no Parlamentarismo, estou oferecendo um dique, uma barreira, um obstáculo a que as intervenções militares tanto apareçam na vida da Nação, tanto incidam na ação do Governo, ocasionando situações de emergência como a atual, que desafia solução.

O Governo de Gabinete possibilitará, quando cair, a queda inclusive dos Ministros militares. E eles se habituaram a ver que a Democracia não é algo que precise de tutela, não é algo que precise de vigilância, porque fosse qual fosse essa tutela ou essa vigilância, se a alma do povo quisesse mudanças radicais no regime, conhecendo a nossa História, a nossa fibra, saberiam que o povo brasileiro jamais abdicaria de se dar o destino que quisesse.

Por conseguinte, Sr. Presidente, com estas palavras eu concito o Senado da República a que vote por inteiro nesta fórmula, que é a fórmula convertida às realidades factuais que atravessamos, que é a fórmula que converte a fórmula, que é a fórmula que é a fórmula que convém à nossa grandeza histórica, para exame e agradação da posteridade. (Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. GUIDO MONDIN:

Tem a palavra, em nome do Partido Social Democrático, o nobre Senador Benedito Valladares.

O SR. SENADOR BENEDITO VALADARES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISTA DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, em nome do Partido de Representação Popular, o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN — Não foi revisto pelo orador — Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho à tribuna para dizer do voto que darei em relação à emenda Parlamentarista que daqui a poucos momentos, será aqui votada.

Falo apenas, em meu nome e não no da Bancada do Partido de Representação Popular, uma vez que o meu representante é o meu. Fui, Sr. Presidente, na adolescência, libertador. Apaixonava-me os meus ideais, particularmente a instituição do Parlamentarismo no Brasil.

Mais tarde, observando os grandes problemas sociais de nosso País, problemas que persistem, me fiz comunista, mas não me satisfazia o comunismo, eis que ele investia contra o que há de mais sagrado no homem — a sua intangibilidade. Surgindo o integralismo, vi na sua doutrina que ela alcançava a minha alma, os meus sentimentos. Entretanto, transcorreu o tempo e sou hoje membro do Partido de Representação Popular que herdou a doutrina integralista.

Pensei, então, Sr. Presidente, que como adolescente apaixonado que era pelo regime parlamentarista, quisessem os fados que, na minha maturidade, viesse eu votar a Emenda que neste momento se discute, no entanto, assim não acontecerá. O Presidente do meu Partido, Deputado Plínio Salgado, já fez sentir, na Câmara dos Deputados, o pensamento da minha grei partidária. Não pratico porém, com a posição ora assumida um ato de indisciplina, eis que parlamentarismo no Partido de Representação Popular foi sempre questão aberta.

Escutei todos os argumentos expendidos na Câmara dos Deputados e nesta Casa, alguns com tanta profundidade, com tanta preocupação, com tanto sentimento. Sobre eles raciocinei. Acontece, porém, que eu represento no Senado da República, o Rio Grande do Sul.

Tenho acompanhado, desde o primeiro momento, a luta dos parlamentares brasileiros no sentido da preservação das instituições, do regime, da salvaguarda da nossa Constituição, desde a luta tenaz, extraordinária, singular, formidável que o nosso Presidente Senador Moura Andrade vem desenvolvendo, como exemplo para todos nós. Compreendendo a situação, Sr. Presidente, é grande a minha capacidade de raciocínio e o patriotismo dentro de minha alma.

Hoje, porém, no momento de votar, auscultei profundamente o meu coração. E então, com um sentido de brasilidade, quis ouvir a voz do Rio Grande do Sul porque senti que nela falava a própria voz do Brasil. Participo com a atitude do Parlamento Brasileiro, levantou-se o Rio Grande para fazer sentir à Nação que a Constituição precisava ser respeitada, o Sr. João Goulart, Presidente da República Brasileira, precisava ser empossado, pura e simplesmente.

E eu quero pensar com o Rio Grande do Sul, quero votar com o Rio Grande do Sul, não importam os comentários que possam ser feitos em torno da atitude de um homem que, anteontem, na sessão do Congresso votou "SIM" a Emenda parlamentarista e agora, votará "NÃO" essa mesma Emenda. Não importam os comentários, porque sinto que neste momento, no meu coração é a Pátria quem fala. Tenho a consciência tranquila ao proferir um voto coerente com os meus sentimentos mais puros de brasilidade, dentro deles o meu Rio Grande falando.

Venho daquela área, daquele Rio Grande que deu tantos exemplos na formação brasileira e quero dizer ao meu Rio Grande, aqui do Senado da República, que estou presente com ele, votando contra a Emenda parlamentarista para que não desmereça do meu Rio Grande. E não peço ao Rio Grande que me agradeça.

Embora saiba que a Emenda Parlamentarista passará, quero que o meu Rio Grande saiba que o seu representante está com ele nesta

hora, e embora passe a Emenda Parlamentarista, quero que se registre a atitude do Rio Grande porque, mais uma vez, ele se impôs ao sentimento do povo brasileiro como vanguarda, como sentinela permanente e eterna desta Pátria.

Votemos sim, a Emenda Parlamentarista, mas que fique aqui este meu voto. Não quero agradecimento, repito. Quero apenas a consciência de ter procedido agora exatamente como deveria proceder. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho, em nome do Partido Libertador.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe neste instante, com muita autoridade uma palavra do Partido Libertador que, desde a sua fundação, traz no seu programa o dever de pugnar pelo sistema parlamentarista no Brasil.

Não é, entretanto, uma palavra de orgulho ou de alegria e sim que se associa aos demais partidos que se manifestam no mesmo sentido. Verdadeiramente, a vitória não é desse nem daquele partido, a vitória é do Brasil, através da representação popular simbolizada neste Congresso Nacional que resolveu tirar a Nação de uma das muitas crises, em que o Presidencialismo tem sido pródigo, para pacificar a família brasileira.

Sempre pensei comigo, e julgo oportuno aqui repetir, que a implantação do regime presidencialista no Brasil foi um equívoco dos fundadores da República e organizadores da primeira Constituição.

Porque mudássemos de Monarquia para República tivéssemos, então, a impressão de que o sistema parlamentar, que vigorara no nosso País durante o Império, era um sistema irremediavelmente comprometido com a Monarquia.

Ele realmente havia servido à Monarquia e tinha realizado a tranquilidade e a prosperidade deste País durante quarenta anos de vigência; e por que mudássemos desse estilo europeu de governo para o estilo americano veio-nos a ideia de que a República se devia associar o Presidencialismo.

Mas, neste momento mesmo em que a República presidencial se instalava no Brasil, não faltou uma voz do Rio Grande do Sul, já no exílio, mandava um manifesto aos seus amigos pedindo que não enrolassem a bandeira do Parlamentarismo — o grande tribuno, dos maiores de todos os tempos no Brasil, Gaspar da Silveira Martins.

Era tão imbuída na consciência do País a ideia do Parlamentarismo que o Marechal Deodoro da Fonseca, presidindo o Conselho de seus Ministros, que estavam estruturando a República, não se conteve e estranhou que na Constituição não dessem a ele, não dessem ao Presidente da República, a faculdade de dissolver o Congresso. Tão imbuído continuou dessa ideia que, pouco depois, dissolvia o Congresso.

Mas a República tinha, naquele momento, energias e resistência suficientes para lhe anular, poucos dias depois o ato.

Não anulou entretanto pacificamente, num desfile de discursos, de argumentação e de congratulação, como agora estamos fazendo no Congresso Nacional. Anulou através de uma crise militar que dava, desde então, o sinal das crises que se repetiriam indefinidamente durante todo o período da República.

O Regime parlamentarista permite ao povo e à Nação participarem mais

vivamente, mais diretamente, dos destinos do País, das controvérsias em torno dos problemas políticos e administrativos.

É um regime de tal flexibilidade que permite ao governo sair das crises por meio de modificações, totais e parciais, do seu ministério; mas modificações que vêm exigidas pela manifestação inequívoca da opinião pública, através do Congresso Nacional.

É um regime que põe em colaboração estreita, em colaboração íntima, o Executivo e o Legislativo.

Não digo novidade ao chamar a atenção dos Srs. Senadores para o vício de que se ressentiu, durante toda a sua vigência, o Presidencialismo brasileiro.

Estabelecendo a Constituição de 1891 que os três Poderes eram harmônicos e independentes entre si, nós não tivemos, a rigor, durante setenta anos de presidencialismo, senão o Poder Executivo.

Foi tão vivo o desencanto, logo nos primeiros tempos da República, que, como ainda há pouco lembrava, o artífice-mór da Constituição — Rui Barbosa — na campanha civilista de 1910, antes mesmo que esse movimento houvesse tomado o caráter de campanha civilista e ante militarista, já afirmava, como um dos seus propósitos, a revisão do que se havia estabelecido na Constituição, para adaptá-la melhor às realidades políticas do País, admitindo que se pudesse, ou cá, chegar ao reexame do regime de governo que a Constituição havia instituído.

Essa ideia parlamentarista não é, todavia, uma ideia, nasceu do Congresso Nacional por força de qualquer coação ou mesmo de pressão dos acontecimentos, como se alega.

Em 1934, na Constituinte daquele ano, já fomos trinta e tantos os parlamentares que votamos pela instauração do regime parlamentarista no Brasil.

Era tão crescente o desencanto relativamente ao Presidencialismo, que foi incontável o número dos que, na Constituição de 1946, assumiram o partido.

A História, amanhã, talvez registre que, por uma questão apenas de mal entendimento do sistema parlamentar entre as elites políticas então dominantes, é que não tivemos, na Carta de 1946, o regime parlamentarista.

Por que então considerarmos isto uma novidade se, ainda há pouco, em 6 de julho deste ano, na Câmara dos Deputados, o eminente Deputado Raul Pila, renovou a sua emenda parlamentarista, apresentando-a assinada por duzentos e cinquenta Deputados, mais do que o quorum necessário, para a aprovação do Parlamentarismo. E por que escondermos neste momento que anteriormente a emenda já havia conseguido, naquela Casa do Congresso uma maioria sem que entretanto houvesse atingido o quorum constitucional.

A ideia, portanto, não é posterior aos graves acontecimentos que sucedem no País, desde sexta-feira última. Ela já existia, no Congresso Nacional, antes dos atuais episódios. O que o Congresso está fazendo, é aproveitar essa emenda e dar-lhe uma tramitação rápida, a fim de resolver uma das crises do Presidencialismo — queira Deus e eu estou certo — a última das suas crises.

Tenhamos, neste momento, o pensamento voltado menos para as contendas partidárias, para os dissídios políticos; tenhamos o pensamento voltado para o país. O país confia realmente no Congresso Nacional e dele espera um comportamento que esteja de acordo com as nossas tradições de educação política, que corresponda ao nosso prestígio na esfera internacional, que nos ponha ao resto do mundo como um país capaz de encontrar

soluções pacíficas para as suas crises que ameaçam a guerra civil.

O parlamentarismo europeu é um parlamentarismo que conduziu a Alemanha a uma recuperação espantosa. E quando a França caiu em 1940 e elaborou sua nova Constituição, ninguém pensou lá em dudar o sistema para o presidencialismo. E no Brasil, na Constituição de 1946, ao contrário do texto da Reforma de 1926, tiramos das vedações de emenda à Constituição o princípio do sistema presidencial de governo, considerando apenas como insusceptível de uma emenda à Constituição o princípio da federação e o regime republicano. Sendo assim, Srs. Senadores o Partido Libertador acompanha, neste passo, os demais partidos representados nesta Casa e espera do Senado uma votação, e correspondendo às aspirações do país, possa abrir para o Brasil um futuro de paz e de trabalho, sem as crises intermitentes que tanto nos têm assombrado e tantas dificuldades criando à evolução do nosso país. (Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, como representante da União Democrática Nacional, o Sr. Senador Affonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no decorrer da sessão desta tarde, juntamente com outros colegas, ilustres representantes do povo nesta Casa, tive oportunidade de expender as razões de natureza teórica e também as de ordem, digamos pessoal, que me levarão a votar favoravelmente à instituição do sistema parlamentar de governo na república brasileira. Agora, nesta sessão que visa aprovar, em primeira discussão o Ato Adicional, venho investido da responsabilidade de falar em nome da bancada do meu partido. Assim sendo, já não mais me baterei, nem do ponto de vista teórico nem do ponto de vista pessoal os argumentos da minha declaração de voto. Eles serão fundados, concretamente na análise do próprio trabalho que nos cregou da Câmara dos Deputados e na apreciação embora sucinta, das suas disposições.

Tive a honra de ser designado por um grupo de Senadores que se constituiu na febre dos acontecimentos, em uma espécie de Comissão espontânea de representação desta Casa, consequentemente sem autoridade oficial para fazê-lo, mas apenas através de uma delegação amistosa daqueles que no decorrer do dia de sábado aqui se reuniram; tive oportunidade, dizia, de acompanhar a elaboração do Projeto, nos seus diferentes estágios na Câmara dos Deputados.

A primeira reunião realizou-se aqui no Senado Federal na noite de sábado, com a participação de vários e eminentes colegas da outra Casa do Congresso, representando as distintas correntes partidárias que a integram.

Posteriormente, compareci também à residência do nobre Deputado Nestor Duarte, onde se encontrava o Relator designado pela Câmara dos Deputados para proceder ao relatório e ao parecer da emenda existente naquela Casa do Parlamento.

Em seguida, compareci virtualmente, senão oficialmente, como uma espécie de mensageiro do Senado, de informante do Senado, todas as reuniões que se realizaram no Grupo do Trabalho e na Comissão Especial, constituída na outra Casa do Congresso.

Devo dizer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que é para mim extremamente grato, neste momento, manifestar ao Senado da República minha comovida admiração pela maneira como se comportaram todas as correntes da Câmara dos Deputados que participaram desses órgãos de elaboração e de redação da emenda que, neste momento, temos a oportunidade de votar.

As divergências, tanto quanto possível ou se acomodavam na discussão, ou eram relegadas a um plano imparcial para exame posterior. No afã, na preocupação de não retardarmos o processo, ficou assentado que todos os pontos de abrito seriam colocados em uma espécie de parte adjetiva dos nossos trabalhos, a fim de serem depois examinados pormenorizadamente em conjunto.

Assim, pudemos, gradativamente, resolver não apenas a redação daqueles pontos que contavam com a maioria ou a unanimidade dos Srs. Deputados, mas também, aplinar as dificuldades, esclarecer pontos de vista divergentes, enfim, chegar a este resultado que aqui temos em mãos.

Esta emenda é clara, satisfaz a todos, porque não contenta a ninguém. É uma emenda objeto de uma transação com várias posições teóricas, com várias convicções doutrinárias e — quem sabe? — convirá a respeitáveis interesses partidários.

Quando digo que ela não contenta completamente a ninguém, estou dizendo exatamente que ela satisfaz a todos, porque não tendo havido imposição de pontos de vista e sobretudo, não tendo havido resistências extremadas à aceitação dos pontos de vista contrários, pôde a Câmara — e louvada seja a Câmara dos Deputados a quem incumbirá o peso máximo das responsabilidades no exercício do regime que hoje vamos instaurar — pôde a Câmara dos Deputados preparar este documento que, com suas imperfeições e deficiências, com suas lacunas e quem sabe, com suas condições é um grande documento político. Na história constitucional das nações, as mais aprimoradas no exercício da política e no estudo do Direito, não foi diferente o assentamento das bases que deram, em resultado, a formação dos documentos constitucionais mais duradouros.

Sabe o Senado que a Constituição americana foi aprovada numa batalha, por um voto de maioria. Foi esse voto de maioria que instituiu esse documento secular, que propiciou a transformação de um aelomero de pequenas colônias agrícolas às margens do Atlântico, na mais formidável potência industrial de todo o mundo. Foi esse documento plástico, sábio, político, elaborado — como disse em meu discurso — em meio a divergências políticas, aprovado por um só voto de maioria. Na história do sistema parlamentar, a Constituição francesa de 1875, a mais sábia das Constituições europeias do Século XIX que acompanhou a grandeza da França na paz e na guerra, na derrota e no triunfo, fez fôz da França, um certo momento, em uma certa fase, sem dúvida alguma hoje superada, mas recente em dos maiores países do mundo uma das Democracias mais sofridas do planeta.

Essa Constituição francesa, sabem também os Srs. Senadores, como foi duramente — perdoo-me a expressão que não é delicada mas é parlamentar — partejada. Foram três elaborados em épocas diversas, porque não se chegava a uma solução pela a leitura conjunta de uma só lei. Foram três leis anarquetamente independentes, autônomas, que se organizaram em um complexo legislativo cuja coerência e cujo vigor teve, as compensações que acabo de mencionar.

Portanto Sr. Presidente, não serão as imperfeições formais, porque o sistema que hoje estamos instituindo não é sistema de rigorismo de texto, não é um sistema fisiológico, um sistema de sanidade de vida. O que é importante no parlamentarismo, não é a minúcia técnica dos incisos; é a capacidade plástica do seu funcionamento.

Aqui temos um documento que corrobora, sem dúvida alguma, na minha humilde opinião, a situação atual do Brasil: um documento brasileiro que caracteriza a forma de Governo

que a Câmara dos Deputados acaba de instituir e que certamente, será aprovado pelo Senado da República, documento no qual se dá a essa forma de Governo a fisionomia do nosso País. É como que uma Verônica que, aplicada à face sofrida do Brasil, imprime a sua imagem.

Sr. Presidente feitas estas considerações preliminares, não me demorei na tribuna, reiterando minha admiração pelo trabalho da Câmara dos Deputados, pelo trabalho de composição desta obra transaccional e sábia que atende aos imperativos atuais da sociologia brasileira, da geografia brasileira da economia brasileira, do federalismo brasileiro, do jôgo de forças sociais que detêm, neste País, o Poder político.

Feito o elogio desta obra sábia, Sr. Presidente, pela qual, como modesto estudioso da matéria, reitro a minha admiração, chamo a atenção dos Srs. Senadores para a importância dos dispositivos que tive a felicidade e a oportunidade de introduzir, com o pleno assentimento dos Senhores Deputados, quer na confecção da Emenda, quer na sua votação, dispositivos que asseguram ao Senado Brasileiro uma situação sem paralelo em qualquer Segunda Câmara de país parlamentar de todo o mundo. Figuramos, neste documento, realmente como uma casa moderadora; não moderadora apenas no que tangue à elaboração legislativa. Não é uma Câmara de compensação; não é um compasso de espera na apreciação da tramitação legislativa, senão que nós, aqui, figuramos em dispositivos fundamentais. Como delegado do Senado — delegado virtual, não delegado oficial porque não tinha credenciais nem autoridade, para sê-lo, mas como mensageiro dizia, das aspirações dos grupos com que pude conversar, aqui introduzimos dispositivos que dão à Câmara Alta na República posição política de intervenção moderada das crises parlamentares que, acredito, seja um exemplo para as demais Constituições Parlamentaristas. O ato de poder o Senado intervir, para a indicação do Presidente do Conselho em momentos em que a Câmara não chegue a um acordo para fazê-lo; o fato de podermos objetar à constituição do Gabinete, obrigando-se a Câmara a reconsiderar o ato político da constituição do Gabinete por uma maioria diferente daquela que estabelece para sua aprovação prévia; e, finalmente, o fato de ter sido conferida ao Senado a prerrogativa de legislar sobre matéria política, no momento do recesso da Câmara, conferiu-se, Srs. Senadores, ao Senado brasileiro, ao Senado que representa a Federação, ao Senado que tem a tradição política que sempre teve, aquela situação e aquelas condições que são inerentes à sua história, à sua dignidade e à sua competência.

Nestas condições, como representantes da União Democrática Nacional, Partido que introduziu o Parlamentarismo, em convenção que foi quase unânime como um dos postulados do seu programa: Partido que tem a posição parlamentarista oficialmente assentada, há muitos anos; nestas condições digo a V. Ex.ª, Sr. Presidente, aos Srs. Senadores e ao Senado da República que, salvo as opiniões individuais de consciência, que respeitamos, a maioria esmagadora da Bancada Udenista votará pela aprovação do Ato Adicional. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, Líder da Bancada do Partido Trabalhista Nacional.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Partido Trabalhista Nacional, pequena

agremiação partidária da qual sou o seu inexpressivo Presidente.

O Sr. Juscelino Kubitschek e Victorino Freire — Não apoiado!

O SR. LINO DE MATTOS — ... tem posição notória: é favorável ao Ato Adicional que institui a Emenda Parlamentarista. As razões, dadas em oportunidades diversas, nesta mesma tribuna e na tribuna da Câmara dos Deputados, quando reunidos em Congresso Nacional. Prioria, consequentemente, encerrar, aqui, as minhas palavras, porque são pronunciamientos conhecidos.

Desejo, entretanto, fixar, ainda uma vez, que não voto a Emenda Parlamentarista com as balnetes enfiadas aos meus rins. Não voto a Emenda Parlamentarista preocupando com os tanques e as metralhadoras do Exército, com os canhões da Marinha ou com os bombardeiros da Aeronáutica e com os outros soldados, aos quais cabe, neste instante a responsabilidade da Chefia das Forças Armadas do País. — Marechal Odílio Denys, Almirante Silvino Heck e Brigadeiro Grün Moss, — não teriam em hipótese alguma comportamento contra senão aquele que venho afirmando, desde a tarde do dia 25, de respeito à vontade popular, manifestada através do Congresso da República.

Frizo bem esta particularidade porque, como muitos eminentes colegas, era eu também presidencialista; mas com estes mesmos colegas, de anos a esta parte, estamos acompanhando de perto o regime e sentindo, conforme o tempo vai passando, seu desajustamento à realidade brasileira.

A renúncia de Jânio Quadros foi a gota d'água que transbordou na minha compreensão, porque, conforme acentuei em várias oportunidades, nenhum homem público no Brasil conseguiu ser tão prestigiado, tão amado, como esse ex-Governador de São Paulo. No entanto, teve que renunciar.

Cabe ao Congresso da Nação tomar a decisão de substituir o presidencialismo pelo parlamentarismo, para verificarmos, com o correr do tempo, se a falha é do presidencialismo ou dos homens que o representaram, que o interpretaram e o executaram. O Ato Adicional é sábio porque estabelece em um dos seus artigos que o Povo, através do plebiscito, se assim entender o Congresso deve dizer a palavra final: se se mantém o parlamentarismo ou se se adota outra providência.

Assim, Sr. Presidente, sem querer tomar mais tempo, porque entendo que o Senado deve votar tão logo quanto seja possível, encerro estas considerações, que rebuto inteiramente desnecessárias, pois que o meu ponto de vista estava fixado, isto é, a partir de alguns momentos após a renúncia de Jânio Quadros ser apresentada ao Presidente do Congresso, Senador Moura Andrade.

Tive razão, e um dia registrarei nos Anais da Casa, para não tomar nenhuma atitude, nenhuma providência no sentido de embargar ou de embarçar o conhecimento por parte dos Srs. Congressistas, do ato de vontade do ex-Presidente Jânio Quadros. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Não há outros oradores inscritos.

Nos termos da Resolução nº 46, que regula a tramitação do Projeto de Emenda à Constituição, está encerrada a discussão.

Vai se passar à votação.

Nos termos da mesma resolução, os votos serão apurados da seguinte forma:

Os Srs. que aprovam o Projeto permanecerão sentados, os que o rejeitam se levantarão. Em seguida os Srs. Senadores que o rejeitam permanecerão sentados e os que o apro-

vam se levantarão.

A Mesa tomará os votos pelo confronto de quantos Senadores votaram a favor e quantos votaram contrariamente.

Vai se processar a votação.

Até o instante da proclamação do resultado, qualquer Senador que não estiver presente a votação, poderá proclamar o seu voto.

Os Srs. Senadores, que aprovam o Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1961, originário da Câmara dos Deputados, que institui o sistema parlamentar do Governo, queiram permanecer sentados. (Pausa).

47 votos favoráveis: 5 votos contrários. A Presidência não tem direito a voto.

Agora, queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam a Emenda constitucional, permanecendo sentados os que a rejeitam. (Pausa).

Aprovam a emenda 47 Senhores Senadores; rejeitam-na 5 Senhores Senadores.

A Emenda foi aprovada por dois terços dos Senhores Senadores presentes. (Palmas).

É a seguinte a emenda aprovada, em 1ª discussão:

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1961

(DA CÂMARA)

Nº 16-A, de 1961, na Câmara Institui o sistema parlamentar do governo.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como a administração federal.

CAPÍTULO II

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 2º O Presidente da República será eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos, e exercerá o cargo por cinco anos.

Art. 3º Compete ao Presidente da República:

I — nomear o Presidente do Conselho de Ministros e por indicação deste, os demais Ministros de Estado, e exonar-los quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;

II — presidir às reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;

III — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

IV — vetar, nos termos da Constituição, os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos deputados e senadores presentes, em sessão conjunta das duas câmaras;

V — representar a Nação perante os Estados estrangeiros;

VI — celebrar tratados e convenções internacionais, ad referendum do Congresso Nacional;

VII — declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou, sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

VIII — fazer a paz, com autorização e ad referendum do Congresso Nacional;

IX — permitir depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do

Pais, ou, por motivo de guerra, nele permanecerem temporariamente;

X — exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros o comando das Forças Armadas;

XI — autorizar brasileiros a acelerarem nensão, emprégo ou comissão de governo estrangeiro;

XII — apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País;

XIII — conceder indultos e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei;

XIV — prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais;

XV — outorgar condecorações ou outras distinções honoríficas a estrangeiros concedidas na forma da lei;

XVI — nomear, com aprovação do Senado Federal, e exonerar, por indicação do Presidente do Conselho, o Prefeito do Distrito Federal, bem como nomear e exonerar os membros do Conselho de Economia (art. 205, § 1º).

Art. 4º O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos crimes funcionais.

Art. 5º São crimes funcionais os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I — a existência da União;

II — o livre exercício de qualquer dos poderes constitucionais da União ou dos Estados;

III — o exercício dos poderes políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do País.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO DE MINISTROS

Art. 6º O Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do governo e pela administração federal, e cada Ministro de Estado individualmente pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

Art. 7º Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade.

Art. 8º O Presidente da República submeterá, em caso de vaga, à Câmara dos Deputados, no prazo de três dias, o nome do Presidente do Conselho de Ministros. A aprovação da Câmara dos Deputados dependerá do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. Recusada a aprovação, o Presidente da República deverá, em igual prazo, apresentar outro nome. Se também este for recusado, apresentará, no mesmo prazo, outro nome. Se nenhum for aceito, caberá ao Senado Federal indicar, por maioria absoluta de seus membros, o Presidente do Conselho, que não poderá ser qualquer dos recusados.

Art. 9º O Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados, na sessão subsequente e pelo voto da maioria dos presentes, exprimirá sua confiança no Conselho de Ministros. A recusa de confiança

importará formação de novo Conselho de Ministros.

Art. 10. Votada a moção de confiança, o Senado Federal, pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, dentro de quarenta e oito horas, opor-se à composição do Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O ato do Senado Federal poderá ser rejeitado, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão.

Art. 11. Os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando esta lhes for negada.

Art. 12. A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de censura a qualquer de seus membros, só poderá ser apresentada por cinquenta deputados no mínimo, e será discutida e votada, salvo circunstância excepcional regulada em lei, cinco dias depois da proposta dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Art. 13. A moção de confiança pedida à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Ministros será votada imediatamente e se considerará aprovada pelo voto da maioria dos presentes.

Art. 14. Verificada a impossibilidade de manter-se o Conselho de Ministros por falta de apoio parlamentar, comprovada em moções de desconfiança, opostas consecutivamente a três Conselhos o Presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições que se realizarão no prazo máximo de noventa dias, a que poderão concorrer os parlamentares que tenham integrado os Conselhos dissolvidos.

§ 1º Dissolvida a Câmara dos Deputados o Presidente da República nomeará um Conselho de Ministros de caráter provisório.

§ 2º A Câmara dos Deputados voltará a reunir-se, de pleno direito, se as eleições não se realizarem no prazo fixado.

§ 3º Caberão ao Senado, enquanto não se instalar a nova Câmara dos Deputados, as atribuições do art. 66, número III, IV e VII da Constituição.

Art. 15. O Conselho de Ministros decide por maioria de votos. Nos casos de empate, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho.

Art. 16. O Presidente do Conselho e os Ministros podem participar das discussões em qualquer das casas do Congresso Nacional.

Art. 17. Em cada Ministério haverá um Subsecretário de Estado, nomeado pelo Ministro, com aprovação do Conselho de Ministros.

§ 1º Os Subsecretários de Estado poderão comparecer a qualquer das casas do Congresso Nacional e as suas comissões, como representantes dos respectivos Ministros.

§ 2º Demitido um Conselho de Ministros, e enquanto não se constituir o novo, os Subsecretários de Estado responderão pelo expediente das respectivas pastas.

Art. 18. Ao Presidente do Conselho de Ministros compete ainda:

I — ter iniciativa dos projetos de lei do governo;

II — manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa;

III — exercer o poder regulamentar;

IV — decretar o estado de sítio nos termos da Constituição;

V — decretar e executar a intervenção federal, na forma da Constituição;

VI — enviar à Câmara dos Deputados a proposta de orçamento;

VII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legis-

lativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Art. 19. O Presidente do Conselho poderá assumir a direção de qualquer dos Ministérios.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20. A presente emenda, denominada Ato Adicional, entrará em vigor na data da sua promulgação pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 21. O Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exercerá o cargo de Presidente da República, nos termos deste Ato Adicional, até 31 de janeiro de 1962, prestará compromisso perante o Congresso Nacional e, na mesma reunião, indicará à aprovação dele o nome do Presidente do Conselho e a composição do primeiro Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O Presidente do Congresso Nacional marcará dia e hora para, no mesmo ato, dar posse ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros.

Art. 22. Poder-se-á comemorar a organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos membros.

Parágrafo único. A legislação delegada poderá ser admitida por lei votada na forma deste artigo.

Art. 23. Fica extinto o cargo de Vice-Presidente da República.

Art. 24. As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema parlamentar do governo, no prazo que a lei fixar, e que não poderá ser anterior ao término do mandato dos atuais Governadores. Ficam ressaltados igualmente, até ao seu término, os demais mandatos federais, estaduais e municipais.

Art. 25. A lei votada nos termos do artigo 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida a manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se sobre a mesa declarações de voto do Sr. Senador Juscelino Kubitschek, do Sr. Senador Miguel Couto, do Sr. Senador Gilberto Marinho, do Sr. Senador Nelson Maculan, do Sr. Senador Ary Vianna, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, e do Sr. Senador Jarbas Maranhão e Silvestre Péricles.

As declarações de voto já enviadas à Mesa serão lidas, neste instante. As que vierem a ser enviadas serão lidas ao termo da votação em segunda discussão, e as que forem enviadas depois dessa oportunidade, serão publicadas.

Vou proceder à leitura das declarações de voto. Faço-o, pessoalmente diante da natureza dos pronunciamentos sobre tão importante fato.

(Lendo)

São lidas as seguintes

Senhor Presidente, Senhores Senadores.

Não posso deixar de fixar a minha posição de Senador da República e o meu estado de espírito, no momento em que voto contra a instalação do Regime Parlamentarista em nosso País. Em primeiro lugar, reitero agora que, se tivesse dependido de minha vontade, a Constituição teria sido respeitada, assumindo o Poder Presidencialista o cidadão João Belchior Marques Goulart, eleito em pleito livre exatamente para o fim de substituir o Presidente da República nos seus imediateiros, ou assegurar o Governo em sua falta definitiva, as contas relativas ao exercício anterior.

Antes, lutei com todo ardor pelo respeito à legalidade quando eu próprio representava essa legalidade. Não posso omitir-me ou renegar agora minhas convicções. Não passaria eu de um legalista em causa própria, se mudasse de ponto de vista ao sabor de circunstâncias e caprichos de uma conjuntura.

O mesmo raciocínio, a mesma coerência, a mesma consciência da sinceridade que devo ao meu País no respeito a mim mesmo, levam-me a não votar pela extinção do Regime Presidencialista. Continuo a crer, apesar dos pesares, que o Regime Presidencialista é o que está mais de acordo com a nossa realidade e com os nossos interesses.

Nada me parece mais melancólico em nossa futura paisagem política do que privar-se o povo de escolher de modo direto o seu Presidente. As últimas campanhas presidenciais haviam adquirido um aspecto educativo e altamente cívico. Os candidatos e o povo travavam diálogo em praça pública, debatiam os mais graves problemas nacionais. O povo brasileiro — mesmo naquela parte constituída de criaturas esquecidas e sem voz nas decisões, marcadas e amortecidas pelas dificuldades da vida, passou a indagar o que dele queriam e a formular, depois de longo silêncio, as suas queixas, as suas reclamações e as suas aspirações.

A Democracia é fruto de longa paciência e não há resultados a recolher imediatamente. Poderia aduzir neste momento muitas e as mais fundadas razões que me levam a ver com apreensão o estabelecimento do Parlamentarismo em nossa pátria, e entre elas e do perigo da instabilidade do Governo. Em nenhuma nação se torna mais imperiosa a necessidade de segurança, de firmeza, de continuidade administrativa do que no Brasil. Mas, esses problemas funcionais do regime em vias de ser adotado no Brasil são secundários, se tivermos presente que fazemos uma transformação da nossa estrutura política sob pressão militar. Não é porque estamos todos convencidos de que o novo regime há de melhorar o País, mas para resolver uma crise momentânea, que enveredamos pelo desconhecido, que adiamos a crise para agravá-la, talvez de forma irremediável amanhã.

Compreendo as razões dos que pensam diferentemente de mim neste momento. Entretanto, minhas convicções calcadas na realidade brasileira levam-me a votar o meu voto à emenda que está sendo apreciada nesta hora dramática.

Só o povo pode decidir sobre o seu próprio destino. Mudar o regime adotar instituições novas sem consulta ao povo, é um erro. Ele é o único, no regime democrático, capaz de fixar as normas de nossa vida política. O povo não foi ouvido. O povo não sabe o que foi decidido. O atropelo dessas votações realizadas em 24 horas. A mudança é fruto de uma pressão inaceitável no regime que praticamos. Esta a razão fundamental por que voto contra. Fico fiel ao povo — aos seus mandamentos, ao seu voto, que foi dado pelo Presidencialismo.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, justificando o meu voto de fidelidade ao Regime Presidencialista.

— Juscelino Kubitschek. D

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto convicto pelo Parlamentarismo no Brasil, que sempre considere a forma mais democrática e segura de conduzir a alta administração do País, aplaudindo a sábia iniciativa do eminente, venerando Deputado Raul Pita.

Na atual conjuntura política, em que todos os patriotas vivem momentaneamente de angustiosa expectativa, desejo

por uma fórmula capaz de conciliar a família brasileira, o Parlamento tem o caráter de mediador salvadora. — a) *Miguel Couto Filho*.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Eu, partidário da adoção de uma constituição parlamentarista adaptada às peculiaridades da estrutura política do País.

Entretanto, me pronuncio, inequivocamente, pela integral respectiva Constituição Federal, com o fiel cumprimento do seu artigo 73. Investido o Dr. João Belchior Marques Goulart na Presidência da República, o cumprimento dos deveres que o povo lhe atribuiu, declaro só me ter imitado a votar o presente Ato Adicional depois da anuência expressa do Sr. João Goulart, quando consultado sobre a aquiescência ao mesmo.

Devo, outrossim, de apresentar a proposta fixando o prazo de 60 dias para a promulgação deste ato, para a realização da consulta plebiscitária prevista no artigo 25, por impossibilidade de redação constante da Constituição que veio regular a tramitação do Projeto de Emenda à Constituição que acaba de ser votado.

Fa-lo para que, de imediato, pronunciasse a sua sentença, final e inapelável, o povo brasileiro.

Acima da organização constitucional só se pôde sobrepor o povo soberano do qual provêm os nossos mandatos e só ao qual devemos prestar contas do seu cumprimento.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1961. — *Gilberto Marinho*.

DECLARAÇÃO DE VOTO

ROBRE A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 3, de 1961.

No pronunciando meu voto da Emenda Constitucional, o faço na confirmação do apelo que, da tribuna do Senado Federal, fiz para que os responsáveis pela crise que nosso País atravessa, deixando seus espíritos e juntamente com o Congresso Nacional, encontrassem a solução para a mesma.

Lutamos com coragem e, a partir do desfecho da ocorrência do dia 25 de agosto, o Congresso emergia e se afirmava, portando-se à altura das circunstâncias.

Transgredir, é bem verdade, mas não sentido que não nos humilha, e, pelo contrário, só nos enaltecendo. Salvo guardados e reservados o reconhecimento do Sr. João Belchior Marques Goulart como presidente de direito, ficando prevalecer, assim, em toda a hierarquia, as instituições democráticas vigentes.

Que o exemplo fique como uma admoestação, pois o povo brasileiro, cónscio de seus deveres, exigiu o cumprimento da Constituição.

O regime que ora se institui não chamará a chama das justas reivindicações sociais de nosso povo, e estará em conflito em Deus que este seja o último episódio que nossa História registre.

Que a paz e a tranquilidade reforcem os nossos lares e todos, de espírito desanuviado, voltemos ao trabalho construtivo de uma Pátria enriquecida, respeitável e forte.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1961. — a) *Nelson Maculan — Cunha*.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Conforme já declarei na última reunião do Congresso, realizada em 30 de agosto, o fim, em meu voto, não é a sua Mesa, por escrito, naturalmente a oportunidade em que se discutia a proposta de parecer da Comissão Mista para a Mensagem do presidente da República, em exercício, a respeito do voto dos ministros militares ao exercício do vice-presidente João Goulart, pelo Sr. Goulart, e publico, portanto, o meu voto de que o Poder

Legislativo não se dê, sob o pretexto da coação de quem quer que seja por mais grave que se apresente a conjuntura política nacional.

Neste instante de perturbação da ordem legal vigente, a reforma constitucional modificando o tradicional sistema presidencialista de governo do País, em parlamentarista, e votada com esta velocidade que estamos presenciando, importa, em última análise, numa capitulação do Congresso àquela insólita imposição dos ministros militares.

Voto contra o sistema parlamentarista por razões de ordem política e legal, principalmente, e abstenho-me por razões de ordem moral acima expostas.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1961. — a) *Ary Vianna*.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Aproveio o Projeto da Emenda Constitucional, tendo por escopo a pacificação política da Nação e a garantia, constituem o alvo de todas as organizações políticas. Nem se admitiria que estelutas pudessem governar o País nesta hora grave ou que filigranas jurídicas autorizassem a deflagração de angústias populares, na conjuntura enfrentada pelos mais humildes, que, pelo menos, têm resguardadas as suas liberdades e os que seus direitos cristãos apontados no instrumento constitucional. O Congresso Nacional aprovou e recomendou a reforma constitucional, objetivando a extinção da causa das crises políticas por causas tão funestas às instituições e à democracia. É indubitável que o senso político não se dá e não se requinta, no aperfeiçoamento da inteligência política ou no âmbito da conquista, da conservação e da perda do Poder. Nos "souvenirs" de Tocqueville ou nas Fábulas de La Fontaine, o epicurista, muito se entende, posto na ciência política os que muito escrevem pouco agem, e, em política, bastas vezes, a norma é puro ato, ação cotidiana, nem sempre nobre ou ingenuamente adotado ou cumprido. Em suma, o ato que se contém no sistema constitui transigência de milíto em favor de todos, cercando-se o rigor do cesarismo e consagrando-se a participação direta do povo na consecução dos fins da coletividade — paz e bem estar social.

Portanto, os princípios éticos e a destinação política do Brasil determinam e orientam o procedimento do Congresso Nacional, que, por isso mesmo, merece louvado e consagrado por todos os patriotas.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1961. — *Jefferson de Aguiar*.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENADOR JARBAS MARANHÃO

Desde o início da crise institucional, que afeta o País, com a renúncia do Ex-Presidente da República, que nos deixamos empolgar na preocupação da defesa ou do zelo, e, ao menos, pelos princípios Constitucionais.

Foi a emoção desses princípios que inspirou as linhas de um discurso por nós proferido nesta Casa, ao conhecimento dos Senhores Senadores, e que nos levou a subscrever declaração de voto em que dizíamos não tomar e não levar em conta a Mensagem por achá-la irregular, e votar contra as sugestões da Comissão Mista, que não analisou os aspectos jurídicos e de fato da Mensagem, para que prevalecesse, afinal, pura e simplesmente, o artigo 73 da Constituição.

Não há dúvida de que este Congresso esteve à altura de suas inúmeras responsabilidades, nesta hora.

Que votando a emenda parlamentarista e recusando o impedimento da Vice-Presidente da República, ele agiu no superior propósito de

fender as instituições democráticas e manter a tranqüilidade e a paz do povo brasileiro.

Que assim agiu preservando a dignidade dos mandatos, com a necessária energia na defesa da Lei Maior e com a prudência política que o momento indicava.

Compreendemos e exaltamos esta posição do Parlamento, e, ate, seríamos capazes de mudar de orientação adotando pronunciamento diferente daquele que fizemos perante o Congresso Nacional se, por acaso, o nosso voto pudesse alterar ou sequer ameaçar o resultado desta votação no Senado, a fim de que não nos pesasse no futuro a consciência de, embora com o abandono de convicções, não haver colaborado, assim, para a tranqüilidade do País, para evitar uma luta fratricida, uma luta de início, nos traçamos.

Mas certo, absolutamente certo, de que o nosso voto vai se perder ou desaparecer na quase unanimidade da decisão desta Casa, preferimos e devemos manter a orientação que, d início, nos traçamos.

Não somos e nem pretendemos jamais ser diferentes de nossos prezados companheiros do PSD e demais ilustres representantes no Senado.

Mas sentimos que poderíamos ter, também, problemas de consciência, se nas circunstâncias por nós salientadas, viessemos a alterar a nossa anterior posição.

Preferindo teoricamente até, o parlamentarismo, votamos no entanto, neste instante, e pelas razões que apresentamos, contra a emenda parlamentarista.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1961. — *Jarbas Maranhão*.

SENADO FEDERAL

1) — Declaro que votei pela emenda, porque lá era parlamentarista há alguns anos. Para isso invoco o testemunho do Deputado Raúl Pila.

2) — Votei com restrições, porque a assunção do Senhor João Belchior Marques Goulart à Presidência de novo sistema não se me afigura sensata e patriótica. As divergências de ideologia continuarão, e penso que com ele não teremos paz no nosso glorioso País.

Sala das Sessões, do Senado Federal, em 2 de setembro de 1961. — *Senador Silvestre Pericles*.

Não há mais declarações de voto a serem lidas.

Vou declarar encerrada a presente sessão, convocando uma outra para as dezoito horas e trinta minutos a fim de se realizar a segunda discussão do Projeto.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às dezoito horas e vinte e cinco minutos)

ATA DA 151ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1961

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 19 horas e 30 minutos afluíram presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Arche — Leonidas Moçoilo — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Ta'ora — Nereza Pimentel — Sérgio Marinho — Reginaldo Fernandes — Dia-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — João Arruda — Sálviano Leite — Nelson Maculan — Loureiro Fontes — Ruy de Azevedo — Heribaldo Vieira

Ovidio Teixeira — Aloysio de Carvalho — Del Caro — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Paulo Fernandes — Artur Rodrigues — Miguel Couto — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Afonso Arinos — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Mattos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — Juscelino Kubitschek — João Villalobos — Lopes da Costa — Alô Guimarães — Gaspar Veloso — Nelson Maculan — Saulo Ramos — Irineu Barreiros — Daniel Krieger — Guido Mondin ...

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário prope a leitura da sessão anterior que, posta em discussão, e sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de projeto de lei encaminhado à mesa.

E lido o seguinte

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1961

Concede anistia a militares e civis participantes de movimentos políticos.

Art. 1º. É concedida anistia ampla e irrevogável, a todos os civis e militares, que tenham transgredido quaisquer normas penais ou disciplinares, em decorrência da renúncia sobre todos os processos criminais e disciplinares decorrentes de tais acontecimentos.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Instituto da anistia representa a contribuição, alta e nobre nos seus propósitos, do poder eminentemente político da Nação — o Poder Legislativo — para a pacificação dos espíritos. No presente momento da existência institucional do País, em que horas verdadeiras tranáticas são vividas por todos os brasileiros, o Congresso Nacional, em consonância com a vontade de todos os patriotas deve tomar a iniciativa do perdão, propiciador da concórdia.

Com o presente projeto está aberto o caminho ao entendimento. A medida (anistia do grego, *anistia* do latim), generosa, os seus desígnios e altamente política, por igual, nos seus propósitos, não diminui os anistiantes. Ao contrário, eleva o poder anistiante.

Amando estrememente ao meu País e aos meus irmãos brasileiros, sem distinção de raça, credo religioso ou convicção política pretendo ainda, com esta proposição, contribuir para a devolução da paz social aos nossos dias.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1961 — a) *Senador Cunha Mello — Afonso Arinos — Fausto Cabral — Argemiro de Figueiredo — Nereza Pimentel — Lino de Mattos — Aloysio de Carvalho Filho — Caiado de Castro — Benedito Valadares — Victorino Freire — Jefferson de Aguiar — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Loureiro Fontes — Mathias Olympio — Lima Teixeira — Lobão da Silveira — Paulo Fender — Alô Guimarães — Milton Campos — Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Padre Calazans — Gaspar Veloso — Nereza Pimentel — Zacharias de Assumpção — Coimbra Bueno — Miguel Couto*.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto está devidamente apolado. Vai às Comissões de Constituição, Justiça e de Segurança Nacional. Continua a hora do expediente. Não há orador inscrito. Passa-se à

ORDE MDO DIA

Segunda discussão do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1961, originário da Câmara dos Deputados (inc 16-A, de 1961, na Casa de origem) que institui o sistema parlamentar de governo, aprovado em primeira discussão na sessão anterior.

Em discussão.

Não havendo quem faça caso da palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que obedecerá ao mesmo critério adotado na sessão anterior.

Os Senhores Senadores que o aprovam, ouviram conservar-se sentados. (Pausa)

Votaram a favor do Projeto, 48, Senhores Senadores e 6 contra.

Agora, ouviram sentar-se os Senhores Senadores que o rejeitaram e levantar-se os que o aprovaram. (Pausa)

Votaram contra 6 Senhores Senadores e a favor 48.

O Projeto foi aprovado.

F o seguinte

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1961

(DA CÂMARA)

Nº 16-A, de 1961, na Câmara

Institui o sistema parlamentar do governo.

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal.

CAPÍTULO II**DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Art. 2º O Presidente da República será eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos e exercerá o cargo por cinco anos.

Art. 3º Compete ao Presidente da República:

I — nomear o Presidente do Conselho de Ministros e, por indicação deste, os demais Ministros da Estado, e exonará-los quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;

II — presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;

III — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

IV — vetar, nos termos da Constituição os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos deputados e senadores presentes, em sessão conjunta das duas câmaras;

V — representar a Nação perante os Estados estrangeiros;

VI — celebrar tratados e convenções internacionais, *ad referendum* do Congresso Nacional;

VII — declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou, sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no interior das fronteiras legislativas;

VIII — fazer a paz, com autorização e *ad referendum* do Congresso Nacional;

IX — permitir depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas que forças estrangeiras transitem pelo território do País, ou, por motivo de guerra, não permaneçam temporariamente;

X — exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros o comando das Forças Armadas;

XI — autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;

XII — apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País;

XIII — conceder indultos e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei;

XIV — prover, na forma da lei e com as ressalvas estatutárias pela Constituição, os cargos públicos federais;

XV — outorgar condecorações ou outras distinções honoríficas a estrangeiros, concedidas na forma da lei;

XVI — nomear, com aprovação do Senado Federal, e exonar, por indicação do Presidente do Conselho, o Prefeito do Distrito Federal, bem como nomear e exonar os membros do Conselho de Economia (art. 205, § 1º).

Art. 4º O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos crimes funcionais.

Art. 5º São crimes funcionais os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I — a existência da União;

II — o livre exercício de qualquer dos poderes constitucionais da União ou dos Estados;

III — o exercício dos poderes políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do País.

CAPÍTULO III**DO CONSELHO DE MINISTROS**

Art. 6º O Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do governo e pela administração federal, e cada Ministro de Estado individualmente pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

Art. 7º Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade.

Art. 8º O Presidente da República submeterá, em caso de vaga, à Câmara dos Deputados, no prazo de três dias, o nome do Presidente do Conselho de Ministros. A aprovação da Câmara dos Deputados dependerá do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. Recusata a aprovação, o Presidente da República deverá, em igual prazo, apresentar outro nome. Se também este for recusado, apresentará, no mesmo prazo, outro nome. Se nenhum for aceito, caberá ao Senado Federal indicar, por maioria absoluta de seus membros, o Presidente do Conselho, que não poderá ser qualquer dos recusados.

Art. 9º O Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados, na sessão subsequente e pelo voto da maioria dos presentes, exprimirá sua confiança no Conselho de Ministros. A recusa da confiança importará formação de novo Conselho de Ministros.

Art. 10. Votada a moção de confiança o Senado Federal, pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, dentro de quarenta e oito horas opor-se à composição do Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O ato do Senado Federal poderá ser rejeitado, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão.

Art. 11. Os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando esta lhes for negada.

Art. 12. A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de censura a qualquer de seus membros, só poderá ser apresentada por cinquenta deputados no mínimo, e será discutida e votada, salvo circunstância excepcional regulada em lei, cinco dias depois de proposta, dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Art. 13. A moção de confiança pedida à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Ministros será votada imediatamente e se considerará aprovada pelo voto da maioria dos presentes.

Art. 14. Verificada a impossibilidade de manter-se o Conselho de Ministros por falta de apoio parlamentar, comprovada em moções de desconfiança, onostas consecutivamente a três Conselhos, o Presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições que se realizarão no prazo máximo de noventa dias, a que poderão concorrer os parlamentares que tenham integrado os Conselhos dissolvidos.

§ 1º Dissolvida a Câmara dos Deputados o Presidente da República nomeará um Conselho de Ministros de caráter provisório.

§ 2º A Câmara dos Deputados voltará a reunir-se, de pleno direito, se as eleições não se realizarem no prazo fixado.

§ 3º Caberão ao Senado, enquanto não se instalar a nova Câmara dos Deputados, as atribuições do art. 66, número III, IV e VII da Constituição.

Art. 15. O Conselho de Ministros decide por maioria de votos. Nos casos de empate, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho.

Art. 16. O Presidente do Conselho e os Ministros podem participar das discussões em qualquer das casas do Congresso Nacional.

Art. 17. Em cada Ministério haverá um Subsecretário de Estado, nomeado pelo Ministro, com aprovação do Conselho de Ministros.

§ 1º Os Subsecretários de Estado poderão comparecer a qualquer das casas do Congresso Nacional e as suas comissões, como representantes dos respectivos Ministros.

§ 2º Demitido um Conselho de Ministros, e enquanto não se constituir o novo, os Subsecretários de Estado responderão pelo expediente das respectivas pastas.

Art. 18. Ao Presidente do Conselho de Ministros compete ainda:

I — ter iniciativa dos projetos de lei do governo;

II — manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa;

III — exercer o poder regulamentar;

IV — decretar o estado de sítio nos termos da Constituição;

V — decretar e executar a intervenção federal na forma da Constituição;

VI — enviar à Câmara dos Deputados a proposta de orçamento;

VII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Art. 19. O Presidente do Conselho poderá assumir a direção de qualquer dos Ministérios.

CAPÍTULO IV**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 20. A presente emenda, denominada Ato Adicional, entrará em

vigor na data da sua promulgação pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 21. O Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exercerá o cargo de Presidente da República, nos termos deste Ato Adicional, até 31 de janeiro de 1963, prestará compromisso perante o Congresso Nacional e, na mesma reunião, indicará à aprovação deste o nome do Presidente do Conselho e a composição do primeiro Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O Presidente do Congresso Nacional marcará dia e hora para, no mesmo ato, dar posse ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros.

Art. 22. Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos membros.

Parágrafo único. A legislação delegada poderá ser admitida por lei votada na forma deste artigo.

Art. 23. Fica extinto o cargo de Vice-Presidente da República.

Art. 24. As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema parlamentar do governo, no prazo que a lei fixar, e que não poderá ser anterior ao término do mandato dos atuais Governadores. Ficam respeitadas igualmente, até ao seu término, os demais mandatos federais, estaduais e municipais.

Art. 25. A lei votada nos termos do artigo 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida a manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do término do atual período presidencial.

O SR. PRESIDENTE:

Tendo sido aprovado o projeto por mais de dois terços, esta Presidência, com audiência prévia da Câmara dos Deputados, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para uma sessão conjunta conforme determina o Regimento Comum, às 22 horas de hoje, para o ato de promulgação da Emenda Constitucional nº 4.

O SR. AFONSO ARINOS:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra pela ordem o nobre Senador Affonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para uma consulta a V. Exa. Como no Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946, documento separado do texto da Constituição, figuram as assinaturas dos congressistas, pergunto a V. Exa. se se vai imprimir o Ato Adicional para ser assinado pelos Congressistas que o aprovaram.

O SR. PRESIDENTE

Em resposta à questão de ordem formulada por V. Exa., informo que a assinatura da promulgação das emendas constitucionais é praticada pelas Mesas das duas Casas do Congresso.

O SR. AFONSO ARINOS — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa declarações de voto que vão ser lidas:

São lidas as seguintes

Declarações de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaramos que contrariando nossas convicções presidencialistas votamos a

favor da Emenda Parlamentarista, na certeza de que, assim procedendo, estamos concorrendo para tranquilizar o país na grave conjuntura política que sobre nós se abateu.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1961, Vitorino Freire e Sebastião Archer.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENADOR SAULO RAMOS — P.T.B. — SANTA CATARINA

Votei na reunião do Congresso Nacional do dia 31 de agosto de 1961, pela instituição do Parlamentarismo no País, Sr. parlamentarista. Votei contra a emenda no Senado para atender o clamor popular nacional. Catarinenses e Riograndenses irmãos lutam nesta hora pela Constituição e pela posse pura e simples do Vice-Presidente, Dr. João Goulart.

Fico portanto ao lado do povo que tenho a honra de representar nesta Casa e confiante que o Parlamentarismo será no futuro a salvação Nacional. A) — Saulo Ramos.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro que, coerente em toda a linha com o exposto em meus dois discursos perante o Congresso, votei contra a emenda parlamentarista.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 1961. Cunha Mello.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente

Não votaria a emenda parlamentarista em situação normal da vida política do País.

Voto-a, no entanto, pelos dois motivos que enuncio:

1º porque, a meu ver, é ela o remédio que encontra o Congresso para tirar o Brasil da grave crise em que se encontra.

2º porque com ela concordou o Doutor João Goulart, no louvável propósito de contribuir para que se configure a conjuntura política militar que há oito dias inquieta a Nação. — Salnanno Leite.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente

Votei favoravelmente ao projeto que institui o regime parlamentar no Brasil. Mas o fiz para evitar que o País se engolfasse na revolução civil. Não quero ser responsável pelo derramamento de sangue dos brasileiros. O momento exigiu comprometimento.

Sou presidencialista. O regime não falhou. Faltaram os homens.

A crise brasileira é mais profunda do que se pensa: é de ordem moral. E esta não se concerta com regimes políticos.

Sala das Sessões do Senado Federal em 2 de setembro de 1961. — Senador Lobão da Silveira.

O SR. PRESIDENTE:

Todas as declarações de voto enviadas à Mesa constarão da Ata e serão publicadas no Diário do Congresso Nacional.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão do dia 5, pôsto que para o dia 4 está convocado o Congresso Nacional a seguinte:

ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 1961

(Terça-Feira)

1

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1961 (nº 271, de 1960, na Câmara), que isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Organi-

zação Telefônica do Paraná S. A., tendo Pareceres favoráveis, sob números 513 e 514, de 1961, das Comissões — de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Está encerrada a sessão.

— Encerra-se a sessão às 20 horas.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR GILBERTO MARINHO, NA SESSÃO DE 31 DE AGOSTO DE 1961, QUE SERIA PUBLICADA POSTERIORMENTE.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, a democracia importa, em primeiro lugar, em acatamento à lei.

É o espírito permanente da nacionalidade que faz do respeito à lei e às instituições um princípio sagrado.

Homens e instituições estão sujeitos ao cumprimento da lei e dentro das instituições se deve obediência às normas que regem seu funcionamento. Governantes e governados, civis e militares estão por igual submetidos a essas normas. Isto é o que se chama estado de direito e nenhum pretexto é válido para afastar-se desses princípios. Significa a força posta ao serviço do Direito e não a força que intenta criar o Direito.

Quem quer que pretenda justificar uma utopia em nome da democracia ou invocando qualquer outro tipo de interesse, por superior que pareça, ignora que, onde há governo de força, não existe democracia, não existe justiça nem liberdade. O regime institucional brasileiro foi estabelecido para que a plena vigência do regime jurídico garanta para todos os habitantes, da Nação a intangibilidade de sua liberdade pessoal e de consciência, sua honra e seus bens para que resguarde zelosamente o foro íntimo do ser humano. A democracia importa também pleno funcionamento do sistema constitucional. A nossa Carta prevê sabiamente o equilíbrio dos poderes do Estado, sobre a base do acatamento e dos direitos do povo brasileiro e prevê também a correção dos erros dentro do sistema. A sentença final e inapelável quem sempre a pronuncia é o povo brasileiro.

Acima da organização constitucional só se pode sobrepor o povo soberano do qual provêm nossos mandatos e só a eles devemos prestar conta do seu cumprimento.

Somente nos pleitos populares se decide o futuro do país e se corrigem os desvios dos que se equivocam na direção dos rumos do destino nacional. O povo quer e tem agora um Congresso independente que não pode receber ordens de qualquer outro poder.

Senhor Presidente, a democracia não consiste em impor aos demais as nossas concepções políticas, senão em acatar as instituições e só recorrer aos meios previstos pela Constituição.

Nenhum interesse pode exigir que renunciemos ao que já alcançamos com tanto sacrifício e que violemos as leis que juramos respeitar, com menoscabo do prestígio internacional da República.

Tenho uma fé profunda no nosso povo, e em nenhum caso renunciaremos ao nosso direito de nos pronunciarmos acima de quaisquer injunções, enfrentando todas as vicissitudes, para servir à causa da Nação.

Com a ajuda de Deus, fonte de toda razão e justiça, cumpriremos o nosso dever.

Esse dever, para nós, é o de que se efetive a vontade do povo — único tribunal político a cuja sentença se devem curvar todos os cidadãos — a de que se retorne sem hesitação

à normalidade democrática — com a posse na Chefia da Nação do Vice-Presidente Legitimamente eleito — Doutor João Goulart.

Com estas palavras, requeiro a transcrição nos Anais do Senado da declaração firmada pelos integrantes da antiga Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, pelo que este notável documento significa como definição política, nesta hora crucial da vida do povo brasileiro. (Muito bem, Muito bem. Palmas).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, em reunião de 30 de agosto do corrente ano, resolveu nomear, interinamente, nos termos do artigo 73, da Resolução número 6, de 1960, para o cargo inicial da carreira de Oficial Bibliotecário, Simão PL-7, Maria Elisa de Abreu Nogueira, na vaga resultante da promoção de Elzita Lorlay Coelho Campos da Paz, para o cargo da classe PL-6, da mesma carreira.

Secretaria do Senado Federal, em 31 de agosto de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Ato do Primeiro Secretário

O Senhor Primeiro Secretário, em 28 de agosto corrente, proferiu o seguinte despacho no requerimento de Léo Alberto Ramos Cruz, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita licença par ausentar-se desta Capital, a partir de 27 deste mês: "Deferido", concedendo dez (10) dias.

Secretaria do Senado Federal, em 31 de agosto de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Ato do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

— de Paulo Goyano de Faria, Oficial Legislativo, PL-8, solicitando conste de seus assentamentos o tempo de serviços prestados à Caixa Econômica de São Paulo e à Assembléia Legislativa de São Paulo, num total de 1.472 dias de efetivo exercício, ou sejam 4 anos e 12 dias;

— Nº 315-61, de Arlette Belota Tapajós, Auxiliar Legislativo, PL-9, em que solicita conste de seus assentamentos o tempo de serviço prestado à Prefeitura Municipal de Uapés, Estado do Amazonas, num total de 1.593 dias, ou seja 4 anos, 4 meses e 14 dias, de efetivo exercício;

— Nº 312-61, de Renato Medeiros, Auxiliar de Portaria, PL-10, em que solicita conste de seus assentamentos o tempo de serviço prestado à Prefeitura do ex-Distrito Federal, num total de 1.654 dias, ou sejam 4 anos, 6 meses e 14 dias de efetivo exercício;

— de Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita férias regulamentares, período de 1960, a partir de 18 do corrente mês;

— e de Aristoteles Pereira Madruga, Auxiliar de Portaria, PL-9, em que solicita férias regulamentares, período de 1960, a partir de 4 de setembro corrente.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de setembro de 1961. — Maria do Carmo Rondon R. Saraiva, Diretora do Pessoal.

REPUBLICA-SE POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

Ato do Diretor Geral

O Diretor-Geral, abonou as faltas dos seguintes funcionários:

De Maria Reis Josetti, Taquígrafia, PL-6, no dia 22 do corrente;

De Mary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo PL-7, nos dias 10 e 11 do corrente;

De João Batista da Costa, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 21 do corrente;

De Luiz Waldevino de Lima, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 24 do corrente;

De Genoveva Fonseca Ayres, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 28 do corrente;

De Ary e Leonardo Vianna, Relator, PL-4, no dia 28 do corrente;

De Leila Castello Branco Rangel, Redator, PL-3, nos dias 22, 23 e 24 do corrente, e considerando como de licença a do dia 25;

De Gerardo Tavares dos Santos, pro-labore, nos dias 3, 4 e 5, e considerando como de licença a dos dias 6 a 14;

De Vicente Carlos Lima, pro-labore, nos dias 18, 19 e 20 do corrente e considerando como de licença a do dia 21;

De Guilherme Oscar Tozzini Della Guardia, pro-labore, no dia 8 do corrente;

De Manoel Eduardo e Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 23 do corrente mês.

Secretaria do Senado Federal, em 31 de agosto de 1961. — Maria do Carmo Rondon R. Saraiva, Diretora do Pessoal.

O Diretor Geral, deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 277-61, de Nilson Simões da Luz, Guarda de Segurança, PL-9, em que solicita conste de seus assentamentos o tempo de serviço prestado a Delegacia Especial de Terras e Colonização, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, num total de 1.523 dias, ou sejam, 4 anos, 2 meses e 3 dias;

Nº 261-61, de Aurélio Barbosa da Silva, Motorista, PL-10, solicitando conste de seus assentamentos o tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 582 dias, ou seja 1 ano, 7 meses e 7 dias;

Nº 227-61, de Milton Farias de Souza, Motorista, PL-9, solicitando conste de seus assentamentos o tempo de serviço militar prestado como voluntário, ao Ministério da Aeronáutica — Base Aérea de Natal, num total de 701 dias, ou sejam 1 ano 11 meses e 6 dias;

Indetermiu o Requerimento número 250-61, em que Célia Tereza Assunção, Oficial Legislativo, PL-8, solicita sejam consideradas como férias as faltas ocorridas nos dias 29 e 30 de junho p. passado;

ao Reqº de Sarah Abrahão Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita informação quanto à situação dos concursados ao acesso à carreira de Oficial Legislativo, exarou o seguinte despacho:

"Arquive-se, visto achar-se o assunto devidamente regulado pelo artigo 8º, da Res. nº 23-61";

Deferiu ainda os seguintes requerimentos:

— de Eduardo Leão Marques, Auxiliar Legislativo, PL-10, solicitando férias regulamentares a partir de 7 de agosto corrente.

Secretaria do Senado Federal 31 de agosto de 1961. — Maria do Carmo Rondon R. Saraiva, Diretora do Pessoal.

REPUBLICA-SE POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

(*) Ato da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, por ato de 30 de agosto de 1961, resolveu promover nas vagas decorrentes da nomeação de Luiz do Nascimento Monteiro e Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva para os cargos de Diretor, as seguintes funcionários a partir de 28 do mês em curso:

De PL-7 a PL-6, por Merecimento, Isnard Sarres de Albuquerque de Mello.

De PL-4 a PL-3, por Antiguidade José Geraldo da Cunha.
De PL-6 a PL-4, por merecimento Elza Flores da Silva.
De PL-6 a PL-4, por Antiguidade Eulália Cockratt de Sá.
De PL-7 a PL-6, por Antiguidade

Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

De L-7 a PL-6, por Merecimento Ercília Cruz da Fonseca.
De PL-8 a PL-7, por Antiguidade Arthur Levy Sequeira Schutte.
De PL-8 a PL-7, por Merecimento Hélio Carvalho da Silva.

Secretaria do Senado Federal, em 30 de agosto de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

REPUBLICA-SE POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

Comissão Diretora

23ª REUNIAO EM 23 DE AGOSTO DE 1961

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, presentes os Senhores Cunha Mello, 1º Secretário, Gilberto Marinho, 2º Secretário, Argemiro Figueiredo, 3º Secretário, Mathias Olympio, 1º Suplente, e Guido Mondin, 2º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Novaes Filho, 4º Secretário.

A ata da reunião anterior é lida e sem observações aprovada.

Deliberou a comissão adquirir 10 enceradeiras profissionais para os serviços da Casa, mediante tomada de preços.

A seguir, são aprovados os pareceres do Sr. 2º Secretário, referentes às seguintes matérias:

Pedido de aposentadoria de Djalma Magano, favorável nos termos em que foi solicitada ; e

Requerimento nº 261, de 1960, de Durval Sampaio Filho e outros Oficiais Legislativos, solicitando a criação do símbolo PL-5 na carreira a que pertencem, entendendo o relator não ser, no momento, oportuno o atendimento do pedido.

A Comissão, tomando conhecimento das listas organizadas pela Comissão de Promoções para o preenchimento de vagas decorrentes da nomeação de Mécio dos Santos Andrade para o cargo de Diretor, promove, por merecimento, a PL-3, Romilda Duarte; a PL-4, por antiguidade, Amélia de Figueiredo Mello Vianna; a PL-6 por merecimento, Almerinda Vianna Baker, e a PL-7, por merecimento, Maria Jose Miranda de Siqueira Lima, todas a partir de 17 de agosto do corrente ano.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.